

Leonardo Leonidas de Brito

Vera Lúcia Bogéa Borges

Volume 2

História do Brasil III





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

História do Brasil III

Volume 2

Leonardo Leonidas de Brito

Vera Lúcia Bogéa Borges



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Apoio:



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000

Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de História

UNIRIO – Claudia Rodrigues

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Leonardo Leonidas de Brito

Vera Lúcia Bogéa Borges

COORDENAÇÃO DE

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Flávia Busnardo

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

E REVISÃO

Henrique Oliveira

Jorge Amaral

Paulo Alves

AValiação DO MATERIAL DIDÁTICO

Thaís de Siervi

Departamento de Produção

EDITOR

Fábio Rapello Alencar

COORDENAÇÃO DE

REVISÃO

Cristina Freixinho

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Carolina Godoi

Cristina Freixinho

Elaine Bayma

Thelenayce Ribeiro

Renata Lauria

COORDENAÇÃO DE

PRODUÇÃO

Ronaldo d'Aguilar Silva

DIRETOR DE ARTE

Alexandre d'Oliveira

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Andrea Villar

Bianca Lima

ILUSTRAÇÃO

Clara Gomes

CAPA

Clara Gomes

PRODUÇÃO GRÁFICA

Verônica Paranhos

Copyright © 2013, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

B862h

Brito, Leonardo Leonidas de .

História do Brasil III. v. 2 / Leonardo Leonidas de Brito, Vera Lúcia Bogéa Borges. - Rio de Janeiro : Fundação Cecierj, 2013.

p. 226; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-907-8

1. História do Brasil. I. Borges, Vera Lúcia Bogéa. II. Título.

CDD:981

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT e AACR2.
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Gustavo Reis Ferreira

Universidades Consorciadas

CEFET/RJ - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Silvério de Paiva Freitas

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Vieiralves de Castro

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

•
•
•
•
•
•

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Carlos Levi

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitora: Ana Maria Dantas Soares

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

Aula 9 – As experiências culturais nos anos 1940 e 1950 _____ 7

Leonardo Leonidas de Brito
Vera Lúcia Bogéa Borges

Aula 10 – O governo João Goulart e as crises da República de 1961 e 1964 _____ 29

Leonardo Leonidas de Brito
Vera Lúcia Bogéa Borges

Aula 11 – Ditadura militar (1ª parte) _____ 59

Leonardo Leonidas de Brito
Vera Lúcia Bogéa Borges

Aula 12 – Ditadura militar (2ª parte) _____ 87

Leonardo Leonidas de Brito
Vera Lúcia Bogéa Borges

Aula 13 – A abertura política e a Nova República ____ 115

Leonardo Leonidas de Brito
Vera Lúcia Bogéa Borges

Aula 14 – Da redemocratização aos desafios do tempo presente. Os anos FHC: apogeu e crise do modelo neoliberal no Brasil _____ 147

Leonardo Leonidas de Brito
Vera Lúcia Bogéa Borges

Aula 15 – A produção cultural contemporânea ____ 189

Leonardo Leonidas de Brito
Vera Lúcia Bogéa Borges

Referências _____ 213

Aula 9

As experiências culturais nos anos 1940 e 1950

Leonardo Leonidas de Brito
Vera Lúcia Bogéa Borges

Meta da aula

Apresentar as experiências culturais ocorridas no Brasil nos anos 1940 e 1950 do século XX, a partir de um breve painel das artes plásticas, do cinema e do teatro.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer nas diferentes experiências culturais – artes plásticas, cinema e teatro – as repercussões das transformações ocorridas nas décadas de 1940 e 1950 no Brasil;
2. identificar as principais características que marcaram a chegada da televisão ao Brasil, no início dos anos 1950.

INTRODUÇÃO

Entre o final do Estado Novo (1945) e a derrubada do presidente João Goulart (1964) por meio de um golpe militar, o Brasil viveu uma fase de democratização na esfera política que repercutiu no campo cultural. Neste período, as principais discussões estavam centradas no papel da arte e da cultura no país.

No campo das artes plásticas, por exemplo, a partir da década de 1940, as discussões existentes na Europa eram atualizadas pelos artistas brasileiros. Predominavam duas tendências, a do **naturalismo** e a do **abstracionismo**. Apesar de defenderem ideias bem diferentes, ambas eram consideradas vertentes questionadoras, isto é, “de esquerda”. Os naturalistas preocupavam-se com a integração nacional e buscavam os traços da identidade brasileira. Os abstracionistas assumiam a bandeira de uma primeira experiência realmente de vanguarda no Brasil, ao defenderem a autonomia da arte, rompendo com as representações formais e previsíveis. Cada vez mais, a subjetividade do artista parecia ceder espaço para a objetividade e a concretude.

Nos diferentes campos artísticos, era possível perceber o compromisso do artista com o projeto democrático que marcava a política e a sociedade daqueles anos. Neste sentido, temos as manifestações nas artes com o concretismo plástico e da poesia na década de 1950 de um lado e, de outro, seus antagonistas, aqueles que defendiam a “arte engajada”. O cinema brasileiro, por sua vez, foi marcado pela era da Atlântida nos anos 1940 e, na década seguinte, pela afirmação industrial e pela origem do Cinema Novo. Já no teatro, a renovação do setor destacou a dramaturgia de Nelson Rodrigues e a criação do Teatro Brasileiro de Comédia (TBC). Desta forma, dedicaremos algumas páginas para cada uma dessas manifestações artísticas ao longo de nossa exposição e faremos um estudo de caso dessas experiências culturais na cidade do Rio de Janeiro.

Naturalismo

Nas artes plásticas, significa a representação de formas, cores e grandezas tal como elas costumam aparecer na natureza.

Abstracionismo

ou arte abstrata: com formas altamente subjetivas e abstratas, isto é, uma forma de arte que não representa objetos próprios da nossa realidade. Portanto, suas obras são apresentadas de uma maneira “não representacional”. No Brasil, o abstracionismo teve suas primeiras expressões na década de 1940 e entre os artistas mais importantes destacaram-se Ivan Serpa e Manabu Mabe. Este último artista era de origem japonesa e, juntamente com sua família, trabalhou na lavoura do café em Lins, no interior de São Paulo. Por volta de 1945, pintou seus primeiros quadros e, alguns anos mais tarde, participou do Salão Nacional de Belas-Artes, na divisão moderna. Manabu Mabe destacou-se tanto no Brasil quanto no exterior como renomado representante do abstracionismo.

O concretismo nas artes plásticas

Podemos compreender o concretismo nas artes plásticas como uma tendência que procurou, a partir de uma nova linguagem, tanto garantir a autonomia da arte em relação a conteúdos ideológicos quanto assegurar a objetividade e a racionalidade de seu processo criativo. De acordo com a professora Santuza Cambraia Naves (2003), no caso do Brasil, esta opção pela arte concreta significou um avanço neste campo, uma vez que apresentou ruptura com as tradições existentes no campo artístico. Neste sentido, o mundo pós-Segunda Guerra buscava alternativas em relação a conteúdos ideológicos dos anos que seriam marcados pela Guerra Fria.

Em 1956, no Museu de Arte Moderna de São Paulo, ocorreu a *I Exposição Nacional de Arte Concreta*, que reuniu artistas e escritores, principalmente paulistas e cariocas. A exposição contou com cartazes-poemas, obras pictóricas, esculturas e desenhos. Além disso, durante o evento, ocorreram palestras e conferências. Na ocasião, a revista *AD – arquitetura e decoração* incluiu em uma de suas edições o material apresentado, servindo, assim, como um catálogo da mostra. Dentre os artistas plásticos destacamos: Helio Oiticica (1937-1980), Alfredo Volpi (1896-1988) e Amílcar de Castro (1920-2002). Também houve a participação especial de Haroldo de Campos (1929-2003), Augusto de Campos (1931) e Ferreira Gullar (1930). Para os participantes da mostra era necessário assumir uma postura universalista, descolando-se da marca nacionalista, ao garantir uma perspectiva cosmopolita para a arte. Os concretistas eram avessos a qualquer realismo e discutiam a validade da “arte engajada”, que, com certeza, teve seu maior representante no Centro Popular de Cultura (CPC), criado no início dos anos 1960. O CPC trabalhava com a categoria “povo” ao entender o compromisso ético do artista com a “realidade” social. Por sua vez, os concretistas preferiam o termo “massa”, que apontava para a integração estética com o mundo contemporâneo. A polêmica estava formada, e viva a discussão!



Centro Popular de Cultura (CPC)

De acordo com Heloísa Buarque de Hollanda, o Centro Popular de Cultura (CPC) surgiu no Rio de Janeiro, em 1961, sendo ligado à União Nacional dos Estudantes (UNE). Na proposta inicial, o CPC definia as estratégias para a construção de uma cultura “nacional, popular e democrática” para o país. Desta forma, vários CPCs organizaram-se no país e atraíram jovens intelectuais, que procuraram desenvolver uma atividade concientizadora junto às classes populares. Segundo Hollanda:

Um novo tipo de artista, “revolucionário e consequente”, ganhava forma. Empolgados pelos ventos da efervescência política, os CPCs defendiam a opção pela “arte revolucionária”, definida como instrumento a serviço da revolução social, que deveria abandonar a “ilusória liberdade abstratizada em telas e obras sem conteúdo”, para voltar-se coletiva e didaticamente ao povo, restituindo-lhe “a consciência de si mesmo”. Trabalhando o contato direto com as massas, de onde extraíam seu maior interesse e vigor, encenavam peças em portas de fábricas, favelas e sindicatos; publicavam cadernos de poesia vendidos a preços populares e iniciavam a realização pioneira de filmes autofinanciados. De dezembro de 1961 a dezembro de 1962, o CPC do Rio produziria as peças *Eles não usam black-tie* e *A Vez da Recusa*; o filme *Cinco Vezes Favela*, a coleção *Cadernos do Povo* e a série *Violão de Rua*. Promoveria ainda cursos de teatro, cinema, artes visuais e filosofia e a UNE-volante, uma excursão que por três meses percorreu todas as capitais do Brasil, para travar contato com bases universitárias, operárias e camponesas (HOLLANDA, 1987, p. 9-10).

O cinema brasileiro: da era da Atlântida à origem do Cinema Novo

Nos anos 1940, o cinema brasileiro teve a criação de uma importante companhia, a Atlântida. Seu manifesto de fundação – de 1941 e redigido por Arnaldo de Farias e Alinor Azevedo – estabelecia a sólida convicção de contribuir para o desenvolvimento industrial do cinema brasileiro e a expectativa de produzir em série para o aprimoramento do setor. Além disso, os filmes abordariam temas brasileiros e procurariam, assim, dar à realidade nacional uma existência cinematográfica. Seu grupo fundador contava com Moacyr Fenelon, José Carlos Burle, Edgar Brasil, dentre outros. Estava depositada ali a esperança do futuro cinema nacional. Todavia, os resultados não foram imediatos, e o primeiro filme demorou dois anos para ser lançado (em 1943) e foi intitulado *Moleque Tião*. De acordo com Maria Rita Galvão e Carlos Roberto de Souza (1984, p. 481), neste período, a Atlântida buscou seu embasamento ao afinar sua equipe, tomar contato com o mercado e ao experimentar produzir curtas-metragens.



Figura 9.1: Caricatura de Grande Otelo, um dos atores que participaram do filme *Moleque Tião*.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Grandeotelo.JPG>

Este filme, que realçou a história popular ao demonstrar uma preocupação com a realidade brasileira, foi bem recebido pelo público e pela crítica. O papel principal era de Grande Otelo, pseudônimo de Sebastião Prata, que teve sua biografia apresentada nas telas. Assim, a película apresenta a história de um jovem negro que sonha atuar no teatro de revista e, para concretizar seu sonho, muda-se para o Rio de Janeiro. Apesar das dificuldades enfrentadas na capital, ele finalmente teve a oportunidade de mostrar seu talento. Este lançamento transformou-se no modelo a ser seguido pelo cinema brasileiro a partir daí, isto é, uma produção simples e despretensiosa.

De acordo com Fernão Ramos (1987, p. 159), desde 1947, o principal acionista da Atlântida era Luís Severiano Ribeiro Jr., ou seja, a maior empresa exibidora do país também atuava no setor de distribuição e possuía, ainda, a empresa exibidora mais importante do Brasil. Assim, o controle de todas as fases do processo cinematográfico estava nas mãos deste poderoso exibidor. Pouco antes, por intermédio do Decreto nº 20.493 de 24 de janeiro de 1946, o presidente Eurico Gaspar Dutra regulamentou a reserva de mercado para o filme brasileiro. De acordo com esta resolução, um de seus artigos obrigava os cinemas a exibirem no mínimo três filmes nacionais de longa metragem e declarados de boa qualidade pelo Serviço de Censura e Diversões Públicas (SCDP) do Departamento Federal de Segurança Pública. Isto explica a rentabilidade do tripé *produção-distribuição-exibição* para um mesmo investidor, no caso, Luís Severiano Ribeiro Jr.

Para aproveitar-se da melhor forma possível da nova lei, Ribeiro passou a produzir o estritamente necessário para o cumprimento do decreto, mantendo baixíssimos os custos de produção e obtendo, proporcionalmente, o maior percentual de lucro. Para isso, os já empobrecidos estúdios da Atlântida precisavam manter-se precários, com as equipes técnicas reduzidas ao mínimo necessário para a continuidade e finalização dos filmes (RAMOS, 1987, p. 160).

A partir daí, com exibição garantida, o cinema brasileiro conheceu o aumento na produção da chanchada. Nestes filmes predominava o humor ingênuo, burlesco e de caráter popular, que agradava muitíssimo o público em geral. Apesar de todo este movimento na atividade cinematográfica, os especialistas em cinema criticavam inúmeros aspectos destas produções, como os cenários considerados apressados, o corte tido como descuidado, as histórias mal costuradas, os problemas no som dos filmes e, de maneira geral, a produção considerada paupérrima. O Brasil tinha muito mais para mostrar: o sertão, a cultura e a tradição brasileiros precisavam estar nas telas, pois o cinema tinha de ser encarado como manifestação cultural respeitável. Desta forma, na passagem para os anos 1950, foi fundada a companhia cinematográfica Vera Cruz, em São Paulo. Sua proposta era fazer filmes essencialmente brasileiros, mas com qualidade internacional. Assim, tendo como referência o modelo de Hollywood, seus fundadores construíram enormes estúdios, importaram os melhores equipamentos e contrataram especialistas estrangeiros que garantissem a qualidade de suas produções. A iniciativa não pôde ser mais bem acolhida, inclusive com apoio da imprensa e do governo do estado paulista. Todavia, a qualidade de suas produções esbarrou nas limitações que a própria estruturação do mercado impunha aos filmes brasileiros. Seus dirigentes pareciam alheios a esta situação, uma vez que focavam o mercado internacional e, para a distribuição de seus filmes, contrataram empresas norte-americanas como a Universal Internacional e, depois, a Columbia Pictures. A crítica estava atenta a essas inovações. Era inegável a mudança na linguagem cinematográfica; entretanto, a crítica apontava para a impostação e para o artificialismo desses filmes ao tratar a realidade brasileira. As produções da Vera Cruz eram consideradas marcadas pelo estrangeirismo, que vinha tanto dos diretores e técnicos estrangeiros quanto da intenção deliberada de fazer um cinema seguindo os padrões internacionais. Independente das adversidades e das críticas, entre 1950 e 1953, a Vera Cruz produziu quase vinte filmes de longa metragem e alguns documentários. Nesta época, realizaram-se dois congressos sobre

cinema brasileiro, um no Rio de Janeiro (1952) e outro em São Paulo (1953), que levaram a uma consciência maior dos vários problemas que atingiam este setor no Brasil. Portanto, a partir daí, surgiram as crônicas urbanas e um cinema muito mais preocupado em ser instrumento de expressão e de denúncia social do que os musicais e as comédias ligeiras produzidas até então.

De acordo com Maria Rita Galvão e Carlos Roberto de Souza, no final dos anos 1950 e no início da década seguinte, uma nova manifestação do cinema brasileiro explodiu como proposta de expressão cultural da realidade nacional, ficando conhecida como *Cinema Novo*. Vários estados brasileiros estavam envolvidos com essa nova forma de fazer cinema. Destacaram-se os filmes feitos no Nordeste e no Rio de Janeiro e dois títulos devem ser mencionados: o primeiro era de **Nelson Pereira dos Santos**, *Vidas secas* (1963), e o outro, de **Glauber Rocha**, com *Deus e o diabo na terra do sol* (1964). O depoimento de Glauber Rocha demonstra a efervescência daqueles anos e que seriam determinantes para o cinema nas duas décadas seguintes:

Em janeiro de 1962, Roberto Pires, baiano, associado a Rex Schindler e Braga Netto, já tinha pronto **A Grande Feira** e preparava **Tocaia no Asfalto**; Ruy Guerra terminava a montagem de **Os Cafajestes**; eu terminava a montagem de **Barravento**, Anselmo Duarte idem **O Pagador de Promessas** (sic); Roberto Faria iniciava as filmagens de **Assalto ao trem pagador**, a equipe do CPC realizava **Cinco Vezes Favela**; Linduarte Noronha, na Paraíba, filmava **Cajueiro Nordestino**; Paulo Saraceni preparava o projeto de **Porto das Caixas**; Alex Viany, os primeiros contatos para o **Sol sobre a lama**; Nelson Pereira dos Santos programa **Boca de Ouro e Vidas Secas**. A chegada de dois novos produtores, Rex Schindler e o jornalista-fotógrafo Luis Carlos Barreto, eram as molas básicas dessa agitação (ROCHA, 1963, p. 106).



As maiores expressões do Cinema Novo

Glauber Rocha (1938-1981) – Cineasta brasileiro

nascido em Vitória da Conquista, na Bahia.

Desde jovem teve interesse pela arte cinematográfica e, inicialmente, trabalhou como crítico em jornais de Salvador. Posteriormente, dedicou-se à direção de filmes de curta metragem, como *O pátio* (1959) e, depois, de longa metragem, como, por exemplo, *Baravento* (1962). Sem dúvida, sua grande produção foi *Deus e o diabo na terra do sol* (1964), com forte marca política e que lhe rendeu o prêmio no Festival de Cinema Livre, na Itália, naquele mesmo ano. Desde então, Glauber Rocha – juntamente com Nelson Pereira dos Santos, Valter Lima Junior, Joaquim Pedro de Andrade e outros – liderou o movimento do *Cinema Novo* brasileiro. Seguiram-se mais dois filmes importantes: *Terra em transe* (1967) – que recebeu o prêmio Luis Buñuel no Festival de Cannes – e *O dragão da maldade contra o santo guerreiro* (1969). No Brasil, foi o cineasta premiado como o melhor diretor de 1970 pelo Instituto Nacional do Cinema. Em 1965, o *script* de *Deus e o diabo na terra do sol* foi transformado em livro. Além disso, Glauber Rocha realizou dois documentários sobre os aspectos do subdesenvolvimento das regiões atrasadas do país, *Amazonas* e *Maranhão*, ambos rodados em 1966. Por fim, produziu *Menino de engenho* (1965), de Valter Lima Júnior, filmado a partir do romance homônimo de José Lins do Rego. Após os sucessos nacionais e internacionais dos seus filmes e com a ditadura militar estabelecida no país a partir do golpe de 1964, Glauber Rocha mudou-se para a Europa e viveu por alguns anos na França.

Nelson Pereira dos Santos (1928 -) – Cineasta brasileiro que nasceu em São Paulo. Sua estreia no cinema ocorreu com um pequeno documentário intitulado *Juventude* (1950), do qual foi roteirista e diretor. Posteriormente, realizou *Rio, 40 graus* (1955), considerado o ponto de partida para o *Cinema Novo*, que tinha como base o neorealismo italiano, isto é, um movimento surgido ao fim da Segunda Guerra Mundial que era movido por preocupações sociais e pela simpatia pela classe trabalhadora. *Rio, 40 graus* se articula em torno de meninos vendedores de amendoim, ao mostrar a imagem do povo e a vida na favela. Além disso, este filme apresenta um traço do grupo cinema-novista, isto é, a oposição à burguesia abastada e considerada mau-caráter. Mas, com certeza, o filme mais marcante de Nelson Pereira dos Santos foi a recriação cinematográfica do romance de Graciliano Ramos, *Vidas secas*, e que nada perde para a obra original, quer em economia de meios, quer na aspereza da denúncia social. Também lançou alguns documentários, como *Machado de Assis* (1964) e *Fala Brasília!* (1967). Depois viveu uma nova fase, na qual o realismo crítico cedeu lugar a uma visão irônica e alegórica da realidade brasileira, e que contou com filmes como *Como era gostoso o meu francês* (1971) e *Quem é Beta* (1972). Em 2006, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras (ABL), para ocupar a cadeira do patrono Castro Alves (nº 7) e sendo o primeiro cineasta a se tornar "imortal".

O teatro brasileiro: a dramaturgia de Nelson Rodrigues e a criação do Teatro Brasileiro de Comédia (TBC)

A partir de 1940, o teatro brasileiro conviveu com a ação renovadora de espetáculos de vanguarda marcados pelo amadorismo e que tiveram dois expoentes que merecem destaque: em São Paulo, com Alfredo Mesquita, que fundou o Grupo de Teatro Experimental e a Escola de Arte Dramática, a qual hoje integra a Universidade de São Paulo (USP); e, no Rio de Janeiro, com Paschoal Carlos Magno, que dirigiu o *Teatro do Estudante do Brasil*. Ambos estavam impregnados da cultura europeia. Todavia, outros dois nomes desta geração, Brutus Pedreira e Tomás Santa Rosa, fundaram o grupo carioca Os Comediantes e foram responsáveis por trazer o teatro para o centro das cogitações nacionais. Em dezembro de 1943, estreou *Vestido de noiva*, de Nelson Rodrigues, que contou com a direção de Zbigniew Ziembinski, natural da Polônia, que se exilou no Brasil devido à Segunda Guerra Mundial. De acordo com Décio de Almeida Prado:

O que víamos no palco, pela primeira vez em todo o seu esplendor, era essa coisa misteriosa chamada *mise-en-scène* (só aos poucos a palavra foi sendo traduzida por encenação), de que tanto se falava na Europa. Aprendíamos com *Vestido de Noiva*, que havia para os atores outros modos de andar, falar e gesticular além dos cotidianos, outros estilos além do naturalista, incorporando-se ao real, através da representação, o imaginário e o alucinatório. O espetáculo, perdendo a sua antiga transparência, impunha-se como uma segunda criação, puramente cênica, quase tão original e poderosa quanto a instituída pelo texto (1984, p. 542).

A fase amadorista do teatro encerrou-se em 1948, com a estreia de *Hamlet*, encenada no Teatro do Estudante do Brasil. Desta vez, este espetáculo de caráter expressionista teve como encenador o alemão Hoffman Arnisch, que revelou o jovem ator Sérgio Cardoso. Parecia que finalmente ficava provado que os brasileiros também podiam representar Shakespeare.



Figura 9.2: Sérgio Cardoso, em *Hamlet*.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Brazilian_Actor_Sergio_Cardoso_as_Hamlet.jpg

Nesta mesma época, procurou-se conciliar a arte teatral com os resultados da bilheteria. Assim, destacou-se como fundamental o papel desempenhado pelas duas atrizes-encenadoras, Dulcina de Moraes e Henriette Morineau, que buscaram a renovação do teatro com montagens sempre marcadas pela seriedade e pelo bom gosto, que agradavam muitíssimo ao público. Todavia, a consolidação do novo profissionalismo ocorreu em 1948, com a criação do Teatro Brasileiro de Comédia (TBC) em São Paulo. A estrutura administrativa do empreendimento veio do engenheiro industrial italiano Franco Zampari, que procurou apoiar-se em uma fórmula que já mostrara resultados, isto é, na combinação de textos consagrados e encenadores estrangeiros. A diferença estava no caráter empresarial da companhia, que durou quinze anos e contou em sua folha de pagamento, em 1953, com quase vinte atores,

quatro encenadores, um cenógrafo, vários auxiliares técnicos e mais de dez funcionários. Alguns nomes que integraram o TBC: Cacilda Becker, Fernanda Montenegro, Tônia Carrero, Ítalo Rossi, Walmor Chagas, entre outros. Por seus palcos "passaram" autores clássicos e reconhecidos internacionalmente, como Sófocles, Oscar Wilde, Máximo Gorki, Arthur Miller e Pirandello, para citarmos apenas os mais representativos.

É possível afirmar com segurança que a influência do TBC se estendeu por todo o território nacional. Os nomes que vieram do exterior não se restringiram à condição de encenadores e transformaram-se em verdadeiros professores ao conseguirem que simples amadores viessem a ser competentes profissionais. No início era possível contar com a sólida formação cênica de Adolfo Celi – formado pela Academia de Arte Dramática de Roma –, que desempenhou a função de primeiro diretor artístico do TBC. Com o passar do tempo, os encenadores e os atores alternavam-se nas produções; contudo, o espírito da companhia era preservado e o nível do elenco mantinha-se com poucas oscilações. Estes anos foram marcados pelo clima de euforia no teatro, atraindo milhares de espectadores. Além disso, a euforia desenvolvimentista da segunda metade dos anos 1950 permitia a melhoria da qualidade da criação teatral, com as editoras publicando mais obras teatrais, e os comentaristas, críticos e repórteres ganhando mais espaço nas revistas, jornais e emissoras de rádio e televisão. Somado a isso, multiplicavam-se os teatros estudantis e amadores. Assim, cada vez mais, o teatro conquistava seu espaço legítimo na vida cultural do país.

Para completar esta maturidade teatral, naqueles anos, destacamos as seguintes peças: *A moratória*, de Jorge Andrade, *Auto da compadecida*, de Ariano Suassuna, *Eles não usam black-tie*, de Gianfrancesco Guarnieri, *Chapetuba Futebol Clube*, de Oduvaldo Viana Filho, *O pagador de promessas*, de Dias Gomes, e *Revolução na América do Sul*, de Augusto Boal. Segundo Décio de Almeida Prado (1984), todos estes autores tinham em comum a militância teatral e a posição nacionalista. Desta forma, era preciso, mais

do que nunca, encenar autores brasileiros, ou seja, como diziam alguns à época, *nacionalizar nossos palcos*. Os imperativos de década podem ser sintetizados no Teatro de Arena de São Paulo, que representou um dos mais expressivos grupos de teatro. A fase do final dos anos 1950 e início dos anos 1960 era marcada por agudo questionamento político e era necessário estabelecer novas bases estéticas e sociais para a renascente dramaturgia nacional.



Atende ao Objetivo 1

1. Em 1946, a eleição à presidência de Eurico Gaspar Dutra representou uma nova oportunidade para o cinema brasileiro, a partir da ampliação da reserva de mercado para os filmes nacionais. A partir desta afirmativa, apresente duas inovações ocorridas no cinema brasileiro nas décadas de 1940 e 1950.

Resposta Comentada

A parceria entre a companhia Atlântida e Luis Severiano Ribeiro fez com que, além da fase de produção de filmes, a sua distribuição no mercado e a exibição para o público fizessem parte das preocupações daqueles que atuavam no setor. Todavia, isto não significou produções de grande qualidade, e o gênero que melhor expressava a passagem da década de 1940 para a de 1950 era a chanchada, com a consagração do musical. A profissionalização do setor ainda teria que esperar por iniciativas de maior fôlego com a fundação da *Companhia Vera Cruz* e, posteriormente, do *Cinema Novo*.

A televisão no Brasil

Nos anos de 1950 e 1951, duas emissoras de televisão foram inauguradas em São Paulo e no Rio de Janeiro, sendo que ambas pertenciam à rede dos *Diários Associados*, de propriedade de Assis Chateaubriand. Para tanto, em 1947, o empresário conseguira a assinatura de contratos com a seguradora Sul América, a cerveja Antártica, a laminação dos Pignatari e o Moinho Santista, que pagaram um ano de publicidade adiantado a esta cadeia. Desta forma, foi possível juntar parte dos dezesseis milhões de cruzeiros pagos à norte-americana RCA Victor pela compra de uma estação de TV. Além disso, Chateaubriand importou trezentos televisores, que foram vendidos pelas lojas Cássio Muniz. A partir daí, o crescimento da televisão era algo incontestável: em 1953, já eram três emissoras; cinco anos depois, este número passou para nove; e, no final dos anos 1960, já eram mais de trinta! Por sua vez, o número de aparelhos receptores também acompanhou este ritmo, ao pular de 120 mil, em 1954, para mais de um milhão, em 1960.

A TV Tupi de São Paulo, canal 3, exibiu em 18 de setembro de 1950 o primeiro programa de televisão da América Latina, o *TV na Taba*. Em meados daquele ano, chegara na capital paulista o equipamento necessário à montagem da emissora, juntamente com a vinda do engenheiro Walter Obermiller para orientar os técnicos brasileiros chefiados por Jorge Edo e Mario Alderighi. A aventura da televisão foi marcada por fatos curiosos:

O estúdio foi montado no prédio da Cidade do Rádio, sede da Rádio Tupi, no Sumaré. Mas a transmissão começou com uma hora de atraso, devido à falha em uma das câmeras. O técnico Obermiller propôs que se adiasse a transmissão para o dia seguinte. Os brasileiros insistiram em “improvisar” com as câmeras restantes, e Obermiller, contrariado, retirou-se. O programa acabou indo para o ar “na base do jeitinho”, apresentado por Homero Silva. O apresentador recebia dois visitantes, explicando-lhes a utilidade da TV: levava cantores

para dentro dos lares (e pôde-se ver Lolita Rodrigues cantando o Hino da Televisão); fazia rir (número cômico de Mazzaropi); podia mostrar o esporte (Aurélio Campos falou sobre futebol); divulgava o teatro (com Walter Forster e Lima Duarte) etc. Às 23h, quando terminou o programa, a equipe da Tupi, que havia ensaiado durante vinte dias, encontrava-se diante de um angustiante problema: o que fazer no dia seguinte? Nada havia sido preparado (NOSSO SÉCULO, 1985, p. 85).

Aos poucos, os profissionais vindos do rádio, do cinema, do teatro e do jornalismo foram aprendendo a trabalhar neste novo meio de comunicação. O primeiro telejornal foi escrito por Rui Resende, minutos antes de sua transmissão. Inicialmente, as transmissões eram feitas ao vivo, pois não havia *video tape* e garotas-propaganda anunciavam ao vivo os produtos dos patrocinadores. Nos primeiros tempos, a programação da TV Tupi ia ao ar entre 18h e 23h. Já em 1951, a emissora levou ao vivo – diretamente do palco do Teatro Brasileiro de Comédia (TBC) – a peça *Ralé*, de Máximo Gorki. Esta investida agradou tanto aos telespectadores, que foi lançado, pouco depois, o programa TV Vanguarda, na Tupi, que, por mais de uma década, apresentou a montagem de clássicos de Shakespeare, Ibsen, Dostoiévski, Guimarães Rosa, entre outros. O humor também teve seu espaço na grade da programação, uma vez que, em 1958, a Tupi passou a exibir TV de Comédia, cuja primeira exibição foi a peça *Negócios de Estado*, com direção de Antunes Filho.



Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo

Nasceu em 1892, no município de Umbuzeiro, na Paraíba. Seu pai era bacharel em Direito e funcionário da Alfândega, pertencendo a uma tradicional família de senhores de engenho do Nordeste. Estudou em Campina Grande, João Pessoa e no Recife, onde começou aos 14 anos a escrever para *O Pernambuco*, jornal de propriedade de Pedro Avelino. Em 1908, ingressou na Faculdade de Direito da capital pernambucana e, neste tempo, também escreveu artigos sobre política nacional e internacional para vários jornais. Em 1917, transferiu-se para o Rio de Janeiro, então capital federal, onde se estabeleceu como advogado. Com a instauração do governo provisório de Getúlio Vargas, em 1930, Chateaubriand recebeu inúmeros favores, como, por exemplo, a concessão de empréstimo através da Caixa Econômica Federal para a cadeia dos Diários Associados. De acordo com Marieta de Moraes Ferreira (2001, p.1338), em 1947, ele fundou o Museu de Arte de São Paulo (Masp), que funcionava na sede dos Diários Associados e onde se formou um importante acervo artístico do país. Pouco depois, o grupo passou a atuar em nova frente, ao inaugurar, em São Paulo, a primeira estação de televisão da América Latina, que começou a funcionar em 1950. Seu final de vida foi resultado de longa enfermidade. Em 1965, Chateaubriand sofreu um distúrbio nas coronárias e seu estado de saúde agravou-se seriamente. Ele veio a falecer em abril de 1968, na capital paulista.



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Assis_Chateaubriand,4-9-1937.jpg



Atende ao Objetivo 2

2. No Brasil, na primeira década de existência deste novo meio de comunicação, a televisão, seus profissionais enfrentaram os mais diversos desafios. Podemos destacar dois deles. O primeiro referia-se ao fato de conviverem com os novos procedimentos que envolviam a produção de programas televisivos. Já o segundo dizia respeito à escolha da programação, que, na época, deu preferência aos programas com maior audiência, como os teleteatros – especialmente o TV da Vanguarda, na Tupi, ou o Jornal de Vanguarda, na Excelsior. As novelas teriam que esperar até por volta de 1963 para serem as favoritas na programação. A partir destas considerações, apresente duas características referentes ao início da televisão no Brasil.

Resposta Comentada

A primeira característica foi – apesar dos preparativos para a estreia da emissora de televisão no Brasil, com a compra de equipamentos necessários e a vinda de um engenheiro especialista – o imprevisto que marcou sua transmissão inaugural, com a falha em uma das câmeras em operação, fato surpreendentemente contornado pelos estreantes profissionais brasileiros. Depois de superada a situação, havia a preocupação em garantir o seu funcionamento nos dias posteriores. A segunda característica estava na opção pelos programas inspirados nos clássicos da dramaturgia, os teleteatros, que procuravam trazer densidade crítica à televisão. Assim, uma parcela da população que não frequentava as salas de teatro passou a conhecer importantes nomes da dramaturgia nacional e internacional. Desta forma, os programas apresentavam bom nível de qualidade e, durante alguns anos, firmaram-se nas programações das emissoras.

CONCLUSÃO

No caso das artes plásticas e da poesia, algumas noções comuns pareciam marcar os dois campos, isto é, a noção de concretude, a característica da objetividade, a discussão acerca do universalismo e a tendência do desenvolvimentismo. É importante lembrar que, naquelas décadas, o país passava pela aceleração do processo industrial e pela modernização em todos os planos, ou seja, do político ao cultural. Independente do campo de atuação, na cultura, existia a defesa da integração do artista naquela sociedade. Entretanto, essa estética experimental lidava com um público mais

selecionado e intelectualizado. Como afirma Santuza Cambraia Naves (2003, p. 297): “Caberia ao artista cooperar – via renovação das linguagens estéticas – para o ingresso do Brasil no concerto das nações.”

Por sua vez, o cinema experimentou realidades diferentes ao longo das décadas de 1940 e 1950. É possível afirmar que a criação da companhia Atlântida foi uma importante conquista daqueles anos. Naquele momento, disseminou-se o gênero da chanchada, tido como essencialmente musical. Todavia, com o passar dos anos, outra proposta de produção se firmou com a companhia Vera Cruz, que seguia o modelo norte-americano. Conforme o país caminhou para a década de 1960, a inquietação dos cineastas ficou explícita no *Cinema Novo*, que marcou definitivamente o setor. Também nas décadas de 1950 e 1960, o teatro brasileiro passou da etapa amadorística para a profissionalização. Projetaram-se os grupos de São Paulo e do Rio de Janeiro, destacando-se Os Comediantes, responsáveis pela montagem antológica de *Vestido de noiva*. A partir daí, nunca mais o teatro brasileiro seria o mesmo e a trilha inaugurada permitiu futuramente a consolidação do Teatro Brasileiro de Comédia (TBC) e, posteriormente, o Teatro de Arena.

Por fim, na passagem da década de 1940 para os anos 1950, a televisão firmou-se de forma definitiva no Brasil. Apesar das limitações da época – poucas horas de programação ou transmissão ao vivo –, este novo meio de comunicação trouxe uma nova forma de divertimento para os brasileiros.

RESUMO

A aula tem como eixo norteador a discussão referente às principais características das experiências culturais que marcaram as décadas de 1940 e 1950 no Brasil. Selecionamos algumas áreas, como as artes plásticas, o cinema e o teatro, que serviram

de demonstração para as transformações que marcaram a cultura no período. Por fim, apresentamos a chegada da televisão no Brasil e suas principais características. Um novo meio de comunicação advindo naquele alvorecer da década de 1950 e que gradualmente passou de uma etapa amadora e de aparato técnico restrito para uma fase profissional. Esse fato viria, a partir da década seguinte, a consolidar a televisão como o principal veículo de comunicação de massa no país.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, discutiremos o Brasil a partir do governo nacional reformista de João Goulart (Jango), que se iniciou e chegou ao fim pela marca das crises da República. A primeira, em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, considerada por muitos como inesperada; e a segunda, em 1964, com o golpe militar, que contou com setores civis da sociedade brasileira, depondo o presidente Jango e iniciando um regime de exceção no Brasil, com a disseminação do "fantasma" do comunismo.

Aula 10

O governo João Goulart e as crises da República de 1961 e 1964

*Leonardo Leonidas de Brito
Vera Lúcia Bogéa Borges*

Meta da aula

Apresentar o período de governo de João Goulart, enfatizando as questões primaciais do período, seus momentos de crise e as disputas políticas e ideológicas que marcaram aquele contexto.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer os elementos que contribuíram para a crise sucessória de 1961 e seus desdobramentos;
2. identificar como o retorno ao sistema presidencialista, a partir da realização do plebiscito, e o acirramento das tensões entre os diversos atores do cenário político brasileiro provocaram a reação dos setores conservadores do Brasil e o golpe militar de 1964.

INTRODUÇÃO

O governo de João Goulart (Jango) na presidência da República, entre os anos de 1961 e 1964, foi atravessado por duas crises bastante distintas, tanto no início quanto no momento de sua saída do poder. A primeira, em agosto de 1961, ocorreu sete meses após a posse de Jânio Quadros como presidente em solenidade inaugural. Ele recebeu a faixa presidencial na recém-inaugurada nova capital, Brasília. Assim, diante da renúncia de Jânio Quadros, Jango tornou-se presidente da República. Em abril de 1964, uma segunda crise abreviou seu mandato a partir de uma conspiração política que resultou no golpe militar contando com o apoio de setores civis da sociedade brasileira.

Esses dois acontecimentos históricos – em 25 de agosto de 1961 e em 1º de abril de 1964 – servem de referência para a reflexão acerca do que foi a administração de Jango, que entrara para a história do Brasil contemporâneo por ter tido um governo reformista e nacionalista. É inegável que a renúncia de Jânio Quadros deixou o país perplexo e acabou por produzir as versões interpretativas mais distintas possíveis para esse fato inesperado. Vários elementos acrescentavam intensidade à situação, como, por exemplo, a resistência de setores militares contra a posse de Jango, que, no momento da renúncia, encontrava-se em viagem oficial à China comunista em tempos de Guerra Fria.

Após esta crise sucessória, que durara onze dias – até 7 de setembro de 1961 –, o sucessor legítimo estabelecido pela Constituição do país, Jango, tomou posse como presidente da República. Para solucionar a situação, um sistema parlamentarista foi estabelecido às pressas como solução de compromisso adotada entre os setores legalistas que defendiam o respeito à Carta Constitucional vigente (portanto, a posse do vice de Jânio Quadros e os setores conservadores que viam Jango e os trabalhistas como uma ameaça

“esquerdista” naqueles anos iniciais da década de 1960). Fazendo-se valer do novo regime estabelecido no país, o mineiro Tancredo Neves fora escolhido para chefiar o primeiro gabinete ministerial.

Além disso, o governo de João Goulart foi marcado por pressões de diferentes setores da sociedade, com bandeiras de lutas polêmicas, como a nacionalização de empresas estrangeiras e o estabelecimento da reforma agrária no país. Modificações no setor bancário, maior controle sobre a remessa de lucros de empresas estrangeiras situadas no país e as reformas tributária e eleitoral se constituíram como pontos de relevo no debate e na agenda política brasileira. Todas essas reivindicações atendiam aos setores mais populares da nação. Entretanto, provocaram reações virulentas nos setores mais conservadores da sociedade brasileira, que, gradativamente, articularam o golpe de abril de 1964, encerrando de forma abrupta o governo Jango.

A crise de 1961: “forças ocultas” e a renúncia do presidente da “vassoura”

Em janeiro de 1961, Jânio Quadros (Partido Democrata Cristão/PDC-UDN) e João Goulart (Jango – PTB) tomaram posse, respectivamente, como presidente e vice-presidente do Brasil. O novo presidente herdou um país com dificuldades financeiras e não conseguiu dar respostas efetivas para solucioná-las. A equipe ministerial recém-formada era marcada pelo *antigetulismo* e contava com nomes como, por exemplo, o ministro Afonso Arinos de Melo Franco (UDN-MG), na pasta das Relações Internacionais. Dos treze ministérios, o Partido Social Democrata (PSD) foi agraciado com apenas um ministério, o da Viação e Obras Públicas (futuro Ministério dos Transportes), com Clóvis Pestana, que ocupou uma cadeira de deputado federal pelo Rio Grande do Sul em inúmeras legislaturas, fato que evidenciava o pouco espaço ocupado pelo PSD na composição do primeiro escalão do novo governo.



Jânio Quadros

Foi, sem dúvida, uma das figuras mais excêntricas e polêmicas da política brasileira no século XX. Duas frases são sínteses lapidares de sua carreira singular: “Jânio elege-se com seus defeitos e governa com suas qualidades”; “Jânio é a UDN de porre!”. Carlos Lacerda ainda chegou a afirmar, um dia, quando Jânio ocupava a presidência, “que por baixo do Palácio do Planalto corria um rio de uísque e de irresponsabilidade”.

De acordo com Paulo Vinentini (2003, p. 207-208), pressionado pela situação econômica interna – inflação, carestia e endividamento do país – e pelas aceleradas transformações mundiais, Jânio Quadros lançou a Política Externa Independente (PEI), o que significou uma modificação substancial em relação aos governos anteriores de Getúlio Vargas (1951-1954) e Juscelino Kubitschek (1955-1960), frequentemente alinhados com os países capitalistas mais desenvolvidos. Em tempos de Guerra Fria, Jânio procurava manter um discurso crítico em relação aos Estados Unidos e, certamente, inspirava-se na postura da França, baseada no nacionalismo de Charles de Gaulle.



Charles André Joseph Marie de Gaulle (1890-1970)

General, político e estadista francês que liderou as *Forças Francesas Livres* durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1958, participou da fundação da Quinta República Francesa, ocupando, posteriormente, o cargo de presidente entre 1959 e 1969.

Assim, Charles de Gaulle iniciou um governo forte, nacionalista e conservador. Em sua administração, a França conseguiu reerguer sua economia e restabeleceu o poder político francês no continente.

Em seu breve governo, Jânio Quadros parecia provocar reações desfavoráveis tanto no plano interno quanto externamente. O presidente tinha um estilo bastante peculiar de se comportar à frente do governo, ao fazer questão de despachar com seus assessores vestindo o que ele chamava de *slacks*, isto é, uns blusões folgados, usados fora das calças, abotoados na frente. Além disso, adotou medidas curiosas, como proibir a briga de galo e o uso de biquínis nos concursos de miss Brasil. Essas ações eram amplamente exploradas pela imprensa da época.

A este quadro somaram-se outras atitudes de Jânio Quadros que pareciam isoladas, mas que depois foram articuladas em um complicado quebra-cabeça por seus opositores. O presidente condecorou, por exemplo, o astronauta soviético Yuri Gagarin e um dos companheiros de luta de Fidel Castro, Ernesto *Che* Guevara. Além disso, cogitou em uma entrevista à imprensa a possibilidade de reatamento das relações do Brasil com a União Soviética. A situação pareceu ter atingido seu ponto máximo quando, em 25 de agosto de 1961, após as cerimônias pelo *Dia do Soldado*, Jânio Quadros reuniu seus ministros militares e leu a sucinta mensagem: “Nesta data e, por este instrumento, deixando com o ministro da Justiça as razões de meu ato, renuncio ao mandato de presidente da República.”

Enquanto o ministro da Justiça, Oscar Pedroso Horta, entregava ao presidente do Congresso, Auro de Moura Andrade, a carta-renúncia para sua leitura pública, o presidente já estava no aeroporto de Brasília e rumava para a cidade de São Paulo. Por sua vez, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou a renúncia presidencial e, de acordo com a Constituição do país,

conduziu ao cargo de presidente interino Ranieri Mazzili, presidente daquela Casa. No episódio da partida de Jânio Quadros, dois acontecimentos deram tom pitoresco ao surpreendente gesto do então presidente demissionário. O primeiro referia-se ao fato de Jânio Quadros limpar os sapatos antes de embarcar para “não levar sequer a poeira de Brasília”. Já o segundo era o fato de levar consigo a faixa presidencial para sua utilização em caso de necessidade.

Mas, afinal, por que Jânio Quadros renunciou às vésperas de completar sete meses na presidência da República no Brasil? Esta não é uma questão fácil de ser respondida. Até hoje, várias suposições cercam esse acontecimento. Aqueles que não apoiavam o presidente, isto é, os não janistas, diziam que tanto podia ser um gesto irresponsável motivado por pileque – uma vez que muitos acreditavam que o presidente gostava de beber – quanto uma tentativa de autogolpe. Nesta última hipótese, como a renúncia não seria aceita pela população e muito menos aprovada pelos políticos, o presidente voltaria para o poder com força total. Talvez isto explique o fato de o presidente demissionário viajar levando consigo a faixa presidencial...

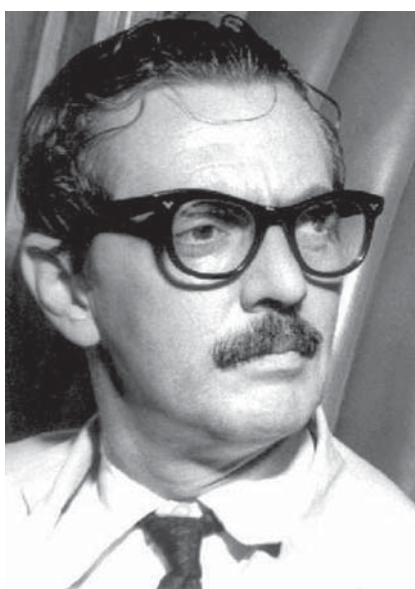


Figura 10.1: Jânio Quadros, polêmico até nas imagens...

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/8e/Janio1.jpg>

Entre a renúncia de Jânio Quadros ao cargo de presidente da República e a posse de João Goulart passaram-se onze dias. Apesar de a Constituição brasileira garantir como sucessor legítimo o vice-presidente, no caso, Jango, os militares resistiam a esta situação. Ainda em agosto de 1961, os ministros militares – general Odílio Denys, da Guerra, almirante Sílvio Heck, da Marinha, e o brigadeiro Gabriel Grün Moss, da Aeronáutica – assinaram um manifesto contundente de oposição à posse de Goulart. Afinal, de acordo com a perspectiva militar, recordavam que, enquanto ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, entre junho de 1953 e fevereiro de 1954, Jango incentivara *agitações nos meios sindicais* com objetivos meramente políticos. Além disso, os militares afirmavam que estavam convictos da aproximação de Jango com agentes do comunismo internacional. Para agravar a situação, João Goulart encontrava-se, desde 30 de julho daquele ano, em missão oficial à China comunista. O cenário de um possível golpe delineava-se com cores bastante fortes. A reação veio por intermédio da *Rede da Legalidade*, isto é, uma forte campanha feita no rádio, direcionada para a sociedade civil, com objetivo de informação e de mobilização, tendo sido idealizada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Esta campanha ganhou um poderoso aliado, o general José Machado Lopes, comandante do III Exército, que tinha sob seu comando mais de cem mil homens. Outros quatro governadores defendiam a posse de Jango: Carvalho Pinto, de São Paulo; Nei Braga, do Paraná; Juraci Magalhães, da Bahia; e Mauro Borges, de Goiás. A situação interna do país era muito delicada. Rapidamente, os políticos, atentos à situação, buscaram uma solução diante do impasse. Um dos nomes que mais se destacaram naqueles dias foi o de Tancredo Neves, político do PSD de Minas Gerais que acabara de desocupar a Secretaria de Finanças de seu estado natal e, anteriormente, entre junho de 1953 e agosto de 1954, ocupara o Ministério da Justiça e Negócios Exteriores do segundo governo de Getúlio Vargas. Finalmente, o Congresso aprovou o ato adicional à Constituição, que instituiu o parlamentarismo no Brasil. Assim, em 7 de setembro de 1961, João Goulart tomou posse como presidente da República, e Tancredo Neves tornou-se primeiro-ministro.



Figura 10.2: Leonel Brizola, em foto dos anos 1980.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/ce/Brizola.jpg>



João Belchior Marques Goulart (1919-1976), uma breve biografia

João Belchior Marques Goulart nasceu na cidade de São Borja, no Rio Grande do Sul, sendo filho de um estancieiro, Vicente Goulart, que criava gado bovino e ovino em duas grandes propriedades. Seu pai também desenvolvia atividades comerciais e industriais. Além disso, Vicente Goulart era um dos proprietários da firma *Vargas, Goulart, Gomes e Cia. Ltda.*, em sociedade com o irmão de Getúlio Vargas, na produção de charque (tipo de carne-seca). Getúlio Vargas era vizinho e amigo da família Goulart. Por sua vez, uma irmã de João Goulart, Neusa, casou-se com Leonel Brizola (governador do Rio Grande do Sul de 1959 a 1963, deputado federal pelo estado da Guanabara de 1963 a 1964 na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro, PTB, e governador do Rio de Janeiro a partir de 1983, eleito no ano anterior pelo Partido Democrático Brasileiro, PDB). Com o fim do Estado Novo, em outubro de 1945, Getúlio Vargas, chefe do governo deposto, retornou a São Borja, sua cidade natal, e passou a vi-

ver em sua estância de Itu, onde fortaleceu os laços de amizade com Jango, seu assíduo visitante. Em abril de 1950, durante um comício no Rio Grande do Sul, Jango lançou o nome de Vargas para a presidência da República, que acabou por assumir o poder no ano seguinte. Depois de transferir-se para o Rio de Janeiro, após a vitória de Vargas, Jango cresceu em prestígio político e ampliava cada vez mais suas bases sindicais. Em meados de 1953, João Goulart foi nomeado para o Ministério do Trabalho, numa tentativa de reaproximação de Vargas com os trabalhadores. Ele chegou à presidência da República em condições turbulentas, provocadas pela renúncia de JQ (Jânio Quadros). Foi o último presidente civil antes do longo interregno autoritário (1964-1985) que marcou a história brasileira na segunda metade do século XX. Jango morreu em condições ainda não totalmente esclarecidas (oficialmente fala-se de um ataque cardíaco), no exílio, no município de Mercedes, no interior da Argentina, em 1976.



Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/dc/Jango.jpg>

O governo João Goulart: os anos iniciais

Segundo Leonardo Brito (2010), o governo João Goulart foi marcado por manifestações de diversos setores progressistas existentes no Brasil, que passaram a postular importantes reformas no capitalismo brasileiro. Naquela conjuntura histórica, uma das principais bandeiras de luta das chamadas Reformas de Base e um dos temas centrais da agenda política era a reforma agrária. Ainda de acordo com este autor, as discussões sobre o mundo rural vinham à tona quanto à emergência de um novo ator, o camponês, cujas reivindicações, bandeiras e lutas ganhavam significativo espaço no cenário político brasileiro. Assim, no início da década de 1960, os processos de desconstrução das relações tradicionais no mundo rural brasileiro e o questionamento da autoridade dos grandes proprietários ganharam cada vez mais espaço na realidade brasileira. No quadro das reivindicações no campo, as Ligas Camponesas lutavam pela terra e apresentavam pretensões políticas que superavam a ação reguladora do Estado em relação à ação de sindicatos rurais. Em linhas gerais, podemos compreender as Ligas Camponesas como associações de trabalhadores rurais surgidas inicialmente em Pernambuco, no ano de 1955, e que se espalharam por outros estados brasileiros até 1963, com destaque para os estados da Paraíba, do Rio de Janeiro e de Goiás. Coube à imprensa e aos setores conservadores da região qualificá-la de *liga* em referência a outras uniões que existiam, na periferia do Recife e em cidades satélites próximas, desde o final da década de 1940 e que estavam associadas ao Partido Comunista Brasileiro. Um dos líderes das Ligas Camponesas foi Francisco Julião.



Francisco Julião Arruda de Paula (1915-1999)

Nasceu no município de Bom Jardim, no estado de Pernambuco, sendo seus pais integrantes de famílias tradicionais pernambucanas. Durante a juventude, estudou no Faculdade de Direito do Recife, importante centro de oposição ao Estado Novo e à interventoria de Agamenon Magalhães no estado, implantados no final de 1937. Durante a realização do curso universitário, Julião já tinha ideais marxistas e considerava fundamental a participação dos camponeses na transformação da sociedade brasileira. De acordo com Vilma Keller, ao exercer a profissão de advogado como defensor dos camponeses, Julião percebeu a distância que existia entre a lei codificada e a que realmente se aplicava no campo. As principais causas que envolviam seus clientes diziam respeito aos aumentos arbitrários do foro pago pelos trabalhadores aos donos das terras e à defesa dos moradores ameaçados de expulsão pelos grandes proprietários. Além disso, Julião também se especializou em questões familiares, com destaque para a defesa dos direitos das mulheres. Como normalmente não obtinha sucesso nas causas defendidas nas questões do campo – em função da legislação vigente –, Julião amadureceu a ideia de organizar e unir os lavradores; assim, sua ação superaria a assessoria jurídica que prestava até então a este segmento da sociedade. Simultaneamente, passou a incentivar a presença de camponeses nas audiências e nos julgamentos de processos, como forma de desenvolver o hábito de iniciativas coletivas e formas embrionárias de organização dos trabalhadores do campo. Depois de alguns anos como filiado ao Partido Republicano (PR), ingressou, no início dos anos 1950, no Partido Socialista Brasileiro (PSB). Escreveu alguns títulos sobre o cotidiano camponês

no Brasil, sendo sua estreia na literatura em 1951, com o livro *Cachaça*, título que se referia à prática de certos latifundiários de pagar seus trabalhadores com aquela bebida. A primeira edição de *Cachaça* recebeu um elogioso prefácio de Gilberto Freyre. Na política, durante o segundo governo Vargas, ocupou uma cadeira na Assembleia Legislativa. Posteriormente, assumiu a defesa jurídica dos membros da *Sociedade Agrícola e Pecuária de Pernambuco* (SAPP), que funcionava na forma de cooperativa, a partir de uma iniciativa dos arrendatários de terras. Esta experiência multiplicou-se pelo estado de Pernambuco. Ainda de acordo com Vilma Keller, as associações camponesas formadas depois da SAPP ficaram conhecidas como Ligas Camponesas, expressão utilizada inicialmente pelo *Diário de Pernambuco* para sugerir a existência de uma ligação desse movimento com as organizações rurais de mesmo nome, que foram criadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1945 e extintas em 1947. Apesar da ação repressiva do governo estadual associada com a ação dos capatazes dos grandes proprietários de terra a esta iniciativa, o movimento cresceu rapidamente, mobilizando lavradores de toda a região da Zona da Mata. Com o avançar da década de 1950, a ação do movimento era noticiada pelos principais jornais do país. Julho, por exemplo, recebeu a solicitação de *O Estado de S. Paulo* para escrever uma série de artigos sobre o tema. Além disso, algumas entrevistas realizadas com o líder das Ligas, pelos jornalistas Heráclio Sales e Antonio Calado, foram publicadas no *Jornal do Brasil* e no *Correio da Manhã*. Por sua vez, em 1960 foram organizados comícios regionais das Ligas Camponesas em dez estados brasileiros. Em 1963, foi deflagrada, em Pernambuco, a primeira greve dos trabalhadores rurais, que durou quatro dias e chegou a paralisar a vida econômica do estado, ao reivindicar a imediata aplicação das leis trabalhistas no

campo. Com a ditadura militar estabelecida no país a partir de 1964, Julião foi preso, e, depois de solto, partiu para o exílio. Ele morreu no México em 10 de julho de 1999.



Fonte: <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/parlamentares/01desenhos/FranciscoJuliao.gif>



Figura 10.3: Panfleto contrário à política agrária do governo Goulart.
Fonte: Arquivo Cordeiro de Farias/CFa tv 1963.05.02 doc8/CPDOC



Brizola e as Reformas de Base

É inegável o importante papel exercido pelo ex-governador e ex-deputado federal Leonel Brizola na luta pela realização das "Reformas de Base". No entanto, o líder gaúcho estava longe de ser unanimidade frente às forças nacionalistas de "esquerda" da cena política brasileira, ou seja, àquelas que representavam setores da sociedade

civil que almejavam mudanças nas estruturas sociais do país. Brizola foi, por diversas vezes, acusado de divisionista e "irresponsável" por nacionalistas, comunistas e até pela Ala "Janguista" do PTB, seu partido. Seu radicalismo, ao encampar a bandeira das Reformas "Com ou sem o Congresso", pressionava Jango a abandonar seu usual estilo político conciliatório, mas, ao mesmo tempo, "engrossava" a sanha dos grupos civis e militares golpistas que àquela altura já tramavam, com todo denodo possível, jogar a democracia no lixo (BRITO, [2010], p. 5).

Durante o ano de 1961, mais de cem greves foram deflagradas no Brasil. Em linhas gerais, os trabalhadores reivindicavam tanto aumento de salário quanto respeito à legislação trabalhista. No mês de outubro, os bancários conseguiram parar o setor em todo o país e acabaram conquistando um aumento de 40% para a categoria. A resposta para esse tipo de mobilização foi a repressão policial, na maioria das vezes extremamente violenta, contra os grevistas. A mobilização era tão expressiva que se chegou a cogitar uma greve nacional, o que acabou não acontecendo. Diante da mobilização da esquerda, os grupos de direita começaram gradativamente a se organizar, como o *Instituto Brasileiro de Ação Democrática* (Ibad), a *Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas* e até o radical *Movimento Anticomunista* (MAC).



Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad)

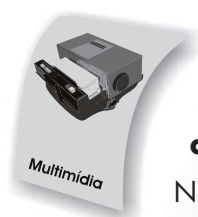
Organização fundada em maio de 1959 por Ivan Hasslocher com o objetivo de combater a propagação do comunismo no Brasil. Financiada

por contribuições de empresários brasileiros e estrangeiros, intensificou suas atividades em 1962 através da Ação Democrática Popular (Adep), sua subsidiária, que interveio ativamente na campanha eleitoral daquele ano, patrocinando candidatos que faziam oposição ao presidente João Goulart. Foi fechado, juntamente com a Adep, em 20 de dezembro de 1963 acusado de "exercer atividade ilícita e contrária à segurança do Estado e da coletividade" (LAMARÃO, 2001, p. 2.781).

Movimento Anticomunista (MAC)

Grupo armado de extrema direita criado em 1961 no Rio de Janeiro, então estado da Guanabara com o objetivo de combater o "perigo vermelho". Acusado de receber apoio da agência central de informações norte-americana – a Central Intelligence Agency (CIA) – e de contar com a tolerância do governo de Carlos Lacerda, o MAC realizou vários atentados a bombas no Rio de Janeiro. Em 1962, seus membros metralhavam o prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE), lançaram bombas de gás no plenário do III Encontro Sindical e atacaram a sede da missão soviética. Essa série de atentados provocou um pedido de investigação por parte do Conselho de Segurança Nacional. Durante as investigações foram citados como membros do MAC: Rubens dos Santos Werlang, Luís Botelho, Roberto Megessy Pereira e Aluisio Gondim. Na década de 70, o MAC realizou ações conjuntas com o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) (ABREU, 2001, p. 3.960).

Em 1962, ocorreu em Curitiba um Encontro Nacional de Reforma Universitária promovido pela União Nacional dos Estudantes. Uma das principais questões discutidas era a criação do movimento *UNE-Volante*, com o objetivo de garantir a participação dos estudantes nos conselhos universitários na proporção de um terço. A reação dos reitores não demonstrava simpatia a esta ideia e, assim, provocou a greve *do terço*, como ficou conhecida a mobilização estudantil. Por esta ocasião, uma das principais músicas tocadas como bandeira de luta era "Os Subdesenvolvidos", de Carlos Lyra e Francisco de Assis. A composição era bem-humorada, ao criticar a dependência cultural, política e econômica do país desde o descobrimento, sendo censurada após 1964.



Músicas que contam a história política do Brasil

No site oficial do jornalista Franklin Martins existe, ao lado de vários temas interessantes e relevantes para nossa aula, um link em que você pode ouvir músicas ligadas, direta ou indiretamente, a momentos de nossa história política, desde a República Velha. Além disso, você pode conferir notícias de rádio, trechos de discursos, debates. Acesse http://www.franklinmartins.com.br/som_na_caixa.php

Nos primeiros dias de janeiro de 1963, ocorreu um plebiscito no Brasil garantindo a volta do sistema presidencialista, que era defendido por João Goulart. Além disso, dois grandes partidos brasileiros, a UDN e o PSD, também se manifestavam a favor deste retorno, já que esperavam eleger futuramente um presidente que não tivesse seus poderes limitados pela figura do primeiro-ministro. Com o retorno ao presidencialismo, o presidente João Goulart passou a governar com maiores poderes após dezesseis meses de existência do

sistema parlamentarista no Brasil. O resultado das urnas representou a demonstração de apoio popular ao governo, e isto assustava cada vez mais as forças conservadoras que, em 1961, quase conseguiram impedir sua posse. Poucos dias após a divulgação do resultado da consulta, ocorreu a posse do novo ministério, o primeiro escolhido pelo presidente João Goulart e no qual se destacaram três nomes: San Tiago Dantas, político e diplomata respeitado dentro e fora do país, no Ministério da Fazenda; Almino Afonso, parlamentar do Amazonas e radicado em São Paulo, no Ministério do Trabalho; e Celso Furtado, economista de trânsito livre nos meios acadêmicos, como ministro extraordinário do Planejamento.

Segundo Cristina Guido:

A política econômica do governo presidencialista de Goulart baseou-se nas diretrizes traçadas pelo Plano Trienal, executado sob a direção de Celso Furtado e San Tiago Dantas. Esse plano propunha medidas de combate à inflação que deveriam fazer parte de um planejamento geral de retomada de altos índices de crescimento da economia. O objetivo primordial era reduzir o índice da inflação – que em 1962 chegara a 52% – a um nível de 10% em 1965, mantendo ao mesmo tempo um índice de crescimento real em torno de 7% ao ano. O Plano Trienal propunha ainda um programa para a implementação das chamadas reformas de base, tidas como necessárias para o desenvolvimento econômico do país. As reformas sugeriam, em primeiro lugar, racionalizar a ação do governo através das reformas administrativa e bancária e, em seguida, eliminar os entraves institucionais à utilização ótima dos fatores de produção, destacando-se as reformas fiscal e agrária (GUIDO, 2001, p. 2.442).



Reforma fiscal ou tributária

Até 1966, data da implantação da Reforma Tributária, vigorava o sistema tributário estabelecido pela Constituição de 1946, com algumas alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 5/61. Nesse sistema, os estados participavam dos recursos federais por meio de uma parcela da arrecadação dos impostos únicos, referentes à energia elétrica, aos minerais e combustíveis. Desses impostos, os municípios recebiam parcelas menores que as dos estados, e contavam ainda com 10% do Imposto de Renda (IR) e do Imposto de Consumo (IC); a distribuição era equitativa, o que contribuiu para um grande aumento do número de municípios na primeira metade da década de 1960.

Reforma agrária

Processo de redistribuição da propriedade da terra promovido pelo Estado, sobretudo em áreas de agricultura tradicional e pouco produtivas. Além dos objetivos político-sociais de permitir o acesso à propriedade da terra aos que nela trabalham, de eliminar grandes desigualdades e impedir o êxodo rural, fixando o homem no campo, a reforma agrária tem objetivos econômicos: desconcentrar a repartição da renda agrícola e elevar a produtividade do trabalho e do solo. No Brasil, a partir de 1955, várias proposições de leis agrárias foram apresentadas ao Congresso, sem sucesso. Durante o governo Goulart, foi criada, em nível federal, a Superintendência da Reforma Agrária (Supra), que teve sua atuação interrompida pela queda do governo em 1964.



Atende ao Objetivo 1

1. Leia atentamente o comunicado de Jânio Quadros, dirigido aos brasileiros, referente à renúncia ao cargo de presidente da República em 25 de agosto de 1961. E, a seguir, responda o item que segue.

Fui vencido pela reação e, assim, deixo o governo. Nestes sete meses cumpri o meu dever. Tenho-o cumprido dia e noite, trabalhando infatigavelmente sem prevenções nem rancores. Mas baldaram-se [frustraram-se] os meus esforços para conduzir esta nação pelo caminho de sua verdadeira libertação política e econômica, o único que possibilitaria progresso efetivo e a justiça social a que tem direito o seu generoso povo. Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando neste sonho a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam até com a desculpa da colaboração. Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranquilidade ora quebradas e indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio, mesmo, não manteria a própria paz pública. Encerro assim, com o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes e para os operários, para a grande família do país, esta página de minha vida e da vida nacional. A mim não falta a coragem da renúncia. Saio com um agradecimento e um apelo. O agradecimento é aos companheiros que comigo lutaram e me sustentaram dentro e fora do governo e, de forma especial às Forças Armadas, cuja conduta exemplar, em todos os instantes, proclamo nesta oportunidade. O apelo no sentido da ordem, do conagraçamento, do respeito e da estima de cada um dos meus patrícios, para todos, de todos, para cada um. (...) Somente assim seremos dignos da nossa herança e da nossa predestinação cristã. Retorno agora ao meu trabalho de advogado e professor. Trabalhemos juntos. Há muitas formas de servir nossa pátria. Brasília, 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros (DEL PRIORI, 1997, p. 103).

Analise a característica que você considera mais importante existente na carta de renúncia de Jânio Quadros.

Resposta Comentada

Jânio Quadros declarou-se exaurido por trabalhar sem parar em prol da nação e, naquele momento, sentia-se vencido pelos críticos e opositores existentes, tanto no Brasil quanto no exterior, ao seu governo. Com certeza, nessa carta, existe uma referência direta à pressão norte-americana, uma vez que o governo norte-americano tinha desconfianças em relação às medidas da PEI. Por fim, ele agradece às Forças Armadas, importantes aliadas no seu governo, ao respeitarem as regras constitucionais e democráticas do país.

Os contornos de outra crise republicana: a deposição de Jango

1964 foi um ano decisivo para o Brasil. Desde o mês de janeiro, o cenário do golpe que depôs o presidente João Goulart já se delineava. Vários acontecimentos poderiam ser lembrados, mas vamos nos concentrar no *Comício das Reformas*, realizado na praça da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, também conhecido como *Comício da Central*. Em 13 de março de 1964, esta manifestação reuniu mais de duzentas mil pessoas, que ouviram o discurso do presidente da República, considerado por seus opositores como *radical*, uma vez que anunciava várias reformas. Com certeza, esta pode ser considerada a causa imediata para a ação militar alguns dias depois, isto é, em 1º de abril. A reação dos setores conservadores foi quase imediata,

ao reunir, em 19 de março, no centro da cidade de São Paulo, mais de quinhentas mil pessoas na maior manifestação contra o governo João Goulart, a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*.



Marcha da Família com Deus pela Liberdade

Movimento organizado no início de 1964 com a finalidade de sensibilizar a opinião pública contra as medidas que vinham sendo adotadas pelo governo João Goulart. Congregou setores da classe média temerosos do “perigo comunista” e favoráveis à deposição do presidente da República. Neste movimento destacaram-se setores do clero e entidades femininas, tendo como principal articulador o deputado Antonio Sílvio da Cunha Bueno, apoiado pelo governador paulista Ademar de Barros. Durante o percurso da manifestação, foi distribuído o Manifesto ao Povo do Brasil, convocando a população a reagir contra Jango.



Figura 10.4: Comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964.

Fonte: <http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=933&query=advsearch&search%5Fby%5Fauthorname=all&search%5Fby%5Ffield=tax&search%5Fby%5Fheadline=false&search%5Fby%5Fkeywords=%7B%7D&search%5Fby%5Fpriority=all&search%5Fby%5Fsection=131&search%5Fby%5Fstate=all&search%5Ftext%5Foptions=all&sid=131&text=&tpl=view%5FEXPO%2Dgaleria%2Ehtm>

Várias cidades brasileiras seguiram o exemplo iniciado em São Paulo, mas neste momento o presidente João Goulart já estava deposto e as mobilizações ficaram conhecidas como *As Marchas da Vitória*. Afinal, como se desenrolou a ação dos conspiradores? De acordo com o combinado, a ação começaria por Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro. Por sua vez, o governador Carlos Lacerda se cercou, fortemente armado, no Palácio da Guanabara. Neste momento, Jango partiu do Rio de Janeiro com destino a Brasília, sendo que em nenhuma das duas cidades ele se sentiu seguro, chegando a confidenciar ao seu assessor de imprensa, Raul Ryff, que pretendia sair dali, pois se sentia em uma armadilha. Ele, então, voou em direção a Porto Alegre, e de lá partiu para o exílio no Uruguai. Apenas em 1976 voltaria ao Brasil para ser enterrado. Foram poucas as manifestações de rua contra a deposição do presidente diante da declaração de que a presidência da República estava vaga, e o poder entregue ao presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli.

Mas como podemos compreender o golpe de 1964? Muitos militares se mostravam realmente convencidos de que o regime que estava estabelecido no Brasil desde o final da Segunda Guerra Mundial, como o fim do Estado Novo, estava ameaçado pela guinada à esquerda defendida nas reformas propostas pelo governo João Goulart. A partir daí, os militares dominaram o Poder Executivo, que se apresentava fortalecido em relação aos outros dois, isto é, o Legislativo e o Judiciário. Além disso, o regime político estabelecido era marcado pelo autoritarismo, ao garantir a imposição do Estado em relação às liberdades individuais. Desta forma, não havia um projeto de governo bem definido por parte dos militares, mas, sim, a convicção de que era necessário colocar o país novamente nos rumos da *ordem* e da *tranquilidade*.



Atende ao Objetivo 2

2. Em 1º de abril de 1964, tropas militares aplicaram um golpe na ordem democrática, destituindo o presidente João Goulart e formando uma junta militar para governar o país, sendo apoiada por grupos dominantes e por políticos conservadores. Assim, sem conseguir elaborar uma resistência efetiva contra o golpe, o Brasil entrava no seu mais longo período de ditadura. A partir destas considerações, retire do panfleto apresentado um aspecto utilizado pelos opositores de Jango para justificar o uso da força na interrupção do rumo democrático do país, ao estabelecerem um regime de exceção.

AAP 64.02.19
R. 64

CONCENTRAÇÃO POPULAR DIA 13 DE MARÇO NA CENTRAL DO BRASIL

Aos Trabalhadores e ao Povo em Geral

As entidades sindicais e organizações que subscrevem esta convocação, na qualidade de autênticas e legítimas representantes de todas as categorias profissionais de trabalhadores da cidade e do campo, dos servidores públicos civis e militares, dos estudantes e das demais camadas e setores populares, juntamente com a Frente Parlamentar Nacionalista, convocam os trabalhadores e o povo em geral para participarem da CONCENTRAÇÃO POPULAR que será realizada no próximo dia 13 de março (sexta-feira), com início às 17,30 horas, na Praça da República (lado da Central do Brasil) e para a qual está convidado, e comparecerá, o senhor Presidente da República.

Os trabalhadores e o povo em geral demonstrarão, nessa oportunidade, que estão decididos a participar, ativamente, das soluções para os problemas nacionais e manifestarão sua inabalável disposição a favor das reformas de base, entre as quais a agrária, a bancária, a administrativa, a universitária e a eleitoral, que querem ver concretizadas neste ano de 1964.

De igual forma, manifestando em praça pública a defesa das liberdades democráticas e sindicais, exigiremos também a extensão do direito de voto aos analfabetos, soldados, marinheiros e cabos, e elegibilidade para todos os eleitores, bem como a necessidade da imediata anistia a todos os civis e militares indiciados e processados por crimes políticos e pelo exercício de atividades sindicais.

Conclamamos os trabalhadores e o povo em geral para essa demonstração cívica de unidade e patriotismo, na defesa das soluções populares e nacionalistas para os problemas brasileiros, certos de que ao povo compete, legitimamente, traçar os rumos definitivos dos destinos nacionais e de que, de sua mobilização, depende o êxito de qualquer programa que vise ao atendimento das necessidades sociais e dos supremos interesses da Nação, como a reformulação da política econômico-financeira e de medidas outras que conduzam ao fortalecimento do monopólio estatal do petróleo e a ampliação da Petrebrás, e à efetivação da Reforma Agrária, como a declaração de utilidade públi-

2

ca ou de interêsse social para efeito de desapropriação e entrega aos camponeses sem terra, das áreas inaproveitáveis situadas às margens dos açudes, ferrovias e rodovias, cujo Decreto deverá o Presidente da República assinar na oportunidade daquele ato público.

TUDO PELA UNIDADE DO POVO E AMPLIAÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA!

TUDO PELA CONCRETIZAÇÃO DAS REFORMAS DE BASE!

TUDO PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS E SINDICAIS!

TODOS A CONCENTRAÇÃO POPULAR DO DIA 13 DE MARÇO,
AS 17,30 HORAS, NA PRAÇA DA REPÚBLICA!

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1964

Dante Pellacani — Comando Geral dos Trabalhadores.

Clodsmidt Riani — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria.

Alfredo Pereira Nunes — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos.

Aluizio Palhano — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito.

Lindolfo Silva — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Dante A. Menezes — Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio.

João Ayrton Santos — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres.

Carlos Taylor — Confederação dos Servidores Públicos do Brasil.

Carlos Alberto Costa Pinto — Federação Nacional dos Jornalistas.

Wilson Reis — Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Telegráficas, Radiotelegráficas e Radiotelefônicas.

Rafael Martinelli — Federação Nacional dos Ferroviários.

Enio Silveira — Comando dos Trabalhadores Intelectuais.

José Paulo da Silva — União dos Portuários do Brasil.

Marcelo Cerqueira — União Nacional dos Estudantes.

Bisneier Maiani — União dos Previdenciários do Brasil.

Oswaldo Pacheco da Silva — Pacto de Unidade e Ação.

Hércules Corrêa dos Reis — Comissão Permanente das Organizações Sindicais.

Olimpio Mendes — União Brasileira dos Estudantes Secundários.

Sérgio Magalhães — Frente Parlamentar Nacionalista.

Anna Montenegro — Liga Feminina da Guanabara.

José Manoel de Melo — União Brasileira dos Servidores Postais e Telegráficos.

Figura 10.5: Panfleto convocando para o Comício das Reformas, conhecido como o Comício da Central, ocasião em que o presidente Goulart proferiu discurso considerado inaceitável por seus opositores.

Fonte: Arquivo Augusto do Amaral Peixoto / AAP ver 64 1964.02.19 doc 2 / CPDOC

Resposta Comentada

O documento é assinado por líderes sindicais de diferentes setores brasileiros, o que demonstrava a mobilização da sociedade às vésperas do golpe de 1964. Para os opositores de Jango, a situação interna do país naquele momento era conturbada, ou seja, com greves, passeatas e mobilizações cívicas, como o Comício da Central. De acordo com este grupo, era necessário trazer a tranquilidade ao país, garantindo a ordem para o sossego da nação.



Jango

Longa-metragem (115 minutos) com direção de Silvio Tendler produzido em 1984.



Fonte: http://www.2001video.com.br/images/fotos_produtos/dvd_16633.jpg

CONCLUSÃO

Em outubro de 1960, a eleição de Jânio Quadros, com 48% do total apurado e quase seis milhões de votos, significou um episódio inédito na história do Brasil, ao garantir a vitória de um candidato fora da aliança PSD-PTB. Todavia, a vitória de um candidato que recebeu o apoio da UDN foi bastante limitada, uma vez que o resultado das urnas indicou para vice-presidente o herdeiro político de Getúlio Vargas, João Goulart, candidato pelo PTB. Esses resultados estariam presentes nas crises republicanas tanto na renúncia presidencial de 1961 quanto no golpe de 1964.

O breve governo de Jânio Quadros mostrou aspectos muito distintos. No plano interno, a administração ocupou-se mais com questões inusitadas, como as brigas de galo e o uso de maiô, do que com medidas que pudessem mudar as bases fundamentais da sociedade brasileira. Já no plano externo, ensaiou-se uma política externa independente, que, tão logo dava seus primeiros passos, foi interrompida pelo gesto inesperado de agosto de 1961. Por sua vez, é possível pensar que a renúncia tenha sido uma jogada política de Jânio Quadros, isto é, uma tentativa sem sucesso de autogolpe como forma de aumentar os seus poderes presidenciais. Porém, o desfecho foi bem diferente, e o Congresso aceitou sua decisão e se instalou, assim, uma crise política no país, no momento em que os setores conservadores tentaram impedir a posse de João Goulart, então vice-presidente da República. Em parte, os opositores de Jango tiveram sucesso em seu ensaio, e o futuro presidente tomou posse, mas agora o Brasil era uma República parlamentarista com a existência da figura do primeiro-ministro.

O governo João Goulart apresentou dois momentos bastante distintos. No primeiro, a existência do parlamentarismo trazia desconforto ao recém-presidente, que finalmente conseguiu derrubar o sistema em janeiro de 1963. A partir daí começava uma nova

etapa na sua administração, que tinha como meta principal a execução do *Plano Trienal*, que mal começava a ser implantado e foi interrompido pelo golpe de 1964.

RESUMO

A aula apresenta duas administrações com características bem diferentes, que foram marcadas por crises políticas republicanas distintas. O breve governo polêmico de Jânio Quadros foi abreviado por sua renúncia ao cargo de presidente do Brasil, o que provocou diferentes interpretações para o gesto. Já o seu sucessor, João Goulart, apesar de tomar posse da presidência, teve seus poderes limitados pela emenda constitucional que estabeleceu o parlamentarismo no país. Finalmente, após a consulta que derrubou este sistema parlamentarista, em janeiro de 1963, configurava-se internamente, e de forma gradativa, o cenário que levou ao golpe de 1964, e que depôs Jango.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, discutiremos o Brasil a partir da ditadura militar estabelecida no país com o golpe militar de 1964, e o período que marcou o país até o estabelecimento do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968.

Aula 11

Ditadura militar (1ª parte)

*Leonardo Leonidas de Brito
Vera Lúcia Bogéa Borges*

Meta da aula

Apresentar a ditadura militar, entre o golpe de 1964 e o estabelecimento do AI-5 em dezembro de 1968, como uma fase de fechamento político gradual, o que restringiu, cada vez mais, a participação popular e a vigência das instituições democráticas no país.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer a estrutura jurídica e política estabelecida a partir do golpe de 1964, que marcou o início da ditadura militar no Brasil;
2. identificar a crise política de 1968, quando a Câmara dos Deputados se recusou a conceder licença para que um parlamentar fosse processado, e que teve como desfecho a edição do Ato Institucional nº 5, significando o recrudescimento da ditadura militar no Brasil.

INTRODUÇÃO

Em 31 de março de 1964, as tropas mineiras e paulistas marcharam para o estado da Guanabara, sob o comando do general Olímpio Mourão Filho. Era o começo da mobilização que resultou no golpe militar, destituindo do poder o presidente João Goulart. A mobilização não resultou em combate propriamente dito, e a ação militar vitoriosa durou pouco mais de dois dias, utilizando tanques e metralhadoras. Em 2 de abril, Jango viajou para Porto Alegre, enquanto, em Brasília, o presidente da Câmara, deputado Ranieri Mazzilli, assumiu a presidência da República. Finalmente, em 11 de abril de 1964, o general Humberto de Alencar Castelo Branco tornou-se presidente, sendo eleito indiretamente pelo Congresso Nacional.

No Brasil, a instauração da ditadura militar pareceu representar um *suspiro de alívio* para muitos setores sociais, inclusive civis, que se aterrorizaram diante das reivindicações por reformas radicais – direito de voto para os analfabetos, reforma agrária – levantadas pelos diferentes movimentos sociais desde 1961. Somado a esse medo, havia o receio de ascensão das camadas populares ao poder, o que era considerado pelos setores conservadores como uma *anomalia*. A frente vencedora era muito heterogênea e tinha propostas diferentes para o regime militar instaurado. Já para muitos políticos, como Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Juscelino Kubitschek, a intervenção seria rápida, o que permitiria a realização de eleições presidenciais no ano seguinte, em 1965. Vale destacar que os três nomes mencionados eram presidenciáveis em potencial. Todavia, o processo histórico inaugurado com o ato golpista transcorreu muito distante dessa previsão. Assim, o regime militar inciou gradativamente a implantação de mudanças nas instituições do país por intermédio dos Atos Institucionais (AI), que eram justificados, de acordo com Boris Fausto (2005, p. 465), “como decorrência do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções”. O AI-1 foi editado antes mesmo da posse de Castelo Branco, sendo assinado pelo *Comando Supremo da Revolução* e suspendendo, por

dez anos, os direitos políticos de cem cidadãos, dentre os quais: Luis Carlos Prestes, João Goulart, Jânio Quadros, Darcy Ribeiro, Josué de Castro e Celso Furtado.



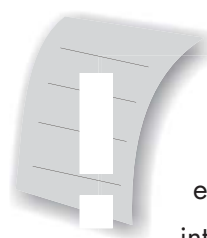
Figura 11.1: General Humberto de Alencar Castelo Branco (1897-1967), primeiro presidente da ditadura militar.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/df/Castelobranco.jpg>

A revolução que não houve (1964-1967)

O grupo mais organizado que tomou o poder em 1964 tinha como mentor o general Castelo Branco e contou com a adesão de duas instituições: os militares da Escola Superior de Guerra (ESG) e os civis do Instituto de Pesquisas e Estudos Superiores (IPES). O grande desafio estava em definir os rumos que o Brasil deveria seguir a partir da construção de uma proposta para o futuro, sendo importante estabelecer determinadas coordenadas de ação. Para Daniel Aarão Reis, em palestra proferida recentemente no Museu da República, o IPES procurou atrelar ao golpe de 1964 a noção de *revolução liberal*, isto é, a defesa pela abertura do país para

a entrada do capital estrangeiro, o fortalecimento da iniciativa privada, a implantação da privatização de muitas empresas e, por fim, a revisão das relações de trabalho entre patrões e empregados com a compressão dos salários. Contudo, essas expectativas não se confirmaram, mas, mesmo perdendo de maneira gradual o apoio de diferentes segmentos da população recebido em 1964, os militares permaneceram no poder até janeiro de 1985.



Escola Superior de Guerra (ESG)

Entidade criada em 22 de outubro de 1948 e subordinada à Presidência da República por intermédio do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). Dentre seus objetivos norteadores, pode-se destacar a condição de laboratório para a criação do futuro Ministério da Defesa ao tornar-se um espaço de troca entre civis e militares que pertenciam à elite brasileira. Seu modelo inspirou-se nos *war colleges* norte-americanos, que prestaram apoio e assistência a esta iniciativa brasileira. Desta forma, a aproximação entre os dois países estendeu-se até o início da década de 70 do século XX por meio da presença regular de um oficial norte-americano nas dependências da ESG. De acordo com Alexandre Barros e Luis Guilherme Bacelar Chaves (2001, p. 2.018), a instituição oferece em tempo integral, e com um ano de duração, quatro cursos regulares: o superior de guerra – aberto para civis e militares –, o de comando e estado-maior – exclusivamente para os oficiais das três Forças Armadas brasileiras –, o de mobilização e o de informações. Frequentemente, as aulas contam com a presença de conferencistas externos que proferem palestras sobre temas nos quais são especializados. No período conspiratório que antecedeu o golpe de

1964, a atuação da ESG sempre é mencionada, uma vez que, três importantes nomes do primeiro governo da ditadura militar eram oriundos da instituição, isto é, o próprio Castelo Branco, Golbery do Couto e Silva e Ernesto Geisel, que foi, alguns anos mais tarde, presidente da República. Já entre os principais civis em atividade na ESG antes do golpe de 1964 estavam Octávio Gouvêa de Bulhões, Roberto de Oliveira Campos, Mario Henrique Simonsen e Antonio Delfim Neto. Como destaca Maria Helena Moreira Alves (1984, p. 25), todos eles ocuparam posteriormente cargos de ministro de Estado nos diferentes governos da ditadura militar. É importante destacar que na Escola Superior de Guerra constituiu-se a filosofia oficial do regime militar que se institucionalizou no país a partir de 1964, isto é, a Doutrina de Segurança Nacional.

Em sua variante teórica brasileira, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento constitui um corpo orgânico de pensamento que inclui uma teoria de guerra, uma teoria de revolução e subversão interna, uma teoria do papel do Brasil na política mundial e de seu potencial geopolítico como potência mundial, e um modelo específico de desenvolvimento econômico associado-dependente que combina elementos da economia keynesiana ao capitalismo de Estado (ALVES, 1984, p. 26).

A partir de 1967, gradativamente, a ESG assumiu o perfil de centro de difusão de conhecimento em declínio da condição de centro de criação de ideias.

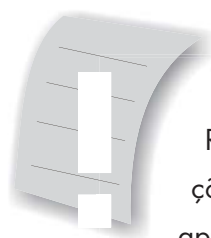
Instituto de Pesquisas e Estudos Superiores (IPES)

Organização de empresários paulistas e cariocas criada em 1962 com o objetivo de “defender a liberdade pessoal e da empresa ameaçada pelo plano de socialização dormente no seio do governo João Goulart, através de um aperfeiçoamento de consciência cívica e democrática do povo” (LAMARÃO,

2001, p. 2.789). Essa instituição desenvolveu intensa propaganda contrária ao comunismo por meio de cursos, seminários, conferências e artigos enviados para os jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*. Além disso, a entidade publicou e distribuiu grande número de livros, folhetos e panfletos de oposição ao governo de João Goulart e de crítica ao marxismo. O IPES participou ativamente do movimento militar que levou ao golpe de 1964 e, gradativamente, reduziu suas atividades até desaparecer por completo em 1972.

Após essas considerações, uma questão fica: afinal, o que mudou no país com a chegada dos militares ao poder? O Brasil passou por aquilo que podemos identificar como *modernização conservadora*, ou seja, a superação definitiva da fisionomia econômica exclusiva de país agrário – o que passou a ser decididamente algo do passado –, a integração nacional por intermédio das rodovias e o desenvolvimento dos meios de comunicação. Rapidamente, o governo de Castelo Branco procurou demonstrar seu controle no país. Para tanto, dois ministros destacaram-se na apresentação do *Programa de Ação Econômica do Governo* (PAEG): Otávio Gouveia de Bulhões, da Fazenda, e Roberto Campos, do Planejamento. O objetivo maior da proposta era reequilibrar as finanças da União por meio do aumento da arrecadação de impostos, da melhoria da situação das empresas públicas e do corte de subsídios de produtos básicos importados como, por exemplo, petróleo e trigo. Para Boris Fausto (1995), as principais medidas do PAEG produziram impacto instantâneo para a população brasileira, com a carestia a partir da elevação de preços tanto da gasolina e do pão quanto das tarifas de energia elétrica e de telefonia. Além disso, o Estado introduziu um novo elemento na cobrança de suas tarifas em atraso: a correção monetária para os impostos a serem pagos depois do prazo de vencimento. Somado a isso, o governo dispensou atenção especial aos trabalhadores. Em primeiro lugar, o Congresso Nacional aprovou

a lei de greve, em junho de 1964, com a introdução de mecanismos que impedissem as paralisações legais, o que estimulava a rotatividade da mão de obra, atendendo aos interesses das empresas. Em segundo lugar, foram estabelecidos reajustes salariais inferiores aos índices de inflação. E em terceiro lugar, o governo aboliu um direito importante da *Consolidação das Leis do Trabalho* (CLT), ou seja, a estabilidade no emprego após dez anos de serviço. Como desdobramento dessa última medida, em setembro de 1966 foi criado o *Fundo de Garantia por Tempo de Serviço* (FGTS). Assim, a classe trabalhadora, cada vez mais sem condições de resistir, foi submetida a sacrifícios pesados impostos pelo governo. Por fim, como forma de equacionar o problema crônico da dívida externa brasileira, a administração de Castelo Branco recorreu à ajuda do Fundo Monetário Internacional (FMI) – que, em janeiro 1965, concedeu ao país um crédito de 125 milhões de dólares – e ao financiamento do governo norte-americano de John Kennedy vindo por intermédio da ***Aliança para o Progresso***, que liberou 23 milhões de cruzeiros a partir da assinatura de dois acordos.



Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)

Reunião de normas que regulamentam as relações individuais e coletivas de trabalho, sendo aprovada por intermédio do Decreto-Lei nº 5.452 de maio de 1943. De acordo com Evaristo de Moraes Filho e José Francisco de Siqueira Neto (2001), a CLT constitui um verdadeiro código representativo do particularismo e da autonomia do Direito do Trabalho. É importante destacar que matérias importantes não foram tratadas neste documento como, por exemplo, os acidentes de trabalho. Todavia, é fundamental realçar que a vastidão da matéria legislada apresenta princípios próprios e autonomia didática, científica, legislativa e jurídica.

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)

Fundo econômico instituído por lei, em 13 de setembro de 1966, com o intuito de garantir, quaisquer que sejam as eventualidades, o tempo de serviço do empregado. De acordo com essa opção do atual regime jurídico único, o empregador pode rescindir, à vontade, o contrato de trabalho, independentemente do tempo de serviço do empregado. Por este sistema, o empregador é obrigado a depositar mensalmente no banco o correspondente a 8% da remuneração de cada empregado da empresa. O saldo só poderá ser levantado em casos específicos como, por exemplo, dispensa injusta, compra da casa própria, casamento e aposentadoria.

Fundo Monetário Internacional (FMI)

Organização financeira internacional, criada em 1944, na Conferência de Bretton Woods. Seu principal objetivo é promover a cooperação monetária no mundo capitalista, levantando fundos entre os diversos países-membros para auxiliar os que se encontram em dificuldades com os pagamentos internacionais. Praticamente todas as nações industrializadas fazem parte do FMI, sendo que cada uma contribui com determinadas cotas.

Aliança para o Progresso

Criada em agosto de 1961, a partir da Carta de Punta del Este, representou um programa de assistência ao desenvolvimento social e econômico da América Latina. Os Estados Unidos participaram das negociações, sendo que os países latino-americanos deveriam traçar planos de desenvolvimento e garantir a maior parte dos custos dos programas, cabendo aos norte-americanos o restante. Ao longo de seus dez anos de existência, a Aliança para o Progresso recebeu inúmeras críticas, sendo que seus opositores a compreendiam como instrumento a serviço dos interesses econômicos e estratégicos dos Estados Unidos no hemisfério.



Atende ao Objetivo 1

1. De acordo com Maria Helena Moreira Alves (1984), o Ato Institucional nº 1 foi redigido em segredo e assinado na tarde de 9 de abril de 1964. Seus autores, desde o preâmbulo do documento, deixaram explícitas as suas intenções, conforme podemos acompanhar no trecho abaixo:

À Nação (...) O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes em Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação em sua quase totalidade, se destina a assegurar, ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil (...). A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar (...). Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República (...). Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes constantes do presente Ato Institucional. Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação (ALVES, 1984, p. 53).

Após este preâmbulo, alguns dos artigos que fazem parte deste ato:

(...) Art. 2º – A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, cujos mandatos terminarão em 31 (trinta e um) de janeiro de 1966, será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, dentro de 2 (dois dias), a contar deste Ato, em sessão pública e votação nominal.(...)

Art. 3º – O Presidente da República poderá remeter ao Congresso Nacional projetos de emenda da Constituição.

Parágrafo único – Os projetos de emenda constitucional, enviados pelo Presidente da República, serão apreciados em reunião do Congresso Nacional, dentro de 30 (trinta) dias a contar do seu recebimento em duas sessões, com o intervalo máximo de 10 (dez) dias, e serão considerados aprovados quando obtiverem, em ambas as votações, a maioria absoluta dos membros das duas Casas do Congresso.

Art. 4º – O Presidente da República poderá enviar ao Congresso Nacional projeto de lei sobre qualquer matéria, os quais deverão ser apreciados dentro de 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento na Câmara dos Deputados, e de igual prazo no Senado Federal; caso contrário serão tidos como aprovados.

(Constituições do Brasil: de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações. Brasília: Senado Federal, 1986.)

A partir da leitura anterior, apresente dois aspectos da institucionalização do regime militar inaugurado com o golpe de 1964.

Resposta Comentada

O texto do AI-1 manteve a Constituição de 1946; todavia, a ditadura militar desrespeitava uma de suas características básicas, que era o equilíbrio entre os três poderes ao privilegiar a esfera de ação do Executivo. Apesar da manutenção do Poder Legislativo, os golpistas não procuravam legitimar sua ação no Congresso Nacional, como é esperado em um regime democrático procurando invertê-lo, uma vez que era esta determinação que garantia o funcionamento do Legislativo. Desde os seus primórdios, a ditadura rompeu com o processo democrático existente no país.



Em junho de 1964, a Presidência da República criou um órgão, o *Serviço Nacional de Informações* (SNI), com a finalidade de coordenar nacionalmente as atividades de informação e contrainformação referentes aos Ministérios e aos serviços estatais, com destaque para aquelas relacionadas à segurança nacional. Desta maneira, o Poder Executivo ficava mais bem aparelhado ao manter o presidente informado sobre o que se passava no Brasil. Como afirma Monica Kornis, o SNI também estava encarregado de coletar, avaliar e integrar as informações “em proveito das decisões do presidente da República e dos estudos e recomendações do Conselho de Segurança Nacional, assim como das atividades de planejamento a cargo da secretaria geral desse Conselho” (2001, p. 5.366). A chefia do SNI podia ser exercida por civil ou militar, estando sua aprovação prévia sujeita ao Senado, que usufruía as prerrogativas de ministro de Estado. Na idealização do SNI, o general da reserva Golbery do Couto e Silva destacou-se, sendo considerado um dos cérebros da *revolução*. Já em 1967, um decreto-lei estabeleceu que a coordenação de informações estratégicas na área militar era uma atribuição das Forças Armadas.

Durante o ano de 1965, duas importantes medidas políticas foram adotadas pelo governo brasileiro. A primeira referia-se ao envio dos projetos de nova Lei Orgânica dos Partidos e do Código Eleitoral ao Congresso. Desta forma, após intensa pressão, o presidente Castelo Branco decretou o Ato Institucional nº 2 (AI-2), estabelecendo definitivamente a eleição indireta para presidente e vice-presidente a partir da obtenção da maioria absoluta do Congresso Nacional em sessão pública e com votação nominal. Somado a isso, o Poder Executivo utilizou-se de decretos-leis, passando a legislar sobre os assuntos do país. Os partidos políticos foram reduzidos a apenas dois, sendo os partidários do governo reunidos na Aliança Nacional Renovadora (Arena) e os opositores no Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Já a segunda medida reportava-se à assinatura do acordo MEC-USAID – Ministério da Educação e Cultura do Brasil e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – para a reestruturação do ensino superior no Brasil. Sob o pretexto da modernização, a reforma

universitária identificava-se com a remodelação técnico-administrativa por que passava o país. Esta decisão foi recebida pelos meios universitários com grandes reservas e objeções. Os principais objetivos do acordo eram a determinação de um sistema de ensino superior ideal para o Brasil, a apresentação de um plano em longo prazo para as reformas necessárias ao sistema e o esforço de planejamento para garantir o equilíbrio essencial entre análise e ação. Em outubro daquele ano, a polícia invadiu a Universidade de Brasília (UnB), (considerada a mais moderna da América Latina e que abrigava nomes expressivos do pensamento esquerdista), prendendo e demitindo quinze professores acusados de subversão. Em solidariedade aos colegas, de uma só vez, quase oitenta por cento do quadro de docentes se demitiu. A instituição viveu uma de suas maiores crises desde sua criação.

Já em novembro de 1965, um grupo de intelectuais e artistas – Antonio Calado, Flávio Rangel, Glauber Rocha, Joaquim Pedro de Andrade, dentre outros – foi preso no Rio de Janeiro. A manifestação ocorrida na frente do Hotel Glória teve como motivação imediata a conferência da Organização dos Estados Americanos (OEA), que contou com a presença do presidente Castelo Branco. Todavia, o protesto era contra a política de cassações, de suspensão dos direitos políticos, do cerceamento de ação imposto aos sindicatos e ao movimento estudantil. Cada vez mais a ditadura militar dava sinais de que não tolerava as críticas, e qualquer tipo de questionamento era solucionado com o uso da força.

Em janeiro de 1966, foi lançada a candidatura do então ministro do Exército, o general Costa e Silva, à presidência da República, que concorreu sem adversários, sendo eleito indiretamente pelo Congresso em outubro daquele ano. No mês seguinte, mais uma medida de fechamento do regime era adotada pelo presidente Castelo Branco. Desta vez, o Ato Institucional nº 3 (AI-3) determinou eleição indireta para governador e vice-governador. Durante a campanha presidencial para sua sucessão, um episódio serviu como demonstração de que, mesmo diante de uma candidatura única, a situação no país era tensa. No mês de julho, uma bomba explodiu nas dependências do aeroporto do Recife, quando era esperada a comitiva do candidato Costa e Silva.

As investigações não conseguiram encontrar os culpados, mas como satisfação à opinião pública inúmeras prisões de pessoas ligadas à esquerda ocorreram. Já em dezembro de 1966, o presidente convocou o Congresso em caráter extraordinário para discutir e aprovar o projeto de uma nova Constituição, promulgada no início de 1967.

Diante do clima de tensão que o país atravessava, alguns políticos formaram uma *Frente Ampla*, que conseguiu agrupar antigos adversários, como Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda, que contaram ainda com a adesão de João Goulart. Por sua vez, entre 1966 e 1967, os estudantes procuraram ocupar as ruas das principais capitais do país, recebendo como resposta das autoridades a repressão policial.



Figura 11.2: As questões estudantis ainda eram a principal bandeira das passeatas e manifestações jovens, e preocupavam as autoridades.

Fonte: <http://www.conexaoprofessor.rj.gov.br/temas-especiais-15h.asp>

Cultura e imprensa em tempos de ditadura

Nos anos da ditadura militar, os setores ligados à cultura também serviram de trincheiras de resistência ao regime. Já em 1965 a peça *Arena conta Zumbi* – musical escrito por

Gianfrancesco Guarnieri e Augusto Boal, que contou com músicas de Edu Lobo – representou um marco na história do teatro brasileiro. A partir desta iniciativa, uma peça teatral era viabilizada contando com elenco reduzido e priorizando o trabalho coletivo dos atores. Esta montagem tratou de um tema crucial na história do Brasil, isto é, a luta da população do Quilombo dos Palmares e sua resistência à dominação portuguesa. Na criação cênica, o mesmo personagem era representado por diferentes atores, de acordo com o momento do espetáculo. Segundo o crítico Décio de Almeida Prado, o título da peça era bem apropriado, uma vez que a história não era vivida, mas sim narrada pelos atores que, a partir deste recurso, deixavam a condição de personagens históricos para adquirir a condição de narradores. Prado lançou, ainda, uma reflexão provocativa sobre a montagem: “*Arena conta Zumbi* lembra frequentemente um comício político cantado e dançado: (...) será esse por acaso o novo ideal do nosso teatro de esquerda?” (PRADO, 1987, p. 68).

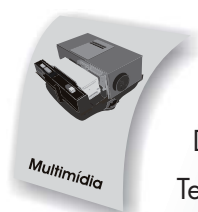


Figura 11.3: Boal dirigindo Sérgio Ricardo no Teatro de Arena.

Fonte: <http://www.conexao professor.rj.gov.br/temas-especiais-15j.asp>

Ainda em 1965, o espetáculo *Liberdade, liberdade*, de Millôr Fernandes e Flávio Rangel, projetou o *teatro de protesto*, que tinha como proposta a crítica à repressão política imposta no país a partir do golpe militar. A produção reuniu o Grupo Opinião – com destaque para Paulo Autran, Tereza Rachel e Nara Leão – e o Teatro de Arena de São Paulo, sendo a montagem noticiada pela imprensa internacional. As inovações e os questionamentos vindos do meio teatral desagradaram muitíssimo os setores militares.

Neste mesmo período, aconteceram eventos de música, como o Festival de Música Popular Brasileira, promovido pela TV Record em São Paulo. A euforia contagiante tomava conta da plateia, que assistia de forma apaixonante às apresentações dos músicos, que podiam ser marcadas tanto pelos aplausos mais calorosos como pela mais retumbantes vaias. Em 1967, no III Festival de Música Popular Brasileira, um episódio ruidoso demonstrou o clima dessas competições. Sérgio Ricardo deveria cantar “Beto bom de bola”, mas, diante de uma agitada plateia, a tensão marcou a cena, e o músico, indignado, arreventou em um banquinho seu violão e atirou-o no público. Nessa mesma noite, Os Mutantes – grupo que contava com a participação de Rita Lee – inovaram utilizando guitarras elétricas, assim como aconteceu na apresentação de Caetano Veloso, com “Alegria, alegria”, que tinha sua letra a partir de uma colagem de notícias de jornal.



Uma noite em 67

Documentário (2010) com direção de Renato Terra e Ricardo Calil.

O filme apresenta a noite da final do III Festival de Música Popular Brasileira ocorrida em 21 de outubro de 1965, no Teatro Paramount, em São Paulo. A produção e a exibição estavam sob a responsabilidade da TV Record. Para muitos, esta noite em 1967 revolucionou a MPB.



Fonte: http://2.bp.blogspot.com/_gmlFcz-3gG8/TFNi17BhGnI/AAAAAAAAAfU/-lkwwONMlw0/s1600/uma-noite-em-67.jpg

O ano de 1967 foi profícuo também para o cinema brasileiro. O filme *Terra em transe*, com roteiro e direção de Glauber Rocha, que, a partir de metáforas de seus diferentes personagens criticava a ditadura militar, foi agraciado com a premiação no Festival de Cannes (França). Além da polêmica levantada por esse tipo de produção, outro gênero inusitado, o *Cinema Marginal*, arrastou um público considerável para as salas de projeção, desta vez, dirigido por José Mojica Marins, também conhecido como Zé do Caixão, que misturava em seus filmes elementos de terror a muito sangue e violência.

As movimentações na imprensa também preocupavam os governos militares no período da ditadura. Neste sentido, Antonio Costella destaca, em publicação de 2001, que o regime criou a Lei de Imprensa, ou seja, reunia um conjunto de dispositivos legais que passou a vigorar desde o início de 1967. De acordo com o projeto originário do Poder Executivo, mas modificado pelo Congresso Nacional, o novo texto tanto era aplicado aos periódicos (jornais e

revistas) quanto à radiodifusão. Já o Decreto-Lei nº 314, de março daquele ano, tratou dos abusos associados à imprensa, como a divulgação de notícias falsas capazes de pôr em perigo o nome, a autoridade e o crédito ou prestígio do Brasil. Além disso, era passível de punição a ofensa à honra de qualquer presidente dos poderes da União, bem como a incitação à guerra ou à subversão da ordem política e social,

(...) à desobediência coletiva às leis, à animosidade entre as forças armadas, à luta entre as classes sociais, à paralisação dos serviços públicos, ao ódio ou à discriminação racial, propaganda subversiva; incitamento à prática de crimes contra a segurança nacional. Para julgamento de tais delitos passou a ser competente o foro militar. Tal quadro foi mantido e até agravado pelo Decreto-Lei nº 510, de 20 de março de 1969, uma nova Lei de Segurança Nacional (LEI..., 2001, p. 3.056).

1968: rumo ao Ato Institucional nº 5 (AI-5)

No final de março de 1968, os estudantes marcaram uma passeata de protesto que reivindicava melhor qualidade da alimentação oferecida aos universitários pelo governo. A passeata saíria do Restaurante Central dos Estudantes, próximo ao Aeroporto Santos-Dumont, no Rio de Janeiro, também chamado de Restaurante Calabouço, pois provavelmente naquele local, no passado, funcionou uma prisão de escravos. Para as autoridades, o espaço era conhecido como *foco de agitação*, e diante da divulgação de qualquer manifestação, o governo já mobilizava suas tropas para o possível confronto. O desfecho do evento foi marcado pela tragédia: um estudante secundarista, Edson Luis de Lima Souto, foi morto pela Polícia Militar. A indignação popular cresceu diante da morte do jovem, e milhares de pessoas acompanharam seu enterro e a missa, logo depois, na Igreja da Candelária.

Os protestos estenderam-se pelos meses seguintes. Em junho daquele ano, no Rio de Janeiro, ocorreu a *Passeata dos Cem Mil*

contra a Ditadura, como passou a ser chamada. Esta mobilização contou com a participação de estudantes, artistas, intelectuais e a população em geral. No início de outubro, em São Paulo, os estudantes da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) arrecadaram dinheiro na rua Maria Antonia, por meio da cobrança de um “pedágio”, com o objetivo de conseguir fundos para a participação no Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) que se realizaria dias depois. Próximo dali funcionava a Universidade Mackenzie, sendo tradicionalmente frequentada por pessoas de direita. O confronto entre as partes foi marcado por lançamento de ovos, paus, pedras e coquetéis molotov (arma incendiária normalmente utilizada em protestos urbanos). No dia 3 de outubro, o prédio da Filosofia sofreu um incêndio, e um estudante foi baleado, morrendo a seguir. Apenas quando a polícia chegou a ordem foi retomada no local.

Ainda em outubro, um grupo de estudantes estava reunido num sítio no município de Ibiúna, São Paulo, para a realização do 30º congresso da UNE, que aconteceria de forma clandestina. Os estudantes foram surpreendidos, não oferecendo resistência diante da presença de mais de duzentos integrantes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Ocorreu, então, a prisão em massa dos estudantes. Na mesma época, era encenada no Teatro Galpão, em São Paulo, a peça *Roda viva*, de autoria de Chico Buarque de Holanda e escrita em 1967. Com direção de José Celso Martinez Corrêa, a peça apresentava uma montagem bastante arrojada, inclusive com cenas de nudez. Em tempos de fechamento político, os valores morais e os *bons princípios* pareciam estar em alta. No final de uma das sessões de sua temporada, o elenco foi atacado por homens fortemente armados, que investiram contra o grupo teatral. As dependências do teatro também foram alvo da fúria agressora. Ao final, apenas três provocadores não conseguiram fugir, e suas identidades foram reveladas. Dois deles tinham se formado na Universidade Mackenzie. A autoria do atentado foi creditada ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC).



Comando de Caça aos Comunistas (CCC)

Organização de extrema direita criada em São Paulo, em 1964, com o objetivo de combater os movimentos de esquerda. De acordo com Teresa Veloso:

O CCC surgiu como resultado da fusão de vários grupos de extrema direita, entre os quais a “Canalha” do Colégio Mackenzie e os “Matadores” da Faculdade de Direito do largo de São Francisco. Em 1964, participou ativamente do movimento que depôs o presidente João Goulart, atuando principalmente na tomada da Companhia Telefônica de São Paulo e na ocupação das docas de Santos (2001, p.1.455).

Já em 1968, os integrantes do CCC tanto estiveram ligados ao ataque à Faculdade de Filosofia da USP quanto ao atentado contra o elenco da peça *Roda viva*. Pouco depois, no Rio de Janeiro, a organização atacou o Teatro Mesbla (Centro), que tinha em cartaz a peça *Cordélia Brasil*, de Antonio Bivar, encenada por Emílio Di Biase e com a participação da atriz Norma Bengell. A encenação sacudiu a sociedade brasileira naquela época por abordar a vida íntima de um casal e valorizar a subjetividade dos personagens. O impacto desta montagem foi tão forte que o crítico teatral Sábato Magaldi chegou a afirmar: “*Cordélia Brasil* já é um clássico do moderno repertório teatral brasileiro” (1997, p. 309).



Figura 11.4: Cidade do Rio de Janeiro em 26 de junho de 1968: mobilização que levou às ruas mais de cem mil pessoas devido ao processo desencadeado em março com a morte do estudante Edson Luis.

Fonte: http://www.alerj.rj.gov.br/livro/imagens/cem%20mil/pag_140.gif

O segundo semestre de 1968 também foi agitado em termos políticos. Por ocasião dos festejos para celebrar a independência do Brasil, em 7 de setembro, o deputado Marcio Moreira Alves (MDB Guanabara) pronunciou um discurso que serviu de motivação imediata para a crise política de dezembro daquele ano. O parlamentar defendia o boicote popular ao desfile militar, a parada da Independência, e instigava as mulheres para que se recusassem a namorar os oficiais que fossem partidários ou coniventes com a ditadura militar. Diante do agitado cenário interno brasileiro, o discurso não repercutiu na população em geral; todavia, dos quartéis partiu a maior indignação. Com certeza, este era o fato que faltava para que os setores da *linha dura* finalmente silenciassem o país. Definitivamente, o ano de 1968 representou uma ruptura na história do Brasil ao garantir o radicalismo do regime militar.



Presidente Artur da Costa e Silva e a linha dura

O marechal Artur da Costa e Silva assumiu a presidência da República em 15 de março de 1967, e sua chegada ao poder realçou uma divisão que já existia entre os militares. De um lado, o grupo *castelista* (partidários do presidente Castelo Branco), predominantemente oriundo da Escola Superior de Guerra (ESG), também chamada de Sorbonne brasileira, em alusão à universidade francesa, por conta da formação mais intelectual de seus integrantes. Já o outro grupo era formado pelos partidários do presidente Costa e Silva, os *costistas*, identificados com a *linha dura* por defenderem de forma veemente o controle militar no regime autoritário ao elegerem como inimigos, principalmente, o comunismo e a corrupção.

A partir da perspectiva militar, as ofensas à honra e à dignidade das Forças Armadas eram inadmissíveis, e o deputado Marcio Moreira Alves deveria ser processado e, de preferência, ter uma punição exemplar. Todavia, a Constituição de 1967, que estava em vigor, garantia a imunidade parlamentar, e, para a instauração do processo, era necessária a autorização do Congresso Nacional, e isto não aconteceu. Diante da recusa legislativa, Costa e Silva assinou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que concentrou ainda mais os poderes no Executivo ao permitir, inclusive, ao presidente decretar o recesso parlamentar – nas instâncias federal, estadual e municipal – e mantê-lo até quando considerasse necessário. Diante dessa situação, o Executivo também legislaria nas matérias previstas nas Constituições ou na lei orgânica dos municípios. Além disso, o AI-5 poderia tanto suspender os direitos políticos de qualquer cidadão brasileiro por até

dez anos quanto cassar os mandatos eletivos nas três esferas. A partir daí, a censura, as prisões arbitrárias e a tortura eram os métodos do governo, e passaram a fazer parte do cotidiano brasileiro. Por fim, o instrumento proibia qualquer manifestação pública motivada por questões políticas. É importante lembrar que o AI-5 vigorou no Brasil até o início de 1979.

CONCLUSÃO

Em 1964, o governo João Goulart foi derrubado por um golpe militar. De acordo com os golpistas, o Brasil deveria superar o *conturbado* quadro interno – greves, passeatas, mobilização estudantil e sindical – e restabelecer a *ordem* no país. Esta justificativa de caráter conservador demonstrava como existiam setores na sociedade brasileira com dificuldade de conviver com as instituições democráticas, os questionamentos e a movimentação ativa de uma população crítica e reivindicadora. Portanto, o movimento que se autodenominava *revolucionário* não implementou mudanças radicais no país, mas sim foi responsável pelo fechamento político que, na sua fase mais radical, levou à morte e ao cerceamento da liberdade de milhares de brasileiros.

Em relação à instalação da ditadura militar, dois aspectos devem ser realçados. O primeiro refere-se aos decretos, os Atos Institucionais, que foram gradativamente utilizados pelo governo como forma de concentrar poderes no Executivo e subtrair as premissas democráticas das instituições brasileiras. Já o segundo aspecto tem relação com a divisão que existia entre os militares e que jamais podem ser pensados como um bloco único. Portanto, os dois grupos militares eram o da ESG, identificado com o governo de Castelo Branco, e o da linha dura associado à administração de Costa e Silva. Cada um dos grupos tinha um projeto diferente de governo para o Brasil.



Atende ao Objetivo 2

2. O ano de 1968 foi ímpar na história do Brasil. Da morte trágica no Restaurante Calabouço, passando por manifestações estudantis, greves operárias e passeatas contra o governo, a ditadura militar parecia procurar um pretexto para acabar definitivamente com a liberalização ainda existente no país.

Por ocasião do feriado de 7 de setembro daquele ano, Marcio Moreira Alves – deputado do MDB pelo estado da Guanabara – conclamou a população a boicotar a parada militar em homenagem ao Dia da Independência do Brasil e sugeriu às mulheres, de forma irônica, que se recusassem a namorar oficiais que concordassem com as arbitrariedades da ditadura militar.

Leia atentamente o texto a seguir e apresente um elemento existente no documento que nos permita observar o recrudescimento no discurso do governo militar.

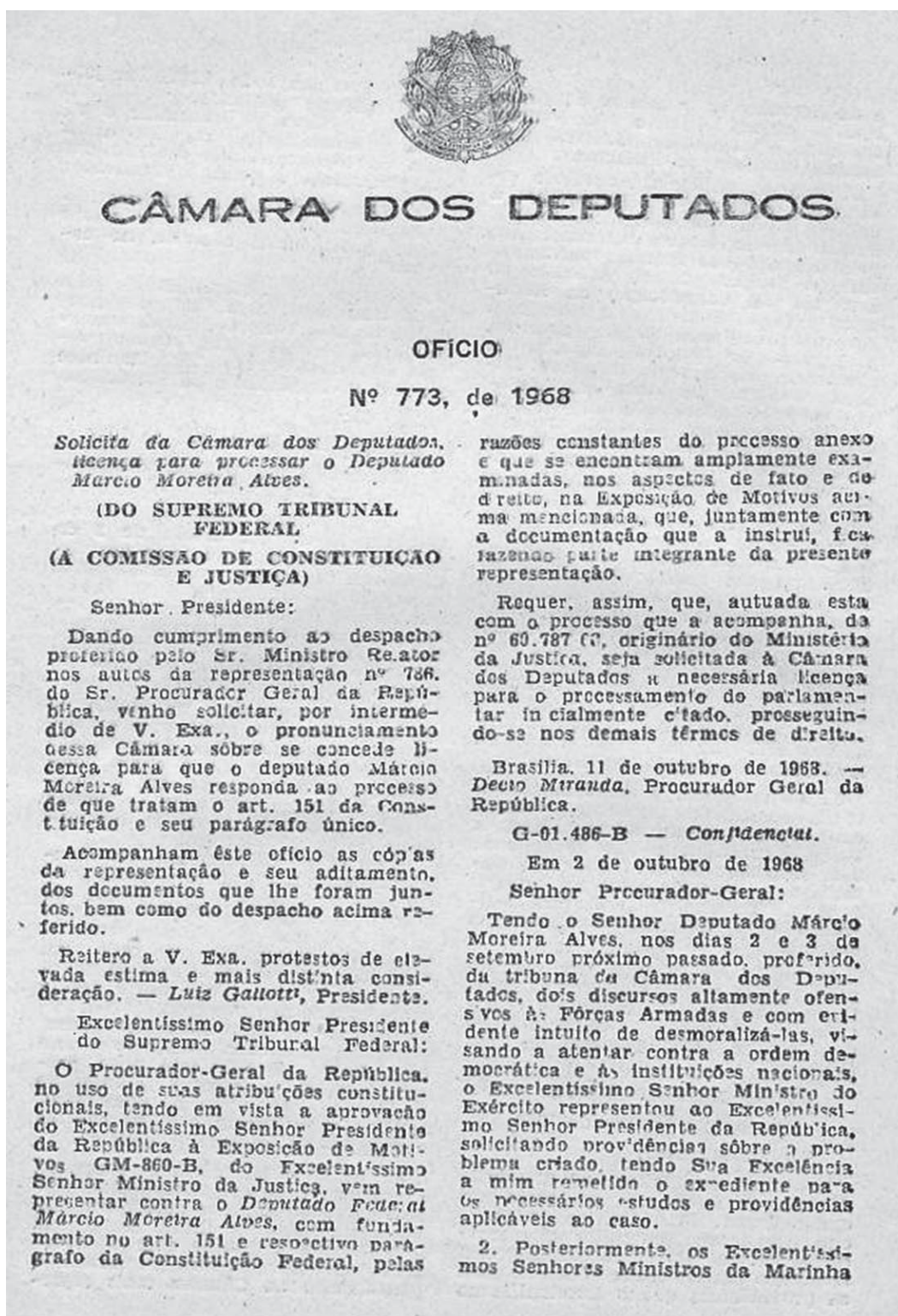


Figura 11.5: Supremo Tribunal Federal solicita à Câmara dos Deputados licença para processar o deputado Marcio Moreira Alves. 11/10/1968.
Arquivo Gustavo Capanema / GC 1628 f / CPDOC

Resposta Comentada

Apesar de desconhecido por parcela expressiva da população, o discurso do deputado Marcio Moreira Alves foi amplamente veiculado nas diferentes unidades das Forças Armadas. Diante do clima de indignação produzido pelo texto parlamentar na caserna, os ministros militares requisitaram ao Superior Tribunal Federal (STF) que fosse instaurado um processo criminal contra o deputado por ofensa aos militares. Assim, o estabelecimento do processo pretendia pressionar o Congresso a conceder a licença necessária em função da Constituição de 1967, que estava em vigor e garantia a imunidade dos parlamentares (artigo 151, parágrafo único). Todavia, como o Poder Legislativo não cedeu à pressão do STF, o presidente Costa e Silva assinou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), fechando o Congresso.

RESUMO

A aula apresenta a ditadura militar entre os anos de 1964 e 1968. O marco inaugurador do regime foi estabelecido pelo golpe militar, que destituiu do poder o presidente João Goulart (Jango). Os setores conservadores da sociedade apoiaram a ação por considerarem que o país atravessava delicada situação, com a existência de greves, manifestações estudantis e questionamentos ao governo. Portanto, de acordo com esta percepção, era necessário restabelecer a *ordem* no Brasil. Todavia, quando a democracia do país foi desrespeitada, a ditadura militar, gradativamente, levou ao fechamento político do país, com cassações, prisões e censura

aos meios de comunicação. O momento de consagração desta situação ocorreu com o estabelecimento do Ato Institucional nº 5 (AI-5), ocorrido em dezembro de 1968.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, discutiremos a história brasileira a partir de 1968, fase considerada a mais violenta da ditadura e na qual surgiu o crescimento econômico conhecido como *milagre brasileiro*. Em 1974, iniciou-se a abertura política de forma lenta, gradual e segura, que levou ao fim da ditadura e à transição para o retorno da democracia.

Aula 12

Ditadura militar (2ª parte)

*Leonardo Leonidas de Brito
Vera Lúcia Bogéa Borges*

Meta da aula

Discutir a situação interna da ditadura militar no Brasil a partir do estabelecimento do Ato Institucional nº5 (AI-5), em dezembro de 1968, com destaque para a resistência, a luta contra a ditadura militar e a modernização conservadora da economia.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar o tipo de crescimento econômico realizado no Brasil pós-68, relacionando-o com as diretrizes políticas estabelecidas pela ditadura militar após a criação do Ato Institucional nº 5 (AI-5);
2. estabelecer a relação entre repressão e luta armada, com destaque para o movimento estudantil e os combates urbanos.

INTRODUÇÃO

“Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está sendo varrido por fortes ventos. Máx. 38° em Brasília. Mín. 3° nas Laranjeiras.” Esse era um pequeno trecho da primeira página da edição do *Jornal do Brasil* no dia 14 de dezembro de 1968, isto é, o dia seguinte à edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5). A partir daí, cada vez mais, na imprensa, nos diferentes setores da cultura, nas salas de aula e nas pequenas ações do dia a dia, a população utilizou esses artifícios para driblar a censura e demais práticas autoritárias impostas pelo regime militar.

Os acontecimentos do primeiro semestre de 1969 demonstravam ações arbitrárias do governo, e, aos setores descontentes, não havia alternativa: era necessário lutar e resistir à ditadura. Em 16 de janeiro daquele ano, mais de quarenta deputados foram cassados (revogado o mandato) pelo governo – trinta e oito deputados federais do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e cinco da Aliança Renovadora Nacional (Arena) – perdendo seus **direitos políticos**. Ainda naquele mês, mais dois Atos Institucionais foram estabelecidos. O AI-6 referia-se ao Supremo Tribunal Federal, que passou a ser composto por onze ministros, e impedia a solicitação do recurso ordinário para os civis enquadrados na Lei de Segurança Nacional, que passariam a ser julgados pela Justiça Militar. Já o AI-7 disciplinou o funcionamento das assembleias legislativas, das câmaras municipais e suspendeu as eleições no país até novembro de 1970.

Diante da consolidação da ditadura militar em sua plenitude, tornou-se urgente para os setores de oposição no Brasil a criação de espaços de oposição, como aconteceu com os jornalistas e humoristas, que procuraram expressar seu descontentamento com a situação do país. Em 26 de junho de 1969, *O Pasquim* circulou pela primeira vez fazendo parte da imprensa alternativa, isto é, uma imprensa de natureza basicamente política que visava à manifestação de setores

Direitos políticos

De acordo com Luis Afonso Martinez Cachero (1986), a palavra direito significa ou exprime uma norma que atua sobre a vontade, regulando a conduta humana. Em termos filosóficos ou éticos, o termo direito é empregado para os benefícios ou privilégios que a pessoa ou grupo julga que deve receber da sociedade ou do mundo em geral. Já em termos sociológicos, os direitos só são realmente reconhecidos quando garantidos por um órgão social. O direito eleitoral de votar e ser votado é o cerne fundamental dos direitos políticos (CACHERO, 1986).

sem acesso à imprensa convencional. Entre os fundadores desta publicação destacamos Jaguar, Tarso de Castro – diretor do jornal da sua criação até outubro de 1970 –, Sergio Cabral, Carlos Prosperi, Claudius, Carlos Magaldi e Murilo Reis. Além disso, contava com a colaboração de Millôr Fernandes, Ziraldo, Henfil, Paulo Francis e Ivan Lessa, entre outros. O *Pasquim* era bastante eclético e combinava, em suas edições, política, comportamento e crítica, tendo como alvos principais a ditadura militar e a grande imprensa. Por meio do humor, esse jornal passou a contestar o regime e utilizou um recurso que agradou muitíssimo a seus leitores, a edição de entrevistas no estilo de grandes conversas que não sofriam alterações do revisor (CASTRO, 2001, p. 4.438-4.439).



Figura 12.1: A Graúna e o bode Orellana foram criações do cartunista Henfil, popularizado pelo *Pasquim*.

No final de agosto, o presidente Costa e Silva foi acometido por uma trombose cerebral que o afastou do poder. O vice-presidente civil, Pedro Aleixo, deveria assumir diante do impedimento do titular, mas foi vetado pelos ministros militares general Aurélio de Lyra Tavares, do Exército, marechal Márcio de Souza e Melo,

da Aeronáutica, e almirante Augusto Rademaker Grunewald, da Marinha. De acordo com o primeiro comunicado oficial da Junta Militar que assumiu o poder no país, veiculado pela Agência Nacional, em 31 de agosto de 1969:

A situação que o país atravessa, por força do AI-5 (...) a par de outras medidas relacionadas com a segurança interna não se coaduna com a transferência das responsabilidades da autoridade suprema e de comandante das Forças Armadas (...) a outros titulares, conforme previsão constitucional.



Figura 12.2: Os três ministros militares que formaram a Junta Militar em 1969.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/0d/Juntagovernativa1969.png>

Dias depois, um grupo de oposição ao regime, por intermédio da Aliança Libertadora Nacional (ALN) e do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), protagonizaram uma ação ousada na zona sul do Rio de Janeiro: o sequestro do embaixador norte-americano, Charles Elbrick. As organizações impuseram como condição para soltá-lo a libertação de quinze presos políticos, apresentados em uma lista, que deveriam ser enviados para fora do Brasil e a divulgação

de um manifesto pelos meios de comunicação referente à situação interna do país. Os militares acabaram cedendo às exigências de seus opositores e o desfecho do episódio foi a libertação do embaixador em troca do envio dos presos para o México, que receberam a pena de banimento do território nacional. Todavia, a polícia também obteve êxito em suas ações. Em novembro de 1969, uma emboscada em São Paulo vitimou um dos mais importantes chefes da luta armada contra o regime militar, Carlos Marighella, da ALN.



Figura 12.3: Treze presos políticos, do total de quinze, libertados em troca do embaixador norte-americano.

Fonte: http://www.cantanhede.ma.gov.br/2009/images/stories/12_dezembro/esp_dom05.jpg

Ação Libertadora Nacional

De acordo com Alzira Alves de Abreu, o VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro (PCB), realizado em dezembro de 1967, coroou o processo de ruptura política e organizacional que marcava a organização desde o golpe militar. Neste sentido, as expulsões de Carlos Marighella (político brasileiro,

deputado constituinte em 1946 e filho de um italiano), Jacó Gonder (historiador marxista brasileiro), Apolônio de Carvalho (militar brasileiro), entre outras, foram confirmadas.

A dissidência atingiu em maior profundidade os setores mais jovens, que aderiram aos movimentos favoráveis à luta armada. Em São Paulo, os dissidentes Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira formaram a Ação Libertadora Nacional (ALN), enquanto Mário Alves e Apolônio de Carvalho criaram o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). (...) No Rio de Janeiro formou-se o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) (2001. p. 4.276).

Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)

No Brasil, grupo revolucionário que, por meio da luta armada, combateu a ditadura militar. A menção ao dia 8 de outubro corresponde ao dia do assassinato de Ernesto “Che” Guevara, líder da Revolução Cubana, ocorrido em 1967 na Bolívia. Sua formação originária era de dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Segundo Alzira Alves de Abreu e Lúcia Mascarenhas (2001, p. 3.987):

Em 1968, enquanto o movimento operário deflagrava greves em Osasco (SP) e em Contagem (MG), o movimento estudantil iniciou uma série de ações, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, de contestação à política posta em prática pelo governo. (...) A partir desse momento (AI-5), os movimentos estudantil e operário recuaram e ampliaram-se os grupos favoráveis à luta armada. (...) Em 4 de setembro de 1969, juntamente com a Aliança de Libertação Nacional (ALN), sequestrou no Rio de Janeiro o embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick. Os guerrilheiros exigiram, em troca da libertação do embaixador, a publicação de um manifesto na imprensa e o envio para o exterior de quinze presos políticos pertencentes a diversas organizações.

Modernização econômica conservadora do Brasil (1969-1974)

A Junta Militar que governava o Brasil anunciou, em 8 de outubro de 1969, a escolha do general Emílio Garrastazu Médici para a presidência da República, sendo esta decisão ratificada pelo Congresso no mês seguinte. Durante praticamente todo o seu governo, a economia brasileira apresentava grande desenvolvimento e o país estava em ritmo de prosperidade. É importante destacar que a abertura de horizontes econômicos durante o governo Médici teve como contrapartida aquilo que podemos identificar como *anos de chumbo* para os que se opuseram ao regime. Durante este período, milhares de pessoas foram presas, torturadas e tiveram suas vidas interrompidas por questionarem as arbitrariedades do regime. Segundo Carlos Fico (2004), a partir da instituição, em 1969, do Sistema Codi-Doi (Centro de Operações de Defesa Interna – Destacamento de Operações de Informações), que era um órgão de inteligência e repressão subordinado ao Exército, a prisão seguida de censura e, várias vezes, de morte oficializou-se como técnica empregada pelas turmas de captura e de interrogatório. Este tipo de ação era empregado pelos policiais dos departamentos de ordem política e social estaduais e pelos agentes dos três centros de informações: CIE (Centro de Informações do Exército), Cenimar (Centro de Informações da Marinha) e Cisa (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica).

Diante da bipolarização brasileira, isto é, do apoio ou resistência total à ditadura, uma grande parcela da população parecia indefinida, não apoiando nem um lado e muito menos o outro. Com certeza isto nos ajuda a pensar os debates calorosos sobre o período que tentam justificar desesperadamente a existência do regime discricionário. Desta forma, as práticas ditatoriais que atingiram a política e a sociedade no Brasil seriam *justificadas* em função do crescimento econômico do país. Apesar de não concordarmos de forma nenhuma com esta afirmativa, pensamos

ser importante compreender o *milagre econômico* brasileiro e sua interpretação pelos principais estudiosos do período.

Na polêmica sobre o caráter modernizador e impulsionador do crescimento econômico no período da ditadura, Francisco de Oliveira (2004) afirma que a questão deve ser compreendida pela perspectiva da subordinação e tutela do movimento operário e nas formas de inserção do capitalismo brasileiro no movimento internacional do capital. A tutela do regime militar não garantiu a inclusão da sociedade brasileira no processo, mas sim sua *exclusão da política*. Em relação aos sindicatos, o governo ditatorial não realizou qualquer tipo de aproximação em relação aos mesmos, mas, sim, realizou aberta intervenção nas negociações salariais. Por sua vez, a burguesia brasileira influenciou nas elaborações da política econômica autoritária, sobretudo com o ministro da Fazenda Antonio Delfim Neto entre 1967 e 1974. A ditadura militar ampliou

o parque produtivo de propriedade estatal desde a Petrobras e Vale do Rio Doce para a Eletrobras (...) e ampliando-se no novo ramo da petroquímica patrocinando uma extraordinária ampliação do parque siderúrgico e outras metalurgias, criando uma nova rede de comunicações e de telefonia (204, p. 221-222).

Desta forma, as empresas estatais revigoradas, ou mesmo as novas, funcionaram como uma base para o lançamento de títulos e empréstimos no exterior. Diante de uma conjuntura internacional favorável que apresentava alta liquidez, o regime enveredou em direção ao endividamento externo como forma de ampliar a poupança disponível para investimentos. Como desdobramento desta situação, o Brasil ficava vulnerável a qualquer crise internacional, o que aconteceu em 1973 com a **crise do petróleo**. Ainda segundo Francisco de Oliveira, a burguesia brasileira se recusou a estabelecer a aliança com o proletariado para a formação de um consenso que pudesse levar ao desenvolvimento do Brasil. Na ditadura militar, intensificaram-se ainda mais a concentração da riqueza e do capital no país, o que ampliou

Crise do petróleo

“Situação decorrente dos sucessivos aumentos nos preços do petróleo decretados a partir de outubro de 1973 pelos Estados integrantes da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). Seu elemento detonador foi, incontestavelmente, o conflito árabe-israelense de 1973, mas seu alcance era muito mais amplo: a crise expressava o projeto dos países produtores de petróleo, no sentido de controlar a produção e distribuição da matéria-prima e de defender seu preço no mercado internacional. (...) Em fins de 1973, o preço do petróleo não refinado proveniente do Golfo Pérsico era 400% superior ao cobrado no início do mesmo ano; até meados de 1975, os preços quase quintuplicaram. Os países da OPEP viram suas receitas aumentarem em 25 bilhões de dólares em 1973 e 80 bilhões de dólares em 1974. Nesse ano, o bloco de países industrializados

teve um déficit global de 11,5 bilhões de dólares e os países subdesenvolvidos, um déficit de 39,8 bilhões de dólares. Esses aumentos provocaram o que ficou conhecido como 'primeiro choque do petróleo'. O segundo 'choque' viria alguns anos depois, em 1979" (*Dicionário de Economia*, p. 323-324).

o padrão de desigualdade na distribuição da renda dos brasileiros. Esta situação impediu o desenvolvimento nacional autônomo com a participação das classes sociais brasileiras no processo político.

De acordo com Wilson Cano (2004), o período entre 1967-1974 é chamado de "milagre brasileiro" devido às altíssimas taxas médias de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e da indústria de transformação – voltada para a transformação de matérias-primas em bens, distinguindo-se, portanto, da produção agrícola e da indústria extrativa vegetal e mineral –, além da forte elevação da taxa de investimento e do emprego. O regime autoritário foi responsável por reformas institucionais e econômicas como, por exemplo, a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) para financiar a política habitacional e a criação de um sistema de crédito rural direcionado à exportação agroindustrial, garantindo a *modernização conservadora* do setor. Medidas como essas permitiram a redução da taxa inflacionária anual que, somada aos fortes subsídios ao capital e à reconcentração da renda, constituíram a base sobre a qual se assentaria a forte expansão econômica do país. Vale destacar que, nesse período, o sistema educacional e a saúde pública não tiveram políticas públicas satisfatórias que permitissem a criação de bases sólidas para a democracia social do Brasil.

Neste período autoritário, as medidas adotadas pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento tiveram amplo respaldo do poder Executivo para a implementação de programas na área econômica e praticamente inexistia espaço de reação efetiva dos demais poderes da República ou dos vários segmentos da sociedade, como destaca Luís Aranha Correia do Lago (2001). É inegável o sucesso da política econômica em termos de promoção do crescimento econômico e de um salto qualitativo da economia brasileira a partir de 1967. Todavia, não podemos deixar de perceber o impacto social da política econômica no período que se estendeu até por volta de 1974, uma vez que os trabalhadores, de forma geral, não se beneficiaram do crescimento da renda real do país de forma proporcional à sua evolução e piorou a distribuição da renda pessoal. O valor dos salários não acompanhou o ritmo

da produtividade, ficando atrelado a uma política salarial restritiva. A ditadura militar impediu a manifestação da liberdade individual e a maior participação da massa da população nas decisões do país, não permitindo que o crescimento fosse compartilhado por todos os brasileiros.



Antonio Delfim Neto

Descendente de italianos, nasceu em São Paulo, em 1928. Como ficou órfão de pai muito cedo, começou a trabalhar aos quatorze anos de idade como contínuo das indústrias *Gessy Lever* e, mais tarde, desempenhou funções administrativas na mesma empresa. Em 1948, ingressou na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo (USP) e passou a trabalhar no Departamento de Estradas e Rodagens (DER), onde elaborou diversos trabalhos na área de economia.

Ao final da graduação, em 1951, Delfim Neto tornou-se assistente do professor catedrático de econometria, Luís Freitas Bueno. Dois anos depois, ele foi aprovado no concurso para livre-docente de Estatística Econômica. Já em 1958, defendeu a tese *O problema do café no Brasil* que, posteriormente, foi editada no formato de livro. Nesta mesma época, tornou-se professor catedrático de Economia Brasileira na USP, foi eleito vice-presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo e tornou-se membro do conselho editorial da *Revista de Ciências Econômicas*. De acordo com Jorge Miguel Mayer e Renato Lemos (2001), paralelamente às atividades acadêmicas, Delfim Neto exerceu também funções de assessor econômico na Associação Comercial de São Paulo, sendo convidado, em 1959, para integrar a equipe de planejamento do governador

paulista Carlos Alberto de Carvalho Pinto, com mandato que durou de 1959 a 1963. Passou a participar da política econômica federal a partir de 1965, quando ingressou no Conselho Consultivo de Planejamento (Consplan), órgão de assessoria do governo do presidente Castelo Branco (1964-1967), conduzido pelos ministros Roberto Campos, ministro do Planejamento, e Octávio Gouveia de Bulhões, ministro da Fazenda.

Por indicação de Roberto Campos, passou a integrar também o Conselho Nacional de Economia. Sua primeira nomeação para um posto executivo na área econômica ocorreu com a ascensão de Laudo Natel ao governo de São Paulo, logo após a cassação do mandato de Ademar de Barros em 5 de junho de 1966. Nessa ocasião, o governo federal assumiu para si a indicação de nomes para três cargos decisivos da administração paulista, a saber: (...) a Secretaria da Fazenda, cuja chefia passou a Delfim Neto. (...) Em sua curta gestão, encerrada junto com o governo Natel, em janeiro de 1967, Delfim se empenhou em diminuir o déficit do estado, exercendo ainda influência direta na formação das Centrais Elétricas de São Paulo e na viabilização financeira do projeto hidrelétrico de Ilha Solteira (MAYER; LEMOS, 2001, p. 1807).

Já como ministro da Fazenda no governo Costa e Silva, Delfim Neto procurou combinar o combate à inflação com a aceleração do crescimento econômico. Assim, interessado em retomar altas taxas de crescimento econômico, Delfim Neto reduziu as taxas de juros, ampliou a oferta de crédito, manteve o congelamento salarial e introduziu um sistema de controle de preços. Desta forma, no final de 1967, a inflação diminuiu e o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu, dando início a uma fase de crescimento da economia nacional que durou até 1974.



Atende ao Objetivo 1

1. Leia atentamente a declaração do presidente Emílio Garrastazu Médici de 22 de março de 1973:

Sinto-me feliz, todas as noites, quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se eu tomasse um tranquilizante após um dia de trabalho.

Escolha um trecho da declaração presidencial que exemplifique a situação do Brasil durante a ditadura militar a partir do seu estudo sobre este período.

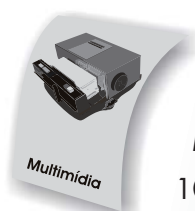
Resposta Comentada

O presidente Médici era militar e, ao se referir ao país que governava, utilizou a ideia da marcha, que comumente está associada ao avançar, por exemplo, das tropas do Exército. Pela perspectiva presidencial o país estava *em paz*, uma vez que a oposição sofrera duro golpe desde o estabelecimento do AI-5 e praticamente não era possível ouvir as vozes combativas (greves, agitações, atentados, conflitos). Os índices econômicos que demonstravam o crescimento espetacular, o *milagre econômico*, eram valorizados por indicarem o desenvolvimento da economia em detrimento da democracia social no Brasil. Desta forma, o ditador militar transparece a sensação de *dever cumprido* por ser um dos protagonistas deste período.

Resistência, luta e ditadura militar

Em 1970, o Brasil foi marcado pelo ufanismo que era incentivado pelo governo ditatorial. Por ocasião da conquista do tricampeonato de futebol, uma música marcou os brasileiros: “Noventa milhões em ação. Pra frente, Brasil. Do meu coração. Todos juntos, vamos. Pra frente, Brasil, salve a seleção. De repente é aquela corrente pra frente, parece que todo o Brasil deu a mão. Todos ligados na mesma emoção, tudo é um só coração.” Já nas comemorações da Semana da Pátria, em setembro do mesmo ano, milhares de cartazes exibiam a seguinte frase: “Ninguém mais segura este país.” Outras campanhas apresentaram também slogans bastante significativos: “O Brasil merece o nosso amor” ou, ainda, “Este é um país que vai para frente”.

De acordo com Carlos Fico (2004), a ditadura militar patrocinou intensa propaganda política por intermédio da veiculação de uma farsa montada pelo regime, segunda a qual a sociedade brasileira finalmente realizava todas as suas potencialidades. É importante destacar o grande avanço das telecomunicações no país durante aquele período. A TV Globo, por exemplo, expandiu-se até se tornar rede nacional e alcançar praticamente o controle do setor a partir do apoio do governo, de quem se transformou em porta-voz. Além disso, cada vez mais, as residências urbanas tinham televisões, o que facilitava a veiculação da propaganda. No início de 1970, o governo criou a censura prévia para livros e periódicos por meio do Decreto 1.077, ou seja, as informações e as ideias passaram a ser controladas e os textos deviam ser examinados antes de sua veiculação.



Pra frente, Brasil

Pra frente, Brasil é um filme com duração de 105 minutos, que estreou em 1982, sendo dirigido por Roberto Farias. Esta produção foi uma das primeiras a tratar da ditadura militar no Brasil, tendo

como contexto o período da conquista da Copa do Mundo de futebol em 1970. Enquanto o país torcia pela vitória brasileira, nos porões do regime milhares de brasileiros eram torturados e muitos morreram.



Fonte: <http://www.ctav.gov.br/wp-content/uploads/2009/08/prafrente-brasil.jpg>

A experiência bem-sucedida de sequestro do embaixador norte-americano inspirou outras ações em relação a diplomatas com objetivo de libertar presos políticos brasileiros de esquerda. Assim, em março de 1970, a **Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)** sequestrou o cônsul japonês, Nobuo Okushi, em São Paulo. Já em junho do mesmo ano, a VPR e a ALN sequestraram o embaixador da Alemanha Ocidental no Brasil, Ehrenfried Von Holleben, desta vez no Rio de Janeiro. Mais uma vez as autoridades brasileiras atenderam às reivindicações e o diplomata foi trocado por quarenta presos políticos. Mas a luta armada não ficou restrita apenas às ações urbanas: no início de 1970, Carlos Lamarca, ex-capitão do Exército, montou um campo de treinamento no vale da Ribeira, juntamente com outros companheiros, perto da serra do Mar, no

Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

Organização política e militar criada em 1968, sendo composta por estudantes e ex-militares oriundos da dissidência da Política Operária (Polop) e, também, ex-integrantes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), que conduziu a Guerrilha de Caparaó.

O principal líder era Carlos Lamarca, que protagonizou uma das ações mais espetaculares da organização, isto é, a retirada de mais de sessenta fuzis FAL, dez metralhadoras Ina e munição do quartel do 4º Regimento de Infantaria em Quitaúna (SP) ocorrida em janeiro de 1969.

Na ação, Lamarca foi acompanhado por três militares que se filiaram à VPR. Segundo Alzira Alves de Abreu, a VPR sofreu crises internas determinadas pela discordância quanto à orientação dada pelo setor militar da organização, que priorizava as ações

armadas. Já a ala intelectual da VPR defendia a realização de um trabalho lento e gradual junto às massas. Em 1969, as divergências internas determinaram a fusão da VPR com o Comando de Libertação Nacional (Colina), quando o movimento passou a ser chamado de Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (Var-Palmares).

estado de São Paulo. Esta investida da luta armada de esquerda acabou sendo desmantelada por uma operação militar e, no ano seguinte, Lamarca foi morto.



Lamarca

Militar e líder guerrilheiro, nasceu em 1937.

Estudou na Escola Preparatória de Cadetes, em Porto Alegre, e na Academia Militar das

Agulhas Negras em Resende, no Rio de Janeiro.

Em dezembro de 1964, Lamarca facilitou a fuga do capitão-aviador Alfredo Ribeiro Daudt, preso sob a acusação de atividade subversiva, e respondeu a inquérito administrativo que acabou sendo arquivado. Afirmou-se como excelente atirador, chegando a ser campeão de tiro do II Exército no 4º Regimento de Infantaria em Quitaúna (SP). Em agosto de 1967, Lamarca foi promovido a capitão. Desde a década de 1950, ele era leitor de autores marxistas, sendo responsável pela distribuição clandestina de panfletos políticos nos quartéis que servia. Já em 1968, passou a ter contato direto com as facções de esquerda que defendiam a luta armada. Posteriormente, Lamarca foi desligado do Exército pelo presidente Costa e Silva, com base no AI-5, por ter cometido atos de natureza desonrosa à dignidade militar ao abandonar o quartel e fugido com armas. Em 1969, Lamarca conheceu Iara Lavelberg, integrante da VPR, que se transformou em sua companheira. Neste ano, ele participou de vários assaltos a bancos com objetivo de conseguir recursos para o financiamento da luta armada no Brasil. Já como líder de ações armadas de grupos clandestinos, instalou-se no vale da Ribeira, em São Paulo, um campo de treinamento para a guerrilha,

que acabou sendo descoberto e desarticulado em uma grande operação militar ocorrida em 1970. Também esteve ligado ao sequestro do embaixador suíço no Brasil, Giovanni Erico Bucher, em 1971, que garantiu a libertação de setenta presos políticos que partiram para o Chile. Ao abandonar a VPR, Lamarca ingressou no MR-8, quando passou a tentar conjugar um trabalho de base junto às massas com a atuação guerrilheira. Depois disso, partiu para Buriti Cristalino, na Bahia. Em setembro de 1971, as investigações policiais acabaram permitindo que ele fosse apanhado. Existe um filme de 1994 que conta a história dos últimos anos de Carlos Lamarca, com direção de Sergio Rezende.



Fonte: http://www.cinemaxvideo.com/cinemax/config/imagens_conteudo/produtos/imagensGRD/GRD_lamarca.jpg

Em outubro de 1970, o presidente Médici anunciou o início das obras da rodovia Transamazônica. De acordo com o projeto inicial, a estrada deveria ligar a cidade de Cruzeiro do Sul, no Amazonas e próxima à fronteira com o Peru, à capital de João Pessoa, na Paraíba. A proposta governamental era de expandir as fronteiras agrícolas e integrar economicamente o país por meio do Plano de Integração Nacional. A mão de obra utilizada para a construção era nordestina, estando disponível em função das secas. Após o término da obra, as famílias deveriam se fixar em terras consideradas férteis e que seriam gratuitas, segundo a propaganda do governo. Além disso, sementes seriam fornecidas e os colonos teriam acessos a postos médicos e escola para seus filhos. Todavia, a realidade mostrou-se bastante diferente: a qualidade do solo era ruim, sendo arenoso em grande parte, em uma região castigada pela chuva, e as expectativas não foram confirmadas. A Transamazônica foi criticada pelos parlamentares de oposição, que não a consideravam prioritária para o país, uma vez que “a rodovia ligava o nada a coisa nenhuma”. Esta iniciativa integrou as chamadas obras faraônicas (grandiosas) do governo militar, assim como a ponte Rio–Niterói na baía da Guanabara. Esta ligação entre os dois municípios foi finalizada em 1974, sendo idealização do projeto do ministro dos Transportes, Mario Andreazza.

No segundo semestre de 1973, a Arena homologou as candidaturas dos generais Ernesto Geisel e Adalberto dos Santos para a presidência e vice-presidência da República, respectivamente, e foram eleitos em 15 de janeiro do ano seguinte. Já o MDB escolheu a chapa Ulysses Guimarães-Alexandre Barbosa Lima Sobrinho. Apesar das eleições serem indiretas e decididas pelo colégio eleitoral com maioria da Arena, o partido de oposição decidiu pela indicação dos nomes como forma de protesto e de resistência ao regime militar.

Os governos Geisel e Figueiredo: o ocaso militar

Os dois últimos governos do período militar, dos generais Ernesto Geisel e João Figueiredo, representaram uma longa e tensa trajetória rumo ao restabelecimento da democracia no Brasil com o retorno do poder aos civis. Segundo Maria Celina D'Araújo (2004), a questão principal do processo de abertura política era não produzir qualquer tipo de cisão nas Forças Armadas. Desta maneira, apesar das diferenças entre o *grupo da Sorbonne* e os partidários da linha dura, os militares ficaram por pouco mais de duas décadas no poder com algum tipo de coesão. Portanto, era necessária a proteção em bloco de possíveis demandas por processos judiciais que envolvessem os militares quanto à questão dos direitos humanos, os atos discricionários praticados durante a ditadura. A imunidade militar tinha que ser garantida a qualquer custo.

O desafio do governo Geisel era isolar os partidários da linha dura e controlar o ritmo da mudança, impedindo que a oposição civil impusesse, via mobilização social, a sua agenda de mudanças. A ação governamental ficava facilitada pelo fato de os setores mais radicais e questionadores do regime militar já terem sido silenciados pelo uso da força. Para Maria Celina D'Araújo (2004), o general Geisel tomou como prioridade administrativa repor a autoridade do presidente da República sobre as Forças Armadas. De acordo com a autora, na prática, o ministro do Exército passara a ser a pessoa mais importante do governo e a autoridade maior a definir e a apoiar as ações das Forças Armadas. Esta situação não podia perdurar. Apesar de Geisel não ser um democrata, ele sabia transitar como um homem da ordem que impunha a sua autoridade e garantia a disciplina militar. Um episódio ocorrido logo no primeiro ano de seu governo era a demonstração de seu perfil presidencial. Em outubro de 1975, o jornalista Wladimir Herzog, então diretor de jornalismo da TV Cultura, foi intimado a comparecer ao Doi-codi de São Paulo devido a sua suposta ligação com o Partido Comunista

Brasileiro (PCB). No dia seguinte, sua morte foi apresentada como suposto suicídio, por enforcamento, uma forma grosseira para ocultar a dura realidade de tortura seguida de morte. O presidente, então, pediu para averiguar o caso, e aceitou a versão oficial, mas avisou que não toleraria atos desse tipo no futuro. No ano seguinte, no mesmo local, mais um suposto partidário do PCB, o operário Manuel Fiel Filho, foi morto. Desta vez, Geisel exonerou o comandante do II Exército sob a lógica de que tudo que acontece em uma unidade militar é de responsabilidade do seu chefe. A reação entre os militares provocou mal-estar no setor e, gradativamente, eles se articulavam em torno do ministro Sílvio Frota ao questionarem a autoridade do presidente. Em outubro de 1977, o general Frota foi demitido do Ministério.

Além disso, o presidente Geisel buscou diálogo junto aos setores civis da sociedade brasileira por meio da *missão Portella*, sob responsabilidade de Petrônio Portella, presidente do Senado. O principal objetivo da ação era percorrer o país em busca do apoio dos governadores “no sentido de uma transição segura que não desse margem a uma virada ideológica no Brasil em direção ao socialismo. O apoio dos civis era fundamental, pois vários deles apoiavam os setores radicais das Forças Armadas” (D’ARAÚJO, 2004, p. 98). A articulação política via Congresso e controle dos quartéis pelo presidente fez com que o governo anunciasse, em 1978, o fim das cassações e dos banimentos, a volta do *habeas corpus* e o fim do AI-5, que foram etapas importantes para o futuro da abertura política do país.

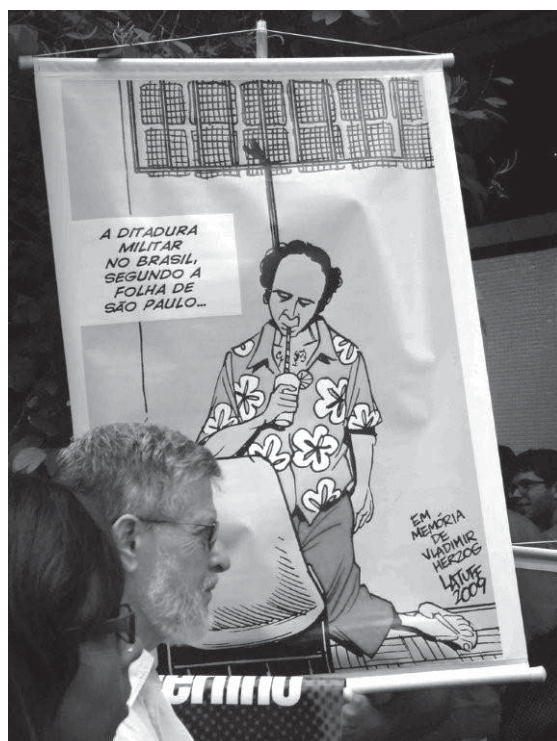


Figura 12.4: Cartaz fazendo referência à foto oficial do suposto suicídio de Herzog.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/63/Vlado_Herzog_protest.jpg

Apesar desses avanços, o governo Geisel também foi marcado por retrocessos típicos da ditadura militar. É fato que a tortura nas dependências do Doi-Codi acabou. Todavia, em setembro de 1977, a polícia militar invadiu a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), instituição que abrigava milhares de estudantes que discutiam a reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE), que se encontrava na ilegalidade. Espancamentos, lançamento de bombas e cinco estudantes gravemente feridos foram o saldo desta invasão. Meses antes, a tensão entre o poder Executivo e o Congresso Nacional atingiu seu ápice quando o governo não conseguiu a maioria necessária de dois terços para aprovar várias alterações constitucionais. O presidente Geisel estabeleceu o Pacote de 1977, que colocou o Congresso em recesso e estabeleceu vários decretos-leis que modificaram a Constituição, como, por exemplo, a criação do senador biônico – eleitos indiretamente pelo Colégio Eleitoral para

impedir que o MDB tivesse maioria no Senado – e alteração no critério de representação proporcional nas eleições à Câmara dos Deputados, de modo a favorecer os estados do Nordeste. Naquela mesma época, o governo modificara a legislação eleitoral com o objetivo de barrar o acesso dos candidatos ao rádio e à televisão por intermédio da Lei Falcão, homenagem ao ministro da Justiça, Armando Falcão, que a idealizou. A princípio, essa medida atingia tanto os candidatos da Arena quanto os do MDB, mas estes últimos eram o verdadeiro alvo, uma vez que perdiam a oportunidade para divulgarem suas ideias.

Em outubro de 1978, o general João Batista Figueiredo foi escolhido presidente da República, juntamente com Aureliano Chaves, na reunião do Colégio Eleitoral. Mais uma vez o MDB apresentou uma chapa de oposição, composta pelo general Eudes Bentes Monteiro e pelo senador Paulo Brossard, que obteve aproximadamente 36% dos votos. A administração de Figueiredo foi marcada por problemas econômicos, e a recessão de 1981 até 1983 teve pesadas consequências para o país. O desemprego, a inflação e o declínio da renda eram as marcas daqueles tempos. Com as reservas em dólares esgotadas, o Brasil teve que recorrer a empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI). Internamente ocorreram manifestações tanto contra as medidas restritivas adotadas pelo governo brasileiro quanto contra o pagamento dos juros da dívida. Na política, o governo aprovou a Nova Lei Orgânica dos Partidos, obrigando as novas organizações partidárias a serem criadas a conter em seu nome a palavra “Partido”. Desta forma, a Arena passou a chamar-se Partido Democrático Social (PDS), já o MDB assumiu o nome Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Nesta mesma época surgiu o Partido dos Trabalhadores (PT), que juntou em seus quadros o sindicalismo urbano e rural, setores de esquerda da Igreja e da classe média. Por sua vez, Leonel Brizola não se acomodou no PMDB e, a partir do trabalhismo de esquerda, tentou retomar a sigla do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), mas como a perdeu em uma decisão judicial, ele

finalmente fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Por último, o Partido Popular (PP) foi criado e durou pouco tempo. Como afirma Boris Fausto:

Reunindo adversários conservadores do governo, como Tancredo Neves e Magalhães Pinto, o PP procurou ancorar-se nas camadas da burguesia favoráveis a uma transição para a democracia sem grandes mudanças. Se o PDS não tinha nada de 'democrático' e de 'social', o PP não tinha nada de popular (FAUSTO, 1995, p. 307).

Em paralelo aos avanços políticos durante o governo Figueiredo, o país ainda era atingido pela ação da linha dura. Bombas explodiram nas redações dos jornais de oposição e, também, na Câmara Municipal. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também recebeu uma carta-bomba dirigida para seu presidente, mas que foi aberta pela secretária da Presidência do Conselho Federal, Lyda Monteiro, que morreu instantaneamente na sede da instituição. Em abril de 1981, outro ato criminoso marcou a história brasileira: durante a realização de um show no Riocentro, zona oeste do Rio de Janeiro, que reunia artistas com militância política de esquerda e que levou ao local uma multidão de fãs, duas bombas deveriam explodir. O atentado fracassou, já que uma das bombas detonou antes do previsto. O sargento Guilherme Pereira morreu e um capitão ficou gravemente ferido. Na ocasião, o governo tentou responsabilizar setores de esquerda pela autoria do atentado. Todavia, investigações posteriores demonstraram que os dois militares integravam um grupo extremista responsável por ações terroristas de direita, entre o final dos anos 1970 e o início da década de 1980, por discordarem do desmonte da máquina de prender e torturar montada durante a ditadura militar.

CONCLUSÃO

Para os estudiosos do período militar, 1968 pode ser considerado um marco na história brasileira a partir dos desdobramentos políticos provocados pelo AI-5 decretado em dezembro daquele ano. Os outros atos institucionais que se seguiram demonstravam, cada vez mais, o fechamento do regime. Em paralelo a esta situação criada pelo governo, os setores de oposição procuraram estabelecer canais que permitissem organizar a resistência, desde a criação do semanário brasileiro *O Pasquim*, passando pelos grupos de esquerda como a ALN e o MR-8.

A ausência de democracia social naquele período da ditadura militar teve como contrapartida o crescimento econômico do país, que ficou conhecido como *milagre econômico* em função das bases artificiais nas quais se consolidou. Em função dos êxitos demonstrados pelos índices da economia brasileira, o governo disseminou intensa propaganda política, com o objetivo de despertar o patriotismo da população. Enquanto isso, milhares de brasileiros eram presos, espancados, torturados e mortos por se oporem à ditadura militar.

Os dois últimos governos da ditadura militar, Geisel e Figueiredo, foram marcados por algum tipo de flexibilização política como, por exemplo, o fim do bipartidarismo e a formação de novos partidos políticos. Contudo, estas duas administrações presidenciais conviveram com atos típicos dos militares da linha dura, como foi o caso da morte de Wladimir Herzog nas dependências do Doi-Codi, em São Paulo, e dos atentados com bombas à sede da Ordem dos Advogados do Brasil e ao Riocentro. Os brasileiros ainda teriam que caminhar um longo percurso para conquistarem a abertura política do país e a consolidação de uma nova fase em sua história, a Nova República.



Atende ao Objetivo 2

2. Em dezembro de 1968, logo após o estabelecimento do Ato Institucional nº 5, Carlos Marighella, líder da esquerda, divulgou um manifesto apresentado a seguir. Leia atentamente o fragmento de documento:

CHAMAMENTO AO POVO BRASILEIRO – DEZEMBRO DE 1968

De algum lugar do Brasil me dirijo à opinião pública, especialmente aos operários, agricultores pobres, estudantes, professores, jornalistas e intelectuais, padres e bispos, aos jovens e à mulher brasileira.

Os militares tomaram o poder pela violência em 1964 e foram eles mesmos que abriram o caminho à subversão. Não se podem queixar nem ficar assombrados de que os patriotas trabalhem para desalojá-los dos postos de mando que usurparam descaradamente.

Afinal, que classe de ordem querem preservar os “gorilas”? Os assassinatos de estudantes na praça pública? Os fuzilamentos do “Esquadrão da Morte”? As torturas e espancamentos no DOPS e nos quartéis militares? (...)

Para os operários, o que existe é o arrocho salarial e o desemprego. Para os camponeses, os despejos, a ocupação ilegal de terras, os arrendamentos usurários. Para os nordestinos, a fome, a miséria e a doença.

Não existe liberdade no País. A censura é exercida para coibir a atividade intelectual.

A perseguição religiosa cresce dia a dia, os sacerdotes são presos e expulsos do País, os bispos agredidos e ameaçados. A inflação segue desenfreada. Há demasiado dinheiro em poder dos grandes capitalistas, enquanto é cada dia mais escasso nas mãos dos trabalhadores. Nunca pagamos tão caro os aluguéis e os artigos de primeira necessidade. Com os salários tão baixos e cada vez mais reduzidos.

A corrupção campeia no governo. Não é de se estranhar que os maiores corruptos do país sejam ministros e oficiais das forças armadas. Membros do governo vivem como

príncipes, praticando o contrabando e o roubo. Entretanto, os empregados públicos não recebem mais que um miserável 20% de aumento.

Diante da escandalosa avalanche de mentiras e acusações terrivelmente injuriosas lançadas contra mim, não tenho outra atitude a tomar senão a de responder à bala ao governo e às suas asquerosas forças policiais, empenhadas em minha captura, vivo ou morto. (...) Lutaremos para conquistar o poder e pela substituição do aparelho burocrático e militar do estado pelo povo armado. O governo popular-revolucionário será o grande objetivo de nossa estratégia. (...)

Abaixo a ditadura militar!

Viva Che Guevara!

Carlos Marighella

Brasil, Dezembro 1968

Fonte: Escritos de Carlos Marighella. São Paulo: Livramento, 1979, p. 139-143.

Escolha dois elementos existentes no manifesto de Carlos Marighella que caracterizam a visão dos setores de esquerda em relação ao país pós-1968.

Resposta Comentada

O manifesto era direcionado para o povo brasileiro e especificamente para os operários, agricultores pobres, estudantes, professores, jornalistas, padres, bispos, jovens e para as mulheres brasileiras. Marighella defendia a ideia de que a luta armada apenas reagiu à ação violenta imposta pelos militares desde 1964. Nesta luta ensandecida, pessoas inocentes morriam. Além do fechamento político do país, o autor denunciava a difícil situação econômica que a população vivia diante da contenção dos salários e da carestia. Por fim, Marighella ressaltou o ideário de luta revolucionário com a tomada de poder pelo povo.



RESUMO

Em dezembro de 1968, com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), o Brasil entrou em uma nova etapa da ditadura militar, e a radicalização alastrou-se pelo país. O governo ampliou o aparato institucional e burocrático como condição de estabelecimento do controle interno. A partir daí, e mais intensamente até meados dos anos 1970, a repressão governamental foi implacável, e a resistência diante desta situação levou à luta armada por intermédio do movimento estudantil e do combate urbano e rural. A economia brasileira atravessou uma fase de prosperidade até aproximadamente 1974, conhecido como *milagre econômico*. Já os dois últimos governos militares, Geisel e Figueiredo, permitiram algum tipo de modificação política, apesar da existência de expressivos episódios de direita, mas o país atravessou delicada situação econômica.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula discutiremos a abertura política no Brasil a partir da mobilização da sociedade civil, que lutou pela anistia que garantiu o retorno dos exilados ao país. Posteriormente, por meio das bandeiras de luta como, por exemplo, a campanha das *Diretas Já!* e a Constituição de 1988, a democracia consolidou-se e garantiu o início de nova etapa na vida brasileira com o advento da Nova República.

Aula 13

A abertura política e a Nova República

*Leonardo Leonidas de Brito
Vera Lúcia Bogéa Borges*

Meta da aula

Apresentar as características do período de transição política brasileira a partir do movimento das Diretas Já até a eleição de Fernando Henrique Cardoso.

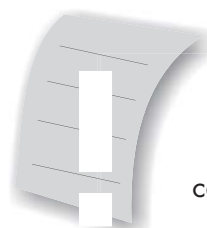
Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as principais atuações progressistas existentes na sociedade brasileira desde o início da década de 1980, que podem ser consideradas como comprometidas com o processo de abertura política do país;
2. reconhecer o restabelecimento da normalidade democrática no Brasil, com destaque para a Constituinte e a Constituição de 1988, que permitiu a realização de eleição direta para a presidência da República, passando pelo desgaste do governo Collor e culminando no processo de *impeachment*.

INTRODUÇÃO

Em fins dos anos 1970 e início da década de 1980, o processo de abertura política marcou a história do Brasil e importantes modificações ocorreram no país. De acordo com Evandro Lins e Silva, a Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, regulamentada pelo Decreto nº 84.143, de 31 de outubro do mesmo ano, garantiu o retorno dos anistiados aos seus postos e funções. Vale destacar que a aprovação da lei pelo Congresso Nacional foi realizada com restrições e garantiu importante concessão aos militares ao beneficiar, também, os torturadores. Em contrapartida, a lei garantiu a volta dos exilados políticos e, isto sim, foi um passo importante na ampliação das liberdades públicas no Brasil. Até o final de 1979, todos os presos políticos foram libertados e abriu-se o caminho de volta para os que estavam exilados ou haviam tido seus direitos políticos cassados.



Anistia

De acordo com Marly Motta, aproximadamente cento e sessenta e seis brasileiros que tiveram seus direitos políticos suspensos recuperaram integralmente a cidadania, como, por exemplo, os ex-deputados Marcos Tito e Alencar Furtado. Já para os que haviam cumprido o período de dez anos de suspensão dos direitos políticos, a anistia garantiu o apagamento das punições. No caso das Forças Armadas, os mais de mil militares punidos pelos atos institucionais foram reformados e passaram a receber soldo mensal. Por sua vez, os que foram condenados pela Lei de Segurança Nacional, no total de aproximadamente duas mil e quinhentas pessoas, foram classificados em duas categorias para efeito da anistia.

O grupo maior era composto de punidos por crimes políticos, e seus prontuários foram anulados ao serem anistiados. Por sua vez, o segundo grupo era formado pelos condenados por crimes de segurança nacional, alguns dos quais incluídos na nebulosa categoria de crimes de sangue (MOTTA, 1996).

Além disso, o calendário eleitoral foi mantido e as eleições diretas para os governos dos estados foram realizadas no segundo semestre de 1982. Naquele pleito, as oposições conseguiram significativas vitórias no Rio de Janeiro, com Leonel Brizola (PDT), em São Paulo, com Franco Montoro (PMDB), e em Minas Gerais, com Tancredo Neves (PMDB). Já no Rio Grande do Sul, o candidato vencedor foi Jair Soares (PDS), que pertencia aos quadros do partido governista. Para aquela disputa, o Congresso Nacional estabeleceu como medida a determinação do voto vinculado, isto é, nos diferentes níveis de representação para os cargos dos poderes Executivo e Legislativo, os eleitores eram obrigados a escolher candidatos de um mesmo partido político. Assim, o voto em candidatos de partidos diferentes seria considerado nulo. Essa condição visava a favorecer os candidatos do PDS, partido do governo, normalmente com expressividade no âmbito municipal. Em novembro de 1982, os eleitores brasileiros foram às urnas para eleger pelo voto direto vereadores, deputados estaduais, deputados federais, senadores, prefeitos e governadores. O momento foi importante rumo à democratização do país, uma vez que os brasileiros não viviam experiência similar desde 1965. Vale destacar que, nas **áreas de segurança nacional**, os prefeitos eram cargos nomeados pelos governadores, e estas localidades tiveram que esperar até novembro de 1985 para eleger seus candidatos.

Área de segurança nacional

De acordo com a Doutrina de Segurança Nacional, elaborada pela Escola Superior de Guerra (ESG), as áreas de segurança nacional seriam passíveis de ações extremistas como, por exemplo, sabotagens ou atos terroristas, como aquelas que pudessem comprometer a segurança do país. No Brasil, as grandes cidades, as capitais estaduais, as cidades fronteiriças e o Distrito Federal faziam parte desta designação.

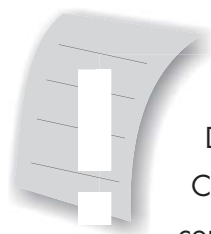


Figura 13.1: Os candidatos vencedores nos governos de São Paulo (Franco Montoro), Minas Gerais (Tancredo Neves) e Rio de Janeiro (Leonel Brizola).

Fontes: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/ef/Francomontoro.JPG>
http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/94/Tancredo_Neves.jpg
http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/34/Leonel_Brizola.jpg

O movimento dos trabalhadores no Brasil avançou, e a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e a da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1986, foram algumas das inovações no sindicalismo brasileiro. A gênese para a diferenciação de posições no campo sindical ocorreu com a realização da primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), que reuniu representantes das várias tendências do sindicalismo brasileiro. De acordo com Boris Fausto, a partir de então as duas principais correntes, CUT e CGT, ganharam contornos distintos.

Uma delas (CUT), muito próxima do PT, apostava em uma linha reivindicatória agressiva, em que a mobilização dos trabalhadores era definida como mais importante do que o processo sinuoso de abertura. Seu núcleo impulsionador encontrava-se no sindicalismo do ABC. A outra corrente (CGT) defendia a necessidade de limitar a ação sindical a lutas que não pusessem em risco o processo de abertura. Não assumia uma clara definição ideológica, sustentando a importância de alcançar ganhos concretos imediatos para os trabalhadores (FAUSTO, 1995, p. 507).



Central Única dos Trabalhadores (CUT)

De acordo com Iran Jácome Rodrigues, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) é uma confederação sindical de trabalhadores, na esfera nacional, fundada em agosto de 1983, em São Paulo. A sua criação foi motivada a partir de uma iniciativa do Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Esta entidade ganhou visibilidade, no Brasil, a partir das greves iniciadas no final da década de 1970. Durante aqueles anos, o sindicalismo brasileiro desenvolveu-se a partir de duas vertentes distintas, isto é, o padrão de ação dos sindicalistas de São Bernardo e a prática de organização pela base dos militantes da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Iran Jácome Rodrigues afirma:

As concepções desses dois movimentos e suas práticas criaram, em larga medida, as condições para o aparecimento de um novo tipo de ação sindical, conhecido inicialmente como “novo sindicalismo”, em contraposição à atividade sindical vigente no período. E foi essa nova práxis sindical que, de algum modo, mostrou sua eficácia na ação dos trabalhadores pós-1978 e que estava na origem da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 (2001, p.1.301).

Central Geral dos Trabalhadores (CGT)

Esta central sindical foi criada, em março de 1986, como desdobramento diante do enorme crescimento do sindicalismo ligado à CUT e da certeza da inviabilidade de acordo entre as propostas distintas acerca do rumo do sindicalismo a partir dali. Desde o final da década de 1970, dois grupos ganharam contorno

no movimento sindical, os ditos *autênticos* e os setores de oposição sindical. A divergência e a tentativa de garantir a hegemonia entre esses dois grupos ficaram mais explícitas na I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (I Conclat), realizada em 1981. Segundo Marco Aurélio Santana, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) trazia como políticas mais gerais no momento de seu nascedouro a necessidade de convocação de Assembleia Nacional Constituinte, a defesa da existência de estatais, o não pagamento da dívida externa e a realização da reforma agrária no Brasil. Para Marco Aurélio Santana:

Embora a disputa central no movimento sindical fosse entre a CGT e a CUT, este fato não acabou com as disputas internas em ambos os campos. Neste sentido, se a CUT conseguiu se manter e mesmo ampliar seu espectro de influência, na CGT, um duro processo de divisão interna acabou por cindi-la. A tensão se estabeleceu entre os setores mais tracionais do sindicalismo, aliados dos partidos de esquerda atuantes na CGT, e um novo bloco que foi se formando conhecido como “sindicalismo de resultados”, que, defensor da economia de mercado, anticomunista e pragmático, divergia tanto do sindicalismo de contestação da CUT como de seus parceiros de esquerda centro da CGT. Este tinha como nomes de proa Antonio Rogério Magri (eletricitários de São Paulo) e Luís Antônio de Medeiros (metalúrgicos de São Paulo) (2001, p.1.300).

A campanha das Diretas Já!

Em março de 1983, a partir de um acordo entre os partidos de oposição, o deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT) apresentou ao Congresso Nacional uma emenda constitucional para o retorno das eleições diretas para presidente e vice-presidente já para o

próximo processo eleitoral. Naquele ano, um movimento político suprapartidário (que reuniu vários partidos) ganhou dimensões bastante amplas ao levantar a bandeira de luta pelo retorno de eleições diretas para a presidência da República. Como apresenta Maria Ester Lopes Moreira, nos primeiros meses de 1984, vários comícios ocorreram em inúmeras cidades brasileiras – como o comício-show organizado na cidade de Olinda pelo PT, oficializando o início do movimento pró-Diretas Já – e mobilizaram milhões de brasileiros quando se discutiam os novos rumos do país para a campanha de sucessão ao governo do general João Batista de Figueiredo. Como afirma a autora,

A aproximação da sucessão presidencial abriu uma disputa interna no PDS, quando do processo de escolha do candidato oficial do partido para as eleições. Mário Andreazza, Paulo Maluf, Aureliano Chaves e Marco Maciel foram os pedessistas que se apresentaram como candidatos para a convenção do partido prevista para setembro de 1984. Os dois últimos, posteriormente, afastaram-se da disputa. Com essas candidaturas criou-se uma sensível divisão da base governista (MOREIRA, 2001, p.1.880).



Mário Andreazza (1918-1988)

Nasceu em Caxias do Sul (Rio Grande do Sul), sendo militar de carreira. Durante a ditadura militar, Andreazza ocupou por duas vezes o Ministério, na pasta dos Transportes (1967-1974) e, posteriormente, na pasta do Interior (1979-1985). Em fevereiro de 1983, considerou a possibilidade de ser candidato à presidência desde que o presidente Figueiredo concordasse com tal fato, uma vez que este ainda tinha um terço de mandato pela frente. Nesta mesma época, envolveu-se em um escândalo financeiro no qual a Delfim Crédito Imobiliário saldou uma dívida de bilhões de cruzeiros com o Banco Nacional

de Habitação (BNH), dando em pagamento terrenos com valores discutíveis. Com o passar dos meses, mudou de ideia e, em setembro de 1983, lançou sua candidatura à sucessão presidencial à revelia do presidente Figueiredo ao perceber que, gradativamente, perdia espaço político no PDS. Finalmente, em agosto de 1984, na convenção pedessista, perdeu para Paulo Maluf a indicação para disputar a presidência.

Paulo Maluf (1931-)

Nasceu em São Paulo, sendo filho de pais de origem libanesa. Em 1954, Maluf graduou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Logo depois, iniciou sua carreira de empresário ao assumir importantes cargos em diversas empresas da família Maluf. De acordo com Patrícia Campos e Lorenzo Aldé:

Em abril de 1969, graças ao apoio do presidente da República, marechal Arthur da Costa e Silva, tornou-se prefeito em São Paulo, sendo nomeado a contragosto pelo governador do estado, Roberto Abreu Sodré (1967-1971), em substituição ao brigadeiro José Vicente Faria Lima (1965-1969) (2005, p. 3.506).

Na sucessão à presidência da República, Paulo Maluf apresentou-se já como candidato em potencial do PDS em fevereiro de 1983. No início do ano seguinte, ele apresentou ao seu partido o documento *Brasil-Esperança*, com sua plataforma política e seu programa de governo valorizando a defesa da iniciativa privada, o crescimento econômico do Nordeste brasileiro e a austeridade econômica do país. Ainda segundo os mesmos autores:

Mesmo sem apoio do Planalto e da maioria dos governadores eleitos com o voto popular em 1982, tornou-se o candidato oficial do PDS à presidência em 12 de agosto de 1984, após conquistar 493 votos na convenção partidária, contra os 350 dados a Mário

Andreazza, que logo integraria, com seu grupo, a campanha oposicionista (2005, p. 3.508).

Aureliano Chaves (1929-2003)

Em 1953, Antonio Aureliano Chaves de Mendonça formou-se engenheiro elétrico e mecânico pelo Instituto Eletrotécnico de Itajubá, em Minas Gerais, tendo participado do movimento estudantil local junto à corrente ligada à União Democrática Nacional (UDN).

O início de sua carreira política ocorreu em outubro de 1958, quando concorreu a uma cadeira na Assembleia Legislativa mineira e obteve a quarta suplência. Posteriormente, Aureliano Chaves ocupou importantes cargos políticos como o de deputado federal por Minas Gerais (1967-1975), governador de Minas Gerais (1975-1978), vice-presidente da República (1979-1985) e, finalmente, ministro de Minas e Energia (1985-1988). Vale destacar sua participação no processo eleitoral à presidência de 1984. Segundo Patrícia Campos de Sousa:

Em junho, o presidente do PDS, senador José Sarney, com o aval do presidente Figueiredo, anunciou a decisão de promover uma escolha prévia entre todos os filiados que ocupassem postos efetivos ou cargos em diretórios, desde os municipais, para saber quem seria o preferido da legenda para sair candidato na convenção marcada para setembro – uma versão brasileira das eleições primárias americanas. No entanto, recusando-se a participar deste tipo de consulta, que considerou casuísmo de seus adversários visando deter sua candidatura, Paulo Maluf, o favorito até então, conseguiu solapar o apoio de Figueiredo à tese das prévias – apresentada como um golpe para beneficiar Aureliano – e derrubar a proposta na reunião da comissão executiva do partido convocada justamente para planejar sua realização. A reviravolta na posição do presidente e da direção do partido levou à renúncia de Sarney da presidência do PDS, nesta mesma reunião, em 11 de junho, concretizando a ruptura da agremiação governista (SOUSA, 2005, p. 1.345).

Dias depois, Aureliano Chaves retirou sua candidatura à presidência da República e lançou, juntamente com o senador Marco Maciel, José Sarney e outros dissidentes, um manifesto à nação anunciando a formação de uma Frente Liberal do PDS – futuro Partido da Frente Liberal (PFL) – que abrigou os pedessistas antimalufistas descontentes com o rumo da sucessão presidencial.

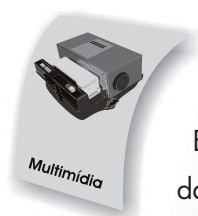
Marco Maciel (1940-)

Marco Antonio de Oliveira Maciel nasceu no Recife (PE). Aos vinte e três anos completou o curso de Direito na Universidade Federal de Pernambuco. Em seu estado natal, Maciel atuou na União dos Estudantes de Pernambuco, sendo sua ação caracterizada pela oposição à linha ideológica de esquerda, na época, predominante na União Nacional dos Estudantes (UNE). Nesta mesma época, ele alinhou-se às forças políticas que se opunham ao governo de Miguel Arraes (1962-1964), em Pernambuco. Durante os anos de ditadura militar, elegeu-se deputado federal entre os anos de 1971 e 1979. Depois ocupou o cargo de governador de Pernambuco entre 1979 e 1982. Já em 1983, elegeu-se senador e ficou no cargo por dois anos. Ao ocupar uma cadeira no Senado, Marco Maciel passou a se dedicar à articulação do lançamento de sua candidatura à sucessão do presidente João Figueiredo. Sua base de apoio contou tanto com a participação de dirigentes católicos quanto de importantes líderes empresariais. Quando a disputa interna no seu partido, o PDS, rumou em direção à polarização entre as candidaturas de Paulo Maluf e Mário Andreazza,

Maciel integrou-se ao grupo dissidente do partido, do qual também fazia parte o vice-presidente Aureliano Chaves, que articulava um nome do PMDB para concorrer no Colégio Eleitoral. Em maio, Maciel declarou concordar com a retirada de sua candidatura, desde que tal atitude facilitasse o entendimento entre o governo e a oposição e contribuísse para uma sucessão sem traumas. Dois meses depois, rompeu publicamente com o PDS e assumiu, ao

lado de José Sarney, Aureliano Chaves e outros pedessistas dissidentes, o trabalho de articulação do movimento da Frente Liberal (MONTEIRO, 2005, p. 3.416).

Por sua vez, o PMDB distribuiu mais de dois milhões de panfletos, espalhou milhares de cartazes, disponibilizou centenas de camisetas e, também, veiculou por meio de uma emissora de televisão várias inserções publicitárias nos intervalos do jornal da noite. Cada vez mais a campanha Diretas Já ganhava seguidores e arrastava multidões às ruas que cantavam as palavras de ordem: “Um, dois, três / quatro, cinco, mil / queremos eleger / o presidente do Brasil”, “Eu quero votar pra presidente” ou “Povo soberano elege presidente”. A cobertura jornalística para os eventos como passeatas, comícios e manifestações diversas era cada vez maior, e os governadores de oposição eleitos em 1982 frequentemente estavam presentes nos palanques montados nessas ocasiões. Também os músicos e atores – Chico Buarque, Moraes Moreira, Milton Nascimento, Sonia Braga, Irene Ravache – ocuparam os diversos palcos erguidos durante a campanha. Além disso, pequenas ações no cotidiano serviam de demonstração de apoio às Diretas Já, como, por exemplo, o uso da cor amarela (em referência à bandeira brasileira) no para-brisa dos carros, nas fachadas dos prédios e nas camisetas. Apesar das possíveis divergências existentes no diferentes grupos que participaram da campanha Diretas Já, naquela conjuntura, o objetivo primordial era a restauração da democracia e das liberdades no Brasil.



“Menestrel das Alagoas”

Em 25 de janeiro de 1984, o dia do aniversário da cidade de São Paulo, na capital paulista aconteceu um importante comício na Praça da Sé. Na ocasião, a música “Menestrel das Alagoas”, de Milton Nascimento e Fernando Brant, foi cantada pela multidão

em homenagem ao senador Teotônio Vilela, falecido pouco antes e um dos maiores defensores do movimento Diretas Já. Rapidamente, a canção transformou-se em hino da campanha, tendo em vários momentos a interpretação de Fafá de Belém:

Quem é esse viajante
Quem é esse menestrel
Que espalha esperança
E transforma sal em mel?
Quem é esse saltimbanco?
Falando em rebelião
Como quem fala de amores
Para a moça do portão?



Figura 13.2: Em 1984, o comício pelas eleições diretas na Candelária (Rio de Janeiro).

Fonte: http://www.alerj.rj.gov.br/livro/imagens/diretasja/pag_168.gif

No início de abril de 1984, com a crescente divulgação da “Marcha a Brasília”, o comandante do II Exército, general Sérgio de Ari Pires, e os comandantes de algumas guarnições regionais do Exército comunicaram aos governadores, envolvidos na organização da caravana, as medidas de emergência que seriam tomadas, na capital, como recurso previsto na Constituição para evitar que a cidade fosse ocupada por milhares de manifestantes pró-Diretas Já, no dia 25 de abril, data marcada para a votação da emenda Dante de Oliveira: limitação do acesso à capital e proibição de manifestações políticas dentro dos limites da cidade, mesmo em recintos fechados (MOREIRA, 2005, p.1.881).

Como a transmissão ao vivo da votação no Congresso pelo rádio e pelas emissoras de televisão não foi permitida, devido ao estabelecimento das medidas de emergência, várias entidades da sociedade civil – Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), dentre outras – propuseram uma jornada de vigília cívica para o acompanhamento das discussões e votação da emenda pelas eleições diretas para a presidência e a vice-presidência da República. Os brasileiros acompanharam a votação por meio de boletins da imprensa e em vários locais públicos foram afixados placares que registravam cada um dos votos dos deputados. Segundo Lucília de Almeida Neves Delgado, as expectativas eram grandes em torno da votação no Congresso Nacional “após um período efervescente de manifestações caracterizadas por empolgantes mobilizações populares, que inundavam os espaços públicos das cidades brasileiras” (2007, p. 411). Todavia, o resultado da sessão histórica, com duração de mais de dezesseis horas, não pôde ser celebrado, uma vez que a Câmara dos Deputados rejeitou a emenda que propunha as Diretas Já, faltando pouco mais de vinte votos para a aprovação. A multidão que lotava as galerias do Congresso, apesar de abatida pela derrota, mas compreendendo a importância da luta, cantou o Hino Nacional de mãos dadas, em um ato cívico repleto de simbolismo.

A mobilização sem precedentes da população brasileira fez com que a oposição se sentisse fortalecida para negociar com o Governo Federal a proposta de instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte para inauguração de nova etapa na vida política do país. As vozes de milhões de brasileiros que participaram ativamente nas ruas e praças brasileiras tornaram-se expressivas para as aspirações republicanas como a realização de eleições periódicas para os cargos do Executivo e do Legislativo e o respeito aos interesses públicos. A vitória de Paulo Maluf como candidato do PDS à sucessão presidencial repercutiu nos partidos oposicionistas com a formação da *Aliança Democrática* para as eleições indiretas com a chapa, tendo Tancredo Neves como titular e, como vice, José Sarney. Além da liderança do PMDB, a *Aliança Democrática* contou com o apoio da Frente Liberal, formada por antigos pedessistas. No segundo semestre de 1984, alguns comícios reuniram políticos das mais variadas tendências em apoio aos candidatos da *Aliança Democrática*, que acabaram vitoriosos na reunião do Colégio Eleitoral realizada em 15 de janeiro de 1985. A eleição de Tancredo Neves representou um marco na história do Brasil e foi considerada o fim simbólico do regime militar e o início de um momento: a Nova República.



Atende ao Objetivo 1

1. Leia atentamente os fragmentos das duas emendas constitucionais de setembro e novembro de 1980 e, a seguir, responda à questão proposta.

Emenda Constitucional nº 14/80

Altera o Título das Disposições Gerais e Transitórias, estendendo os mandatos dos atuais Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e Suplentes até 1983, imprimindo nova redação ao art. 209.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único – O art. 209 passa a vigor reescrito nos termos infra:

Art. 209 – Os mandatos dos atuais Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e seus Suplentes, estender-se-ão até 31 de janeiro de 1983, com exceção dos Prefeitos nomeados.

Parágrafo único – As eleições para Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores serão realizadas simultaneamente, em todo o País, na mesma data das eleições gerais para Deputados.

Brasília, 9 de setembro de 1980.

Emenda Constitucional nº 15/1980

Restabelece o sistema de voto direto nas eleições para Governador de Estado e para Senador da República.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 13

2º – A eleição do governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, far-se-á por sufrágio universal e voto direto e secreto; o candidato a Vice-Governador será considerado eleito em virtude da eleição do candidato a Governador com ele registrado.

Art. 41 – O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados, eleitos pelo voto direto e secreto, segundo o princípio majoritário, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos.

1º – Cada Estado elegerá três Senadores, com mandato de oito anos.

Brasília, 19 de novembro de 1980.

Retire dos fragmentos um trecho que demonstre o avanço no processo de abertura política e outro que apresente a permanência ainda existente no último governo da ditadura militar diante dos novos tempos que o Brasil atravessava.

Resposta Comentada

A Emenda Constitucional nº 14 representou um avanço no processo de abertura política ao garantir a realização de eleições no âmbito municipal, tanto para o Poder Executivo (prefeito e vice-prefeito) quanto para o Poder Legislativo (vereador), como demonstra seu parágrafo único, previstas para 1982. Todavia, aqueles que ocupavam esses cargos eletivos em 1980 teriam seus mandatos estendidos segundo o artigo 209, o que pode ser compreendido como uma manobra política que favorecia possíveis aliados. Além disso, este mesmo artigo apenas menciona a permanência dos prefeitos nomeados, referentes às áreas de segurança nacional, e nada definindo sobre os mesmos, que só foram substituídos com as eleições de 1985.

O governo Sarney, a Constituição de 1988 e o malogro econômico do Brasil

Apesar de eleito, Tancredo Neves não ocupou a presidência como estava previsto. Às vésperas de sua posse, em 15 de março de 1985, ele foi acometido de grave doença e morreu em 21 de abril daquele ano. Em seu lugar, o vice-presidente eleito na chapa, José Sarney, assumiu com o desafio de governar o Brasil depois de mais de vinte anos de ditadura militar e diante da dupla frustração de uma parcela expressiva dos brasileiros, isto é, a derrota pela não realização de eleições diretas para a presidência e a morte inesperada de Tancredo Neves. Em novembro daquele ano, as

eleições municipais realizaram-se em mais de duzentas cidades brasileiras, inclusive as capitais dos estados e territórios brasileiros. O PMDB obteve excelente resultado nesse pleito ao ganhar em dezenove das vinte e cinco capitais e em mais da metade nas demais cidades brasileiras. Porém, resultados surpreendentes ocorreram, como foi o caso da vitória de Jânio Quadros ao derrotar Fernando Henrique Cardoso na cidade de São Paulo.



Figura 13.3: FHC sentou na cadeira de prefeito de São Paulo ainda na condição de candidato; afinal, ele acreditou nos índices da pesquisa do DataFolha que assegurava sua vitória em relação a Jânio Quadros até a véspera das eleições, em 14 de novembro de 1985, mas o resultado não confirmou esta previsão.

No Brasil, a agenda institucional de transição rumo à democratização deveria ser completada a partir de três etapas. A primeira referia-se à ideia de *remoção do entulho autoritário*; a partir do estabelecimento de uma comissão interpartidária instalada no Congresso Nacional com a missão de elaborar um pacote de reformas da legislação eleitoral como preparação para a Constituinte. Já a segunda etapa estabelecia a ampliação do debate constitucional pelos setores organizados da sociedade civil como forma de aproveitar e canalizar a mobilização iniciada com a campanha pelas diretas. Por fim, a terceira etapa dizia respeito à questão institucional da transição; nesse momento, o presidente José Sarney enviou uma mensagem ao Poder Legislativo com uma proposta de emenda à Constituição com a concessão de poderes constituintes ao Congresso Nacional que deveria ser eleito em novembro de 1986. A instalação da Assembleia Nacional Constituinte ocorreu em 1º de fevereiro de 1987, sob presidência

do ministro José Carlos Moreira Alves, presidente do Supremo Tribunal Federal, contando com presença de quinhentos e cinquenta e nove constituintes divididos por doze partidos: PMDB, PFL, PDT, PTB, PT, PL, PDC, PCB, PCdoB, PSB, PSC e PMB.

De acordo com André Magalhães Nogueira, esta composição sofreu alterações ao longo do processo constituinte, uma vez que alguns parlamentares se afastaram para assumir cargos no Poder Executivo federal ou estadual. Além disso, em julho de 1988, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) foi criado a partir de uma dissidência peemedebista.

Em sessão solene, realizada no dia 5 de outubro de 1988, e com a participação das maiores autoridades do país e de convidados do exterior, foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil. O texto final ficou composto por 315 artigos, dos quais 245 distribuídos por oito títulos das disposições permanentes e 70 nas disposições transitórias. (NOGUEIRA, 1988, p. 389).

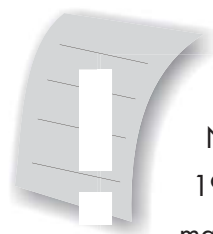
O texto do preâmbulo da Constituição de 1988 é uma demonstração do momento histórico de seu nascimento e de suas aspirações:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundamentada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil (CONSTITUIÇÃO... 2001, p. 11).

O texto constitucional de 1988 refletiu o avanço ocorrido no país, especialmente na área da extensão de direitos sociais e políticos aos cidadãos em geral e às chamadas minorias, como foi o caso dos índios

("sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e dos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam"). No caso do direito dos trabalhadores, importantes medidas foram adotadas, como o aumento de 10% para 40% da multa indenizatória do valor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o estabelecimento do valor do salário mínimo pelo Congresso Nacional e não mais pelo Executivo, a determinação da jornada de trabalho para 44 horas semanais, a licença-maternidade com duração de 120 dias e a criação da licença-paternidade. Além disso, garantiu a existência de direitos e deveres tanto coletivos quanto individuais ao permitir, por exemplo, a possibilidade de impetrar mandado de segurança contra autoridade pública para proteger direito líquido, que foi estendida aos partidos políticos com representação no Congresso e às organizações sindicais. Somado a isso, temos a figura do *habeas data*, que, a partir daí, permitiu ao cidadão o acesso às informações relativas a sua pessoa existentes nos registros de entidades governamentais. Esta inovação constitucional representou importante conquista, pois impediu que possíveis registros secretos fossem utilizados contra o cidadão, como aconteceu na ditadura militar. Como afirma Luís R. Barroso:

A nova Carta não foi capaz de conter a crônica voracidade fiscal do Estado brasileiro, nem de impedir um sistema tributário que, na prática, constitui um cipoal de tributos que se superpõem, criando uma onerosa e ineficiente burocracia nos diferentes níveis de poder. O sistema de seguridade social, notadamente no campo previdenciário, integra uma estrutura que se tornou economicamente inviável e incapaz de conter a sangria de recursos imposta pelas fraudes e pela corrupção. É preciso, todavia, conservar a capacidade de identificar as vicissitudes que podem e devem ser associadas ao texto constitucional de 1988 com outras tantas que fazem parte da crônica patologia institucional, social e cultural brasileira, e que não podem ser imputadas ao trabalho dos constituintes, mas, sim, a um país fragilizado por sucessivas rupturas políticas e pelo desequilíbrio de suas relações sociais (CONSTITUIÇÃO..., 2001, p. 1.581).



Ulysses Guimarães

Nasceu em Rio Claro (São Paulo) no ano de 1916 e teve longa carreira política, cumprindo mandato de deputado federal por seu estado natal entre 1951-1961, depois entre 1962 e 1992, e ministro da Indústria e Comércio entre 1961 e 1962. Ulysses Guimarães frequentou a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), onde atuou como presidente da Associação Acadêmica Álvares de Azevedo e também participou das atividades do Centro Acadêmico 11 de Agosto.

Segundo Dulce Pandolfi, em 1945 ele ingressou no Partido Social Democrático (PSD), ficando filiado até a sua extinção em 1965. No processo de redemocratização do país, Ulysses era um dos principais participantes nas diversas manifestações em espaços públicos e passou a ser chamado de “Senhor Diretas”. A vitória da chapa de Tancredo Neves e José Sarney no Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985, foi largamente comemorada por Ulysses Guimarães e seus correligionários. Nos dois meses que separaram a eleição da posse, ele participou ativamente da montagem do novo governo e, em fevereiro, acabou sendo eleito para a presidência da Câmara dos Deputados. Todavia, seu papel decisivo no processo aconteceria entre os dias 14 e 15 de março de 1985, quando o país recebeu a notícia de que o presidente eleito estava doente, internado no Hospital de Base de Brasília.

Segundo a interpretação de alguns juristas, entre estes, Leitão de Abreu, o chefe da Casa Civil, quem deveria assumir o cargo era Ulysses Guimarães, o presidente da Câmara dos

Deputados, e não José Sarney, o vice-presidente eleito mas ainda não empossado. Dizia-se que o general João Figueiredo preferia passar a faixa presidencial para o coerente líder da oposição do que para o ex-dirigente do PDS José Sarney, considerado um traidor. Ulysses, entretanto, afirmava que pela Constituição quem deveria assumir a cadeira presidencial era o vice-presidente eleito. O empossado, em caráter interino, foi José Sarney (1985-1990), mas o homem forte da Nova República era Ulysses Guimarães. Acumulava a presidência da Câmara dos Deputados e a presidência do PMDB, o partido que detinha 80% dos ministérios e a maioria dos parlamentares. Por ser o presidente da Câmara dos Deputados, era, ainda, o substituto legal de Sarney (PANDOLFI, 2001, p. 2.712).

Em termos econômicos, o início do governo Sarney foi marcado por grande impulso proveniente das exportações, o que permitiu a retomada do crescimento brasileiro. Todavia, sua administração convivia com os problemas crônicos da dívida externa, da interna e os altos índices de inflação, que chegou a mais de 200% em 1985. A solução não significou nenhuma inovação em termos econômicos: o então ministro da Fazenda, Francisco Dornelles (sobrinho de Tancredo Neves), determinou um corte geral de 10% no orçamento da União e um congelamento de contratos e empréstimos. Esta política de austeridade, somada à disputa por cargos importantes na administração pública, acabou por levar à demissão de Dornelles e sua substituição por Dílson Funaro, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Neste momento, a situação econômica do país era difícil: a inflação não parava de crescer, atingindo o índice de 17,5% ao mês em janeiro de 1986. O Brasil amargava a difícil convivência com a hiperinflação.

Diante desta situação, a resposta do governo do presidente Sarney foi a apresentação de um plano de estabilização econômica,

o Plano Cruzado, em fevereiro de 1986. Suas principais medidas foram editadas por meio dos Decretos-Leis nº 2.283 e nº 2.284. Em primeiro lugar, uma nova moeda, o cruzado, foi criada em substituição ao cruzeiro. Em segundo lugar, foi estabelecida uma regra de conversão de obrigações contratuais. Em terceiro lugar, ocorreram o congelamento de preços e a **desindexação** econômica, com a extinção da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN). Em quarto lugar, os salários foram convertidos para cruzados pelos seus valores médios, sendo acrescido um abono de 8%.

Inicialmente, o plano parecia que seria suficiente para o país superar a adversidade econômica, entretanto, a inflação voltou de forma galopante no final daquele ano, e sua taxa anual atingiu a cifra de 337% apenas no primeiro bimestre de 1987. O governo ainda tentou remediar a situação com um novo pacote econômico, o Plano Cruzado II, com diferentes medidas, como o estímulo à poupança, medidas fiscais com correção de preços, o incentivo à exportação e a diminuição da participação do Estado na economia. Como observa Fernando de Holanda Barbosa, o fracasso do Plano Cruzado deveu-se ao fato de que não se atacou a causa básica da inflação no Brasil, o financiamento do déficit público por meio da emissão de moeda pelo Banco Central, e acreditava-se que tudo estaria resolvido com o simples congelamento de preços. A realidade não confirmou este prognóstico.

As eleições de 1989

De acordo com Renato Lemos, no início de 1989, Fernando Collor de Melo – governador de Alagoas – tornou pública sua disposição de se candidatar a presidente e, para tanto, lançou o manifesto de criação do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), que teve como base o Partido da Juventude (PJ), legenda que já existia mas que não tinha qualquer expressão eleitoral. A formação de sua chapa contou como candidato à vice-presidência o senador Itamar Franco (MG), e a parte financeira de sua campanha ficou

Indexação

“Mecanismo de política econômica pelo qual as obrigações monetárias têm valores em dinheiro corrigidos com base em índices oficiais do governo.

No Brasil, por exemplo, os salários, pensões e aluguéis residenciais são corrigidos em função da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). E as cadernetas de poupança, CDBs, prestações do Sistema Financeiro de Habitação e aluguéis comerciais são corrigidos conforme a variação das ORTNs que servem de base para o cálculo da correção monetária”

(*Dicionário de Economia*, 1985, p. 205).

sob responsabilidade de Paulo César Farias (PC Farias). O eixo de seu programa estava centrado tanto na defesa da moralização centrada nas denúncias de corrupção contra o governo Sarney e no combate do que classificava como privilégios do funcionalismo quanto na defesa pela redução da presença do Estado na economia brasileira. Outros dois candidatos de oposição surgiram com reais possibilidades de vitória naquela disputa: Leonel Brizola (PDT) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Entretanto, esses partidos ainda tinham uma percepção muito difusa da efetiva ameaça que Fernando Collor representava e interpretaram sua participação apenas como fenômeno eleitoral passageiro. Todavia, conforme Collor passou a aparecer na televisão a partir do programa no horário eleitoral gratuito reservado ao PRN em cadeia nacional, as pesquisas de opinião apontavam-no como o líder na preferência dos eleitores.

Ao sair do governo de Alagoas, em 14 de maio de 1989, para cumprir a exigência legal de desincompatibilização, deixou o estado em sérias dificuldades financeiras: a arrecadação estava em queda vertiginosa; os servidores tinham salários defasados e atrasados; apenas 1/3 das demissões planejadas havia sido executado; e, para agravar ainda mais o quadro, faltavam recursos para indenizar os funcionários que já tinham sido afastados (LEMOS, 2001, p. 1.443).

No primeiro turno, Collor concorreu com mais de vinte candidatos, entre eles Aureliano Chaves (PFL), Leonel Brizola (PDT), Paulo Maluf (PDS), Lula (PT) e Ulysses Guimarães (PMDB). Já na disputa para o segundo turno, a polarização marcou a eleição presidencial, e Collor recebeu o apoio de partidos com menor expressão política, de empresários e da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). Por sua vez, em torno de Lula reuniram-se o PSDB, o PMDB, o PDT e o PCB, pequenos partidos de esquerda e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Como forma de assegurar altos índices de popularidade, Collor chamava a população mais pobre de “os descamisados”. Além disso, o seu desempenho em dois debates na televisão foi decisivo para garantir a vitória. Os correligionários *colloridos* não hesitaram em tornar público um episódio

da vida pessoal de seu adversário, Lula: o depoimento de Miriam Cordeiro – ex-namorada do candidato petista e mãe de sua filha Lurian –, que o acusou de lhe ter oferecido dinheiro para um aborto quando ela ficou grávida. Apesar de ter ficado comprovado que o depoimento de Miriam Cordeiro foi comprado por NCz\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzados novos), a acusação contra Lula teve repercussão negativa no eleitorado. Assim, Collor elegeu-se presidente da República.

Fernando Collor de Mello e o processo de *impeachment*

Em seus primeiros atos como presidente, por meio de decretos e medidas provisórias, Collor diminuiu o número de ministérios, demitiu servidores públicos e vendeu imóveis do patrimônio federal. Seu ministério contou com a participação de Zélia Cardoso de Melo, na pasta da Economia, Fazenda e Planejamento, e de Bernardo Cabral, no Ministério da Justiça, para citarmos apenas os nomes mais expressivos de sua equipe.

Ainda em março de 1990, o governo anunciou o seu Plano de Estabilização Econômica (ou Plano Collor), que tinha como metas combater a inflação e reduzir o déficit público. Desta forma, as principais medidas foram: demissão de funcionários, elevação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o retorno do cruzeiro como moeda brasileira, o congelamento de preços e salários, a privatização de empresas estatais e abertura econômica para o exterior com a redução progressiva das alíquotas de exportação. Sem dúvida nenhuma, a medida que provocou maior ruído na sociedade brasileira foi o bloqueio, durante dezoito meses, dos saldos em conta corrente e cadernetas de poupança que excedessem cinquenta mil cruzeiros. Apesar do suposto sigilo desta medida, posteriormente a população tomou conhecimento de que o presidente Collor e Paulo César Farias fizeram retiradas substantivas de suas contas bancárias antes do bloqueio estabelecido pelo governo.

Rapidamente o governo começou o processo de desgaste junto à opinião pública, e, em poucos meses, a inflação parecia não

Deflator

“Índice de correção das flutuações monetárias utilizado para determinar o preço real dos produtos. O deflator é calculado a partir do valor do volume de bens e serviços, a preços constantes, produzidos durante um período (um mês, um ano): essa é a referência inalterável utilizada então como divisor para o valor do volume de bens e serviços produzidos em qualquer outro período. O quociente da divisão será o deflator, que mostrará a variação do poder aquisitivo da moeda. Os preços corrigidos por esse deflator crescerão em valor absoluto, mas permanecerão com valores reais comparáveis.”
(*Dicionário de Economia*, 1985, p.104).

dar trégua à economia do país e a recessão voltou a fazer parte da realidade brasileira. A solução para tentar contornar a situação foi a adoção de mais um plano, desta vez o Plano Collor II, que estabeleceu novo indexador dos preços com juros prefixados, a elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e da taxa de juros e a criação de um **deflator** para contratos com vencimento após 1º de fevereiro de 1991. Pouco depois, Collor tirou a ministra Zélia Cardoso de Melo do comando da economia e colocou em seu lugar Marcílio Marques Moreira, embaixador do Brasil nos Estados Unidos.

Ainda no mês de junho eclodiu em Alagoas um conflito que envolveu pessoas diretamente ligadas ao presidente. PC Farias comprou o jornal *Tribuna de Alagoas*, que passava a ter todas as condições para dominar o mercado do estado. Em dezembro, Pedro Collor (irmão de Fernando Collor), que dirigia a *Gazeta de Alagoas*, de sua família, levantou publicamente suspeitas acerca da origem dos recursos com que o jornal que lhe faria concorrência fora adquirido. Embora PC recuasse momentaneamente de seu projeto, o episódio ainda teria desdobramentos (LEMOS, 2001, p. 1.447).

A partir daí, constantemente a imprensa denunciava possíveis irregularidades no Ministério do Exército, como a compra de fardas por valores elevados, e também no Ministério da Saúde, que levou ao indiciamento do ministro Alcenir Guerra em inquérito da Polícia Federal sob a acusação de prevaricação.

O novo *round* na luta entre Pedro Collor e PC Farias ocorreu em maio de 1992, com a divulgação por uma revista de circulação nacional de documentos que demonstravam que PC tinha irregularmente sete empresas no exterior. Diante desta situação, a Câmara dos Deputados aprovou a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as denúncias. Diante da possibilidade de que as investigações que apurassem as responsabilidades pelas irregularidades não tivesse sucesso, diferentes segmentos da sociedade se mobilizaram. Desta forma, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da

Ciência (SBPC), juntamente com partidos de oposição, fizeram, no Senado, uma *Vigília pela Ética na Política* como forma de despertar os brasileiros para a gravidade da situação. A este grupo juntou-se a juventude secundarista e universitária, que, com seus rostos pintados com as cores da bandeira nacional (os chamados *caras-pintadas*), realizou ruidosas manifestações contra o governo. Em uma última tentativa, Collor conclamou a população para sair às ruas vestindo verde e amarelo, mas a resposta popular foi a utilização da cor preta e a organização de passeatas em várias capitais brasileiras pedindo o *impeachment* do presidente. Para agravar a situação, novas denúncias foram feitas, desta vez sobre o pagamento de despesas pessoais e familiares de Collor por intermédio de um esquema com recursos obtidos por PC Farias, motivado por tráfico de influências no governo. Um longo processo se arrastou por meses até que em 29 de setembro de 1992 a Câmara dos Deputados, por 441 votos contra 38, aprovou a abertura de um processo de *impeachment* do presidente. Três dias depois, a presidência era ocupada por Itamar Franco.



Figura 13.4: Passeata contra Collor na Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro.

Fonte: http://www.alerj.rj.gov.br/livro/imagens/impeachment/pag_182.gif

O governo Itamar Franco, o Plano Real e a eleição de Fernando Henrique Cardoso

Como não houve solenidade de posse, Itamar Franco fez apenas um rápido pronunciamento à nação ressaltando tanto o amadurecimento político do país (que podia ser percebido pela transição que ocorria naquele momento no Brasil) quanto a defesa da transparência administrativa e a intolerância de seu governo diante de corruptos. Devido à renúncia de Collor em 29 de dezembro de 1992, Itamar Franco foi empossado definitivamente na presidência e tratou logo de apresentar seu plano econômico sob responsabilidade do ministro Paulo Roberto Haddad, na pasta do Planejamento e acumulando o Ministério da Fazenda.

O governo conseguiu que o Congresso aprovasse rapidamente três importantes medidas: a revisão nas regras para a rolagem das dívidas de estados e municípios, a revisão para o processo das privatizações e o ajuste fiscal. Segundo Renato Lemos, o sentido geral do programa contrariava o viés liberal do governo Collor. Mais mudanças aconteceram no ministério Itamar, e a situação financeira do país dava mostras de deterioração progressiva. Pouco depois, o Senado aprovou a criação de um Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), que era recolhido em 0,25% do valor de todos os cheques e demais movimentações, com objetivo de arrecadar para o governo milhões por mês. Depois da saída de Eliseu Resende, Fernando Henrique Cardoso foi nomeado ministro da Fazenda.

Após meses de estudo, o governo apresentou um novo programa. O Plano Real foi mais uma tentativa de estabilização da economia brasileira na qual a reforma monetária era apenas um dos momentos e não necessariamente o mais importante. Foram criados o Fundo Social de Emergência (FSE) e uma sequência de reformas envolvendo a Previdência Social e os componentes administrativo e patrimonial. Depois, uma nova moeda foi introduzida. Para tanto, o anúncio da etapa de transição com um indexador oficial,

a chamada Unidade Real de Valor (URV), foi realizado como forma de transição entre a moeda moribunda e a nova moeda, o real, que se pretendia estável e forte. As medidas tomadas em 1º de julho de 1994 para a concretização da reforma monetária foram bem recebidas, garantindo a emissão da nova moeda.

Com a aproximação das eleições presidenciais, Fernando Henrique Cardoso afastou-se do Ministério da Fazenda em função da necessidade de desincompatibilização dos ocupantes de cargos públicos, como determina a lei. Ao ter seu nome oficializado como titular na chapa para, presidência da República pelo PSDB, FHC passou a ser um dos maiores incentivadores do estabelecimento de uma aliança com o PFL. Em sua campanha, foi dada ênfase à privatização das grandes empresas – como no caso do setor siderúrgico e minerador –, à extinção do monopólio dos serviços públicos e à abertura do país ao capital estrangeiro. Seu adversário na disputa foi Luiz Inácio Lula da Silva, como candidato pelo PT. Com a realização das eleições, em 3 de outubro de 1994, FHC obteve a vitória no primeiro turno com pouco mais de 54%, o que equivalia a 34 milhões de votos, contra 27% dados a Lula.

CONCLUSÃO

O processo de abertura política foi marcado por importantes acontecimentos ocorridos no país desde o final dos anos 1970. A anistia que garantiu principalmente o retorno dos exilados políticos ao Brasil, a realização das eleições diretas para governador, a mobilização pelo retorno das eleições diretas para a presidência da República foram alguns dos principais exemplos que podemos mencionar. Apesar de a Emenda Dante de Oliveira não ter sido aprovada pelo Congresso Nacional, a movimentação que esta discussão trouxe à sociedade representou importante avanço para o retorno da democracia brasileira. Como desdobramento desta situação, a eleição indireta de Tancredo Neves pelo Colégio

Eleitoral foi considerada o marco inaugurador de outra etapa política brasileira, a Nova República.

Após a superação do trauma provocado pela morte do candidato eleito Tancredo Neves, a posse do presidente José Sarney inaugurou um período marcado por importantes conquistas políticas, como as eleições para as prefeituras das capitais e das áreas de segurança nacional, a formação da Assembleia Constituinte e a elaboração da Constituição de 1988. Todavia, a situação econômica do país era muito delicada, e alguns planos foram aplicados como tentativa de solução mas não surtiram efeito.

A eleição presidencial de 1989, a primeira a ser disputada na Nova República, levou ao poder Fernando Collor, mas rapidamente o desgaste de sua administração culminou com seu afastamento do poder através do processo de *impeachment*. Este delicado momento na história brasileira acabou sendo superado, e gradativamente o país demonstrava solidez política, com a democracia consolidada internamente.



Atende ao Objetivo 2

2. Leia atentamente o documento a seguir, que Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e Marcelo Lavênere Machado, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), redigiram e ofereceram à Câmara dos Deputados em denúncia contra o presidente Collor por crime de responsabilidade em 1º de setembro de 1992.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados

BARBOSA LIMA SOBRINHO, brasileiro, casado, jornalista, residente na Rua Assunção, número 217, Botafogo, Rio de Janeiro, e MARCELO LAVÈNERE MACHADO, brasileiro,

casado, advogado, residente na SAS, quadra 65, lote 82, bloco N, 1º andar, Brasília, ambos cidadãos em pleno gozo de seus direitos políticos, portadores respectivamente dos títulos eleitorais nº 19030303-96 e 8354917-73, das 84ª e 1ª Zonas Eleitorais dos Estados do Rio de Janeiro e Alagoas, vêm, com fundamentos nos artigos 1º, II e 5º, XXXIV, “a” da Constituição Federal, e respectivamente nos artigos 14, 41 e seguintes, da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e com base nas provas colhidas pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, oferecer contra FERNANDO AFFONSO COLLOR DE MELLO, Presidente da República.

DENÚNCIA

Por crime de responsabilidade, previstos nos arts. 85, IV e V, da Constituição Federal, e nos arts. 8º, 7, e 9º, 7, da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, como a seguir exposto, para o fim de ser decretada a perda do cargo e sua inabilitação temporal para o exercício da função pública.

FREIRE, Américo; MOTTA, Marly Silva da; ROCHA, Dora. *História em curso*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2004. p. 333.

Apresente dois elementos existentes no documento que demonstrem o restabelecimento da democracia na Nova República no Brasil.

Resposta Comentada

A Constituição de 1988 garantiu a existência dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e a autonomia entre eles. Desta forma, os presidentes de duas instituições importantes e expressivas no Brasil, ABI e OAB, apresentaram a denúncia à Câmara dos Deputados para a decisão pelo possível *impeachment* de Fernando Collor de Mello, presidente da República. Assim, além de afastá-lo do cargo, pediam, ainda, que Collor não pudesse temporariamente exercer qualquer outro cargo público.

RESUMO

No final da década de 1970 e no início dos anos 1980, a abertura política no Brasil consolidou-se a partir de várias demonstrações, como o retorno dos exilados políticos, a retomada das eleições diretas para os cargos do Poder Executivo nas instâncias federal, estadual e municipal e na campanha Diretas Já. Com o início da etapa da Nova República na história do Brasil, o país tinha novos desafios pela frente, como a necessidade de confecção de uma nova Constituição e a busca pela solução para o clima inflacionário que afligia os brasileiros. Vários planos econômicos foram lançados em busca da estabilidade financeira brasileira. Em paralelo, as adversidades políticas eram superadas, como demonstrou o processo de *impeachment* de Fernando Collor.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, teremos como primeiro objetivo a análise do modelo político-econômico neoliberal implementado no Brasil em sua plenitude a partir da vitória da coalizão “tucano-pefelista” nas eleições de 1994 e, neste sentido, perceber a construção social do consenso em torno das reformas conservadoras/privatizantes que redimensionaram o papel do Estado brasileiro ao longo dos oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso. Constitui-se como segundo objetivo da próxima aula esboçar os aspectos gerais da crítica ao modelo econômico neoliberal vigente e as repercussões políticas da vitória do Partido dos Trabalhadores nas eleições presidenciais de 2002.

Aula 14

Da
redemocratização
aos desafios do
tempo presente.
Os anos FHC:
apogeu e crise do
modelo neoliberal
no Brasil

*Leonardo Leonidas de Brito
Vera Lúcia Bogéa Borges*

Meta da aula

Discutir as opções de política econômica do modelo político dos “anos FHC” (1995-2002) à frente da presidência da República, bem como as críticas pertinentes a esse modelo que, no plano eleitoral, culminaram com a vitória do Partido dos Trabalhadores no pleito presidencial de 2002.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. avaliar os principais aspectos do modelo político-econômico neoliberal, implementado no Brasil, em sua plenitude, a partir da vitória da coalização “tucano-pefelista” (PSDB/PFL), nas eleições de 1994;
2. identificar os termos gerais da proposta *social liberal* de reforma do Estado brasileiro. Reestruturação esta responsável pelo desmonte do setor público estatal e pela reformulação do papel regulador do Estado;
3. reconhecer os argumentos centrais da plataforma política que conduziu o ex-operário Luiz Inácio Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores à vitória no pleito presidencial de outubro de 2002.

INTRODUÇÃO

Reformas neoliberais foram implementadas, na década de 1990, em toda a América Latina e na maior parte nos países periféricos e endividados do planeta. Nesta época, o que variou, em função das especificidades de cada país, foram as estratégias políticas adotadas, mas sempre tendo como referencial o modelo implementado pelo governo Felipe González, na Espanha, no início dos anos 1980. A partir de então, multiplicaram-se coalizões políticas neoliberais que buscaram, de um modo ou de outro, seguir adiante com o diagnóstico e receituário para a superação da chamada crise fiscal do Estado.

Para o continente latino-americano, é especialmente importante a observância dos diagnósticos oferecidos pelo *Washington Consensus*, compilação de propostas que ficou mundialmente famosa, através da expressão cunhada pelo economista norte-americano John Williamson no alvorecer dos anos 1990.

No caso brasileiro, propriamente, coube ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), uma dissidência do PMDB criada em 1988 e liderada por Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, o papel de implementar no país este amplo conjunto de reformas econômicas e institucionais de cunho *internacionalizante e privatista* que se convencionou denominar “modelo neoliberal”.

Na construção desta “onda tucana”, há que se destacar algumas peculiaridades. Primeiro, o grande papel que uma miríade de intelectuais do eixo Rio–São Paulo teve dentro deste novo partido. Em segundo lugar, a convergência que ocorreu, neste grupo de intelectuais, entre um expressivo número de marxistas e alguns jovens defensores do liberalismo econômico, agora reunidos e pacificados por um mesmo diagnóstico *internacionalista e internacionalizante* das transformações mundiais do capitalismo (FIORI, 2001, p. 206-208).

Desta insólita convergência, produziu-se (e reproduziu-se) no Brasil um argumento que apontava a globalização econômica como

um fato novo, promissor e inexorável. “O Brasil no compasso do mundo”, repetia a intelectualidade “tucana”, disposta a abraçar uma política de abertura e interdependência econômica irrestrita, como único modelo para o (sub)desenvolvimento brasileiro, num mundo no qual as fronteiras nacionais e ideológicas se dissipariam numa idealizada “aldeia global”.

Foi neste cenário que emergiram as articulações políticas que levaram ao consenso *conservador* em torno da candidatura do sociólogo e então ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, nas eleições presidenciais de outubro de 1994. Uma coalizão de forças de “centro-direita” extremamente ampla em que esteve presente uma diversidade de setores do empresariado brasileiro e de setores “oligárquicos” regionais de poder, que haviam usufruído das políticas econômicas dos governos militares e do ciclo desenvolvimentista, encerrado pela crise da dívida da década de 1980 (FIORI, 2001, p. 207).

Pode-se afirmar que o Brasil chegou tardiamente ao modelo neoliberal; entretanto, consolidada a coalizão de poder “tucano-pefelista” (PSDB/PFL) que levou FHC à presidência, as transformações econômicas e institucionais adquiriram uma velocidade sem precedentes. FHC teve como grande avalista de sua política econômica e do redesenho institucional, proposto ao Estado brasileiro, o êxito do Plano Real e a estabilização de preços, alcançados ainda no segundo semestre de 1993, em fins do governo Itamar Franco.

O Plano Real e a política econômica do primeiro governo FHC

A compreensão da política econômica do primeiro governo FHC passa necessariamente pela menção ao plano de estabilização de preços (já citado), adotado ainda no governo Itamar Franco. A continuidade entre a política econômica dos dois governos é inegável, tendo em vista, por exemplo, a permanência da mesma

equipe econômica que logrou êxito no segundo semestre de 1993. Não obstante, a estabilização macroeconômica, obtida com o referido Plano, serviu para justificar toda e qualquer ação do conjunto de políticas econômicas do novo governo, que tomara posse em 1/1/1995. Neste sentido, gozando do apoio de influentes setores da imprensa brasileira e sustentado pelo controle de uma alta geral de preços que assolava o país havia décadas, FHC obteve as condições políticas necessárias para apresentar à sociedade brasileira uma redefinição da inserção do Brasil no processo de globalização e uma nova delimitação das atividades do setor público e privado na União (e, por efeito “dominó”, nos estados e municípios).

Mudanças estruturais no aparelho do Estado brasileiro foram implementadas (e que serão analisadas nesta aula, mais à frente). Na esteira deste “otimismo”, que tomou conta da sociedade brasileira e dos novos agentes públicos que chegavam ao poder, houve inclusive “a alteração do bolo fiscal entre as três esferas de poder da federação (União, estados e municípios), que a então recém-Constituição de 1988 havia direcionado em favor das esferas de baixo” (SINGER, 2000, p. 29). Mesmo sem possuir qualquer correlação direta com uma necessidade de controle inflacionário, tais ações foram justificadas em nome da estabilização de preços alcançada assim como pelo não retorno da inflação.

O Plano Real descende parcialmente do que fora o Plano Cruzado (vide Aula 13); seus principais teóricos, Pêrsio Árida, André Lara Rezende e Edmar Bacha, tiveram papel importante na formulação de ambos. O modelo formulado por eles era o de uma estabilização, obtida mediante indexação geral e uniforme de todos os valores (daí a conversão dos valores de *cruzeiro real* para URV feita entre março e junho de 1993), de modo a neutralizar os efeitos distributivos da inflação. Acreditavam que, quando a inflação deixasse de favorecer uns ou prejudicar outros, seria fácil e indolor eliminá-la mediante a substituição do padrão de valor, ou seja, através de uma reforma monetária (SINGER, 2000, p. 29).

Há algumas particularidades da política econômica do governo Itamar Franco que merecem grifos por serem capazes de

explicar o sucesso pleno do principal objetivo da reforma monetária na qual se constituiu o *Plano Real*: o controle de preços. Recorreremos a uma estratégia de análise de algumas medidas econômicas, adotadas à época de implementação do *Plano Real* (segundo semestre de 1994) para explicar a continuidade deste conjunto de políticas econômicas no governo se seguiu.

Após o fracasso do Plano Cruzado, em 1987, no qual Árida e Lara Rezende tiveram participação direta, um grande debate deu-se no *mainstream* econômico brasileiro para explicar seu malogro. O debate foi, basicamente, travado entre economistas liberais e aqueles partidários da intervenção do Estado. Para resumir os argumentos apresentados neste debate, os liberais creditaram o fracasso do Plano ao equívoco em se estabelecer um congelamento de preços. Além disso, a elevação salarial dada meses antes do congelamento de preços aos mais variados segmentos havia comprometido a redução da demanda que se preconizava com o Plano. Por outro lado, para os partidários da intervenção do Estado, o congelamento de preços (sugerido pelo economista Chico Lopes) foi acertado, no entanto faltou ao Estado um mecanismo mais sofisticado de fiscalização de preços, apuração de custos e negociação de margens de lucros por compradores e vendedores ao longo de toda a cadeia produtiva. Faltou, segundo este argumento, um mecanismo de ação mais efetiva no sentido de se pensar uma saída para o congelamento de preços e um realinhamento dos mesmos a ser orientado pelo poder público.

Convém notar que os elaboradores do Plano Cruzado, neste debate, aderiram às teses liberais que apontavam que deveria ter havido um maior controle sobre a demanda. Passaram a defender que o congelamento de preços deveria ter sido acompanhado por medidas restritivas à demanda agregada. Isso explica, em boa medida, por que alguns anos mais tarde a elaboração da reforma monetária caracterizada pelo *Plano Real* foi acompanhada de uma plena política monetária de cunho liberal recessivo (juros altos como mecanismo para redução da demanda e retração do consumo) e de uma vertiginosa abertura comercial.

Fernando Henrique Cardoso, então ministro da Fazenda, montou, em meados de 1993, uma equipe econômica, formada em boa parte pelos artífices do fracassado Plano Cruzado. No que tange ao aspecto político, o *Real* (originalmente batizado pela imprensa por “Plano FHC”) apresentou sensíveis diferenças em relação aos planos adotados anteriormente e que haviam traumatizado boa parte dos brasileiros, por serem apresentados à nação de forma abrupta e quando não prevendo o confisco dos ativos e todas as reservas líquidas (como fora o caso do Plano Collor, em março de 1990). Nesse sentido, o *Real* foi sendo apresentado gradualmente à sociedade brasileira e ao Congresso Nacional. O Plano fora anunciado com antecedência e formado por etapas; o objetivo era torná-lo palatável à opinião pública. A equipe econômica, comandada por FHC, neste sentido mostrou exímia habilidade política em desconstruir qualquer traço de autoritarismo na implementação destas mudanças econômicas e que remetessem a planos estabilizadores, fracassados do passado.

Outro aspecto da política econômica da época do *Real* e que fora traço característico do *modus operandi* da equipe econômica do primeiro governo FHC foi o ajuste fiscal. Neste sentido, estava claro nos diagnósticos dos elaboradores desta política econômica a tese de que a estabilização de preços preconizada só seria possível, acompanhada de um rigoroso ajuste fiscal. Mais do que a simples elevação de tributos ou criação de outros, fora formulado por Lara Rezende, Árida e Bacha um Fundo Social de Emergência (FSE) que tomou forma através de uma Emenda Constitucional apresentada ao Congresso Nacional em meados de 1994. Formado por uma parcela de valores que a União repassaria aos estados e municípios, este fundo significava, na prática, uma brutal recentralização das receitas fiscais pelo Executivo federal. O objetivo direto desta concentração de receitas era a redução ou a possível eliminação do déficit público.

Está subjacente à criação deste FSE um paradigma da macroeconomia “ortodoxa” de que a estabilização de preços depende da redução ou eliminação do déficit público. Esta, sem dúvida, “é uma generalização indevida, sobretudo quando aplicada à inflação

brasileira, da década de 1990. Collor, no início daquela década, havia tentado, através de métodos autoritários e heterodoxos, reduzir a dívida pública federal (em reais de 1994) de 188, 025 bilhões em 1989 à aproximadamente 22 bilhões em 1990” (apud SINGER, 2000, p. 29). Da mesma forma, as ações econômicas do governo Collor (*Plano Collor I e II*) reduziram sensivelmente os gastos do executivo federal. No entanto, a inflação brasileira – após breve intervalo de deflação – voltava com força, ainda em fins de 1990. Tal fato apresenta-se como um exemplo claro de que a ideia monetarista de que toda e qualquer inflação é sempre causada pelo aumento do meio circulante e que este, por sua vez, é sempre gerado pelo déficit do setor público é um equívoco.

Os formuladores do *Plano Real* e da política econômica posterior, no primeiro governo FHC, aderiram à tese monetarista liberal de que toda e qualquer inflação é provocada pelo excessivo gasto público. Tal sustentação possui um fundamental componente ideológico, na medida em que os liberais possuem um pressuposto teórico que percebe que mercados livres sempre tendem ao equilíbrio e por isso não admitem que pressões para elevação de preços sejam derivadas de conflitos entre diferentes agentes da sociedade civil. Em suma, é importante entender que nem toda inflação deriva do desequilíbrio entre oferta e procura. Inflação é conflito distributivo entre diferentes atores da cadeia produtiva. Deve-se reconhecer, no entanto, que a receita liberal para estabilização de preços no Brasil deu certo. Sustentada, contudo, por rigorosas políticas monetárias e fiscais restritivas adotadas, em diferentes medidas, ao longo de todo o período FHC (1995-2002) e que, via de regra, mergulhavam a economia em forte recessão.

Abertura comercial e “âncora cambial”: dois pilares da política econômica do primeiro governo FHC

Outros dois componentes da política econômica da primeira gestão FHC e que foram herdados do período de implementação do *Plano Real* foram a abertura comercial e o mecanismo de “âncora cambial” que garantiu durante um bom tempo a artificial

sobrevalorização da moeda brasileira em relação ao dólar. No que diz respeito à abertura comercial, esta foi de suma importância para se criar pressões no mercado interno para estabilização e redução de preços, à medida que os produtos nacionais sofriam, agora, concorrência aberta com mercadorias estrangeiras – melhores em qualidade ou produzidas a um custo infinitamente inferior, como as asiáticas – que entravam no país com alíquota mínima ou zero de importação. A abertura comercial, reconheça-se, não foi uma inovação da equipe econômica encabeçada pelo então ministro da Fazenda, FHC, entre 1993-94, mas foi uma poderosa ferramenta do governo sobre o empresariado brasileiro. Vale dizer que esta abrupta abertura do mercado interno, que provocara aumento acentuado do consumo de itens importados e euforia nas classes médias, quase quebrou determinados setores industriais que não suportaram o fim da reserva de mercado e a concorrência com produtos estrangeiros.

Paralelamente à abertura comercial, a equipe econômica formuladora do *Real* lançou mão do mecanismo de âncora cambial para sobrevalorizar a nova moeda em relação ao dólar (moeda padrão do comércio internacional). A taxa cambial artificialmente fixada em julho de 1994, de 1 dólar = 1 real, permitiu a elevação do poder de compra de amplas parcelas da população, conjugado ao fácil acesso aos itens estrangeiros, liberados à importação via decreto do Executivo federal. Tal medida foi crucial para a estabilização de preços, almejada pela reforma monetária na qual se constituiu o *Real*.

Importante notar, no entanto, que o êxito do *Real* deu-se muito mais pela conjuntura econômica mundial marcada pelo grande afluxo de capitais para países emergentes, do que propriamente do acerto das políticas monetárias e fiscais restritivas, adotadas no país desde a implementação do Plano e aprofundadas no primeiro governo FHC. Neste sentido, a transferência líquida de capitais para países em desenvolvimento expandiu-se vigorosamente na segunda metade da década de 1990. Dados das Nações Unidas, de 1996, dão conta do aumento geométrico do fluxo de capitais financeiros especulativos para as economias emergentes: “de 8,2

bilhões em 1990 para 94 bilhões em 1995” (apud SINGER, p. 32). Ao mesmo tempo que a “âncora cambial” e abertura comercial provocavam grande dispêndio de divisas em função do vertiginoso aumento das importações, as elevadas taxas de juros, determinadas pelo Banco Central, proviam a atração deste capital financeiro especulativo para a economia brasileira. Via de regra, as taxas de juros, definidas pela autoridade monetária brasileira, eram elevadas de forma sistemática, a fim de atrair mais capitais (algo que aconteceu até os primeiros efeitos da crise financeira mexicana de 1994 serem sentidos no Brasil, nos primeiros meses de 1995), ao mesmo esta elevação aumentava o custo da rolagem da dívida financeira brasileira. A imagem do “cachorro correndo atrás do próprio rabo” é a que melhor ilustra esta situação: para ampliar o afluxo de capitais para o mercado brasileiro, onerava-se mais ainda a dívida pública financeira já adquirida.

O resultado das exorbitantes taxas de juros, realizadas no país, e que serviam de poderoso atrativo para o capital especulativo foi, de imediato, a sobrevalorização da moeda nacional. Ainda no segundo semestre de 1994, um mês antes da vitória do já candidato FHC nas eleições presidenciais, o Banco Central brasileiro alterou o câmbio 1 para 1 (um dólar = um real) para 0,83 centavos de real. A sobrevalorização artificial da moeda brasileira provocou, em dezembro de 1994, o “Natal dos sonhos” da classe média brasileira e demais parcelas da população, livres do fantasma da inflação, com fácil acesso aos bens de consumo importados e com o poder de compra elevado pela valorização artificial do real. O que os artífices da política econômica da época não mencionavam (pelo menos abertamente) eram as projeções de aumento exponencial da dívida pública brasileira, provocado pelos juros elevados e sobre os déficits crescentes na balança comercial e de pagamentos do país, ao longo do quadriênio seguinte, consequência da ação dos instrumentos de política econômica já expostos.

A sobrevalorização do real foi revertida gradualmente, a partir do primeiro semestre de 1995, após o primeiro ataque especulativo à moeda brasileira. Após a *débâcle* financeira do México, em fins de

1994, houve uma fuga de capitais financeiros de mercados emergentes, como Argentina e Brasil. A partir de então, o governo brasileiro anunciou uma desvalorização “programada e gradativa” do real em relação ao dólar. Tal mecanismo de desvalorização programada durou até janeiro de 1999 (já segundo governo FHC) quando em função da elevada dívida financeira e brutal diminuição das reservas do Banco Central, o governo abandonou o mecanismo de “âncora cambial”, adotando, por sua vez a política de câmbio flutuante (ou seja, o valor do dólar era definido pelas oscilações do mercado financeiro).

Paralelamente à reversão gradual da valorização excessiva do real frente ao dólar, a equipe econômica de FHC adotou, ao longo de todo o seu primeiro mandato uma política econômica que, de tempos em tempos, freava o aquecimento da demanda global da economia brasileira, elevando a taxa de juros nominais e restringindo a oferta geral de crédito, ou seja, o modelo de política econômica, adotado por todo esse período, caracterizava-se por uma política de recessão, gerada pelo próprio governo brasileiro. Fazia-se isso porque se acreditava (pelos motivos já expostos) que a redução do déficit público era condição irrestrita para a manutenção do controle da inflação. Déficit que deveria ser eliminado através de um rigoroso corte de gastos correntes e de investimentos e por elevadas taxas de juros, convidativas ao capital financeiro.

No segundo governo FHC, iniciado em janeiro de 1999, o Brasil vivia uma iminente crise financeira, provocada pelos elevados déficits no balanço de pagamentos. Tal déficit havia provocado uma drástica redução, nas reservas em dólares do Banco Central. Diante da crise, o governo brasileiro viu-se obrigado a pedir ajuda ao Fundo Monetário Internacional (FMI). O empréstimo de cerca de 40 bilhões de dólares ao governo brasileiro veio acompanhado de uma série de medidas que previam a contenção dos gastos públicos através do corte em várias áreas de atuação do Executivo federal (sobretudo na área social), o regime de metas de inflação e superávits fiscais para pagamento da dívida pública financeira. Seguindo à risca as diretrizes do FMI, a política econômica do governo FHC (coadunado com o que também ocorrera no mandato) foi marcada por sucessivos ajustes fiscais

que previam a clássica fórmula recessiva: aumento de juros, corte do crédito e elevação da carga tributária. Esse foi um importante eixo de continuidade entre a política econômica dos dois governos “tucanos”.



Figura 14.1: Os economistas Persio Arida e André Lara Resende.



Figura 14.2: Pedro Malan, ministro da Fazenda ao longo dos oito anos da “era FHC”, e Paul O’Neill, secretário de Tesouro dos Estados Unidos.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7b/Paul_O'Neill_and_Pedro_Malan%2C_IMF_69devcom200231.jpg



A crise mexicana de 1994

Um exemplo clássico de crise especulativa à moeda mexicana, a crise de fins de 1994 caracterizou-se pelo ataque especulativo de investidores financeiros (em sua maioria, mexicanos) que passaram a trocar pesos (moeda local) por dólares até o esgotamento das reservas cambiais da Autoridade Monetária daquele país. Supõe-se que tal fato ocorresse como reação dos investidores mexicanos a incidentes políticos no país. A partir deste esgotamento das reservas, o governo mexicano anunciou a suspensão dos pagamentos externos e a livre flutuação do peso em relação ao dólar. Apesar do pacote de créditos oferecido pelos EUA, no ano seguinte, os efeitos da crise eram evidentes: o peso havia se desvalorizado significativamente e o PIB mexicano sofreu um retração de 6% (SINGER, 2000).



Atende ao Objetivo 1

1. A matéria jornalística, apresentada abaixo, foi publicada à época do aniversário de 10 anos do *Plano Real*. Leia-a com atenção e responda aos itens a e b.

(Publicada no jornal *Folha de S. Paulo* em 27/6/2004)

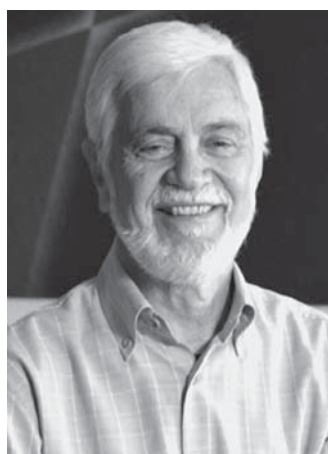
HISTÓRIAS REAIS

Plano acabou em 1996, afirma Edmar Bacha

GUILHERME BARROS

EDITOR DO PAINEL S.A.

O economista Edmar Bacha, 62, considerado um dos principais autores do Plano Real, foi o primeiro economista chamado por Fernando Henrique Cardoso para integrar a sua equipe econômica, quando assumiu o Ministério da Fazenda, em 1993, no governo Itamar Franco. Bacha trabalhou como assessor especial do Ministério da Fazenda e foi o principal responsável pela criação, em 1993, do Fundo Social de Emergência, o instrumento utilizado pelo governo para equilibrar as finanças públicas. Bacha considera a criação do fundo o marco da criação do Plano Real. Em entrevista à Folha, Bacha diz que o maior legado do Real foi “o fato de ter sido uma reforma monetária amplamente pré-anunciada e integralmente negociada com o Congresso”. Antes, diz ele, “a maneira que se fazia política econômica era por meio de planos preparados por tecnocratas na calada da noite e que eram enfiados goela abaixo do Congresso no dia seguinte”. Leia a seguir trechos da entrevista de Bacha.



Edmar Bacha

Assessor especial do Ministério da Fazenda entre 1993 e 1994 e presidente do BNDES de janeiro a novembro de 1995.

Crédito da imagem: <http://deborahmarketing.blogspot.com/2010/10/este-mes-outubro-de-2010rssblogs-e.html>

Folha – Como o Sr. define o “Real”?

Edmar Bacha: Eu acho que na hora em que se fala “dez anos do Plano Real” é preciso separar o Plano da política econômica posterior. O plano foi uma reforma monetária que começou num determinado dia e acabou em determinada data. O Real se iniciou em fevereiro de 93, quando o Congresso aprovou o Fundo Social de Emergência que deu partida à URV e acabou em 1996 quando terminou a indexação salarial que existia no país. A partir daí, passou a haver uma moeda nova numa economia desindexada, que era o objetivo do plano. Ou seja, uma economia com uma inflação baixinha. O plano foi isso. É importante não confundir o plano, que foi uma reforma monetária, com a política econômica que se seguiu posteriormente a ele.

Folha – O senhor acredita que a opção adotada posteriormente tenha sido errada?

Bacha – Você poderia adotar outras políticas econômicas numa economia com uma moeda nova e sem inflação. As políticas que se seguiram ao plano foram escolhas feitas por quem estava a cargo da execução da política econômica. Uma coisa é o Real, outra a política econômica que sobreveio. Não vamos confundir alhos com bugalhos. Não podemos esquecer que houve percalços que prejudicaram o bom andamento das coisas. Por isso, não podemos julgar o trabalho feito sem considerarmos as adversidades a partir do segundo semestre de 1997 até 2002. Só para lembrar, houve os choques da Ásia [1997], Rússia [1998], da Argentina [2001], o estouro da bolha [da bolsa] da Nasdaq, a crise de energia, o 11 de setembro e o medo de Lula.

Folha: Qual foi o momento mais marcante do “Real”?

Bacha – O momento mais marcante dessa preparação prévia ao anúncio do plano foi o encontro dos técnicos com a liderança política do PSDB no apartamento do então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, em setembro de 1993. Estavam lá Mário Covas, Tasso Jereissati, Ciro Gomes, José Serra e, do lado dos técnicos, eu, André Lara Resende, Pêrsio Arida e Pedro Malan. Nós éramos muito próximos da liderança política e militantes do partido (PSDB) havia muito tempo.

Folha: Quem foi o “pai do Real”?

Bacha - Fernando Henrique Cardoso, claro.

(...)

a. Num dado momento da entrevista, o economista Edmar Bacha afirma que “uma coisa é o real, outra, a política econômica que sobreveio”. A partir do que foi exposto ao longo desta primeira parte da aula, identifique os instrumentos de política econômica, adotados na época e após a implementação do *Plano Real*, e que se justificavam, segundo o discurso oficial, como necessários para a manutenção do controle inflacionário.

b. É possível identificar divergências ou convergências entre a fala de Edmar Bacha e o texto da primeira parte da aula, acerca das opções de política econômica, adotadas após no primeiro governo Cardoso (1995-2002)? Explique a sua resposta.

Resposta Comentada

a. Caberá a você identificar no que consistiu o Plano Real, elaborado pelos técnicos do Ministério da Fazenda, a partir dos primeiros meses de 1993. O Plano Real foi uma reforma monetária, acompanhada por uma opção de política econômica claramente monetarista e liberal. A mudança do meio circulante (moeda) veio acompanhada da criação de uma unidade geral de indexação de valores (URV), de uma política monetária e fiscal, marcada pela realização de taxas de juros elevadas para atração de capital financeiro, de tentativa rigorosa de controle dos déficits fiscais e da sobrevalorização da nova moeda brasileira em relação ao dólar. Acompanhava esses instrumentos, uma abrupta abertura comercial que tinha como propósito permitir a concorrência de artigos importados com produtos nacionais. O fim da reserva de mercado para vários segmentos produção industrial forçaria a estabilização dos preços do mercado nacional. Edmar Bacha afirma que se deve diferenciar a reforma monetária da política econômica que sobreveio. No entanto, o que ele não diz na entrevista e que toda a política econômica de caráter recessivo, adotada posteriormente à implementação do Real, foi justificada como necessária para o êxito do plano

a longo prazo. Ou seja, a política de juros altos e recessão programada foi justificada em prol da garantia da estabilidade macroeconômica, a despeito do alto custo social e da redução da capacidade de regulação e investimento do Estado brasileiro.

b. Você deve identificar as divergências entre o texto da primeira parte da aula e a fala do economista Edmar Bacha sobre o mérito das políticas econômicas que vieram após o Real. Enquanto Bacha ressalta o êxito daquele modelo econômico que garantira, em parte a estabilidade econômica no primeiro governo FHC, nosso texto faz uma dura crítica ao modelo econômico proposto ao longo daqueles anos, devido ao seu elevado custo social. A política de juros elevados, abertura comercial, âncora cambial, associadas aos constantes ajustes fiscais, elevaram os níveis de desemprego no país, desestimularam à médio e longo prazos a atividade industrial, promoveram um aumento exponencial da dívida financeira (interna e externa) do país e tornaram a economia brasileira vulnerável aos ataques especulativos do capital financeiro. Deve-se grifar o papel que Bacha ocupava como um dos elaboradores das políticas econômicas que conduziram ao Real e as que vieram posteriormente. Dois movimentos associados onde a segunda justificava-se como continuação da primeira (ou seja, da reforma monetária e da estabilização de preços).

A reforma do Estado brasileiro: privatizações e a construção do Estado “social liberal”

A vitória da aliança PSDB-PFL, na campanha presidencial do ex-senador e ex-ministro FHC em 1994, abriu espaço para a implementação de um ambicioso plano de “reestruturação” do Estado brasileiro (leia-se desmonte). Reforma esta, plenamente inserida num modelo político-econômico que possuía como pressuposto fundamental a “minimização” da esfera de atuação do setor público estatal. Neste contexto, devemos destacar a atuação do economista Luiz Carlos Bresser-Pereira como intelectual elaborador e ministro executor dos termos desta reforma, alcunhada

de *reforma gerencial* do Estado. Bresser-Pereira teve uma atuação orgânica direta, formuladora e executora da reforma que vinha, naquele momento, como resposta à crise fiscal do Estado brasileiro. Bresser não pregava sozinho, mas se inseria numa ampla aliança tecnoburocrática internacional. Tal aliança pode ser comprovada se observarmos o esforço conjunto de mais de vinte países reunidos no *Centro Latino-Americano de Administração e Desenvolvimento* (CLAD). Entidade que elaborou em 1998 um abrangente documento que estabelecia diretrizes gerais para uma ampla reestruturação dos Estados Latino-Americanos. Também conhecido como *Declaração de Madri*, o documento do CLAD seguia paradigmas já formulados por agências multilaterais, como o Banco Mundial, que orientava e abria inclusive possibilidades de financiamento para as altas burocracias estatais (latino-americanas, em especial) que elaborassem planos de reestruturação de seus respectivos Estados.



Luiz Carlos Bresser-Pereira

Único professor emérito da Fundação Getúlio Vargas (SP), o economista Luiz Carlos Bresser-Pereira é detentor de uma sólida carreira acadêmica e uma vasta produção intelectual multidisciplinar, versando sobre temas que vão desde a macroeconomia, sociologia, teoria política e administração pública. Bresser foi um dos mais estrênuos elaboradores do modelo de gestão pública e reforma do Estado, adotado no Brasil na segunda metade da década de 1990. Sua produção acadêmica acerca do tema “crise e reforma do Estado” o conduziu à frente de um ministério, criado exclusivamente para tal reestruturação: o Ministério Extraordinário da Reforma do Estado (MARE), criado em janeiro de 1995. Antes de ser o principal interlocutor das propostas de reforma neoliberal do Estado, apresentadas pelo governo

FHC, Bresser havia sido Ministro da Fazenda, no conturbado governo Sarney (1985-1990). Nessa experiência, esteve à frente do malogrado “Plano Bresser”, para controle inflacionário (1987). Bresser-Pereira é um dos membros fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

No Brasil, o Estado “social liberal”, defendido pelos informes do Banco Mundial, foi, como já fora dito, preconizado no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso. Apesar das resistências pontuais e muitas vezes históricas dos setores de oposição, o desmonte da esfera pública estatal, executado sobre o signo da “reforma”, foi efetivamente realizado entre 1995 e 1998. Os fundamentos básicos desta reforma “social liberal” foram seguidos à risca: privatização, publicização e terceirização. Neste contexto, o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), instituído pela Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995, está situado no centro desta análise, à medida que foi colocada, no primeiro governo FHC, como a principal agência do Estado responsável pela elaboração e execução dos termos de tal reforma.



O MARE

Foi extinto no início do segundo governo FHC, pela Medida Provisória nº 1.795, de 1-1-1999 e suas atribuições foram transferidas para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão após o êxito das reformas do aparelho do Estado e privatizações realizadas entre 1995 e 1998.

A reforma do Estado brasileiro, tal qual formulada pelo MARE, tem como marco político, no Congresso Nacional, a proposta de Emenda Constitucional nº 173, apresentada pelo então deputado

Moreira Franco (PMDB-RJ) em agosto de 1995 (aprovada em agosto de 1998 como “Emenda 19” ou das “privatizações”). Houve, no decorrer da tramitação da PEC nº 173, algumas controvérsias públicas entre Bresser-Pereira, titular do MARE, e Moreira Franco, relator da emenda na Câmara dos Deputados; dentre elas, a principal dizia respeito ao fim da estabilidade do funcionalismo público. Tal ponto, arduamente defendido por Bresser, foi retirado do parecer do relator após violenta reação das centrais sindicais e da bancada de centro-esquerda no Congresso, ligada a estas centrais. No entanto, apesar dos aguçados debates, o governo, detentor de maioria parlamentar no Congresso, obteve ampla vitória, podendo dar prosseguimento à reestruturação e ao novo modelo de Estado que se postulava naquela conjuntura. Os documentos que podem ser considerados marcos iniciais do esforço governamental pela reforma são o *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado* elaborado pelo MARE e aprovado pela chamada *Câmara da Reforma do Estado*, presidida pelo então ministro-chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, pelos Ministros Paulo Paiva, Pedro Malan, José Serra, general Benedicto Leonel, titulares das pastas do Trabalho, Fazenda, Saúde e do Estado-Maior das Forças Armadas, respectivamente. Além, evidentemente, de contar com a participação direta de Bresser-Pereira, titular do MARE. Tal “grupo de trabalho” fora constituído já nos primeiros meses de 1995, ficando responsável pela elaboração do referido “Plano”, até o final daquele ano. Aprovado após ampla discussão entre os membros da Câmara Setorial, em setembro de 1995, e após sanção presidencial, fora finalmente divulgada em novembro, daquele corrente ano. Esboçando os pontos cruciais da proposta do governo, o documento era o ponto de partida para a discussão sobre a reestruturação do Estado brasileiro.

Cerca de dois anos mais tarde, o próprio MARE, procurando consolidar a discussão sobre a reforma entre os diversos segmentos da sociedade civil, iniciou uma publicação periódica sobre as atividades do Ministério. Os *Cadernos do MARE*, em seu número inaugural, retornavam à discussão sobre a reforma do aparelho de Estado, exibindo com muita clareza os postulados de tal “reforma

da gestão pública”, como fora qualificado pelo ministro Bresser. Tal publicação constituiu-se como um dos principais veículos de divulgação das ações objetivas e percepções do executivo federal acerca das políticas privatistas e minimizadoras, adotadas no aparelho de Estado. Logo na primeira edição, Bresser-Pereira exibiu em longo artigo seu diagnóstico sobre a “grave crise dos anos 1980”, associando-a, invariavelmente, à crise do Estado. Neste sentido, ele afirmava:

- Estado está em crise, pois perdeu em graus variados o crédito público, ao mesmo tempo, em que vê a sua capacidade de gerar poupança forçada diminuir, senão desaparecer, à medida que a poupança pública que era positiva vai se tornando negativa. Em consequência, a capacidade de intervenção do Estado reduz-se drasticamente.
- Estado imobiliza-se (BRESSER, 1997, p. 12).

Segundo esta perspectiva, o Estado, que desde a década de 1930 era visto como fator gerador do desenvolvimento econômico, transformava-se agora em obstáculo em função do mencionado “imobilismo”. Além disso, segundo Bresser, o processo de globalização que marcava o mundo, em fins dos anos 1990, impunha “uma pressão adicional para a reforma do Estado”. Em outras palavras, o Estado deveria se modernizar, a fim de responder aos “novos desafios, colocados pela globalização econômica”. Neste contexto, o Estado deveria se tornar “mais eficiente e também mais barato na realização de suas tarefas, para assim aliviar os seus custos sobre as empresas nacionais que concorrem internacionalmente” (BRESSER, 1997, p.14). No argumento do ex-ministro, pode-se perceber a noção de que a reforma do Estado sugerida está associada plenamente ao modelo de inserção econômica dependente do país ao capitalismo internacional. A reforma – “modernização” – do Estado era entendida como condição essencial para colocar o Brasil “no compasso do mundo”, como tantas vezes repetiram os próceres da modernização conservadora, regulada pelo Mercado, hegemônica na década passada.

“Estado Social Burocrático”

A expressão foi introduzida no Brasil pelas análises de Bresser-Pereira sobre temática crise e reforma do Estado. A expressão é relativa ao Estado interventor/monopolista, erigido no país, a partir do período Vargas (1930-1945). Segundo Bresser, o “Estado Social Burocrático” foi cunhado a partir das grandes reformas do aparelho de Estado, realizadas pelo DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), durante o Estado Novo (1937-1945).

Sobre os diagnósticos e saídas para a crise do Estado, o então ministro da reforma Bresser-Pereira apontava os setores que, de forma diferenciada, teriam elaborado algum tipo de resposta à crise. Tais grupos são assim denominados por ele: “esquerda tradicional”, “centro-esquerda pragmática”, “centro-direita pragmática” e “direita neoliberal”. Ao tecer críticas sobre todos eles, “investe pesadamente nos setores da ‘esquerda tradicional’, denominando-os de arcaicos e populistas” (SIMMIONATO, 2005, p. 15). Bresser identificava-se com o que chama de “centro-esquerda pragmática”, social democrática ou social liberal, grupo que segundo ele, teria diagnosticado com precisão a “Grande Crise” da década de 1980, como uma “Crise do Estado Social Burocrático”, construído no Brasil, a partir da década de 1930, e adotando, por conseguinte, as propostas da “centro-direita pragmática”. Visando à rigorosa obediência aos fundamentos macroeconômicos ortodoxos e coadunado com seus colegas da área econômica do governo, Bresser vaticinava: “Ajuste fiscal, políticas monetárias apertadas, preços de mercado, taxas de juros positivas, mas moderadas e taxas de câmbio realistas, bem como a realização de reformas, orientadas para o mercado” (BRESSER, 1997, p. 16). Idiossincrasias semânticas à parte, Bresser propunha ao invés do “Estado mínimo”, tal qual postulado pela “direita neoliberal”, uma “reestruturação do Estado” que implementasse na Administração Pública a “ideologia da gestão de resultados” (tão propagada até hoje na administração pública) e que significava, também, modificar efetivamente o papel regulatório do Estado no tocante à atividade econômica em geral. Na prática, esta reorientação do papel do Estado seguiu na direção da minimização de sua ação reguladora, transferindo, por exemplo, funções e serviços públicos oferecidos outrora exclusivamente pelo Estado para o que qualificou como “setor público não estatal”. Caberia também, a implementação de uma “administração pública gerencial”, orientada pelos princípios da eficiência, norteadores da iniciativa privada. Estes são os motes para a superação do **Estado Social Burocrático** em crise desde os anos 1980.

Para o titular do MARE, as “elites internacionais, após breve hesitação, teriam percebido em meados nos anos noventa que a tese da ‘reconstrução do Estado’ estaria correta e que instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, tornariam o apoio às reformas como prioritário” (BRESSER, 1997, p. 17). Na agenda internacional, reformar o Estado (estritamente os periféricos) tornou-se questão de prioridade. “Reforma do Estado” e “ajuste estrutural”, expressões distintas que se fundiam numa mesma semântica: o desmonte do setor público estatal (o fim do Estado desenvolvimentista-interventor).

Em suma, de acordo com o exposto por Bresser, quatro são os componentes da reforma do Estado, propostos pelo primeiro governo FHC e que são apontados distintamente:

- *Delimitação das funções do Estado, reduzindo seu tamanho, principalmente em termos de pessoal, através de programas de privatização, terceirização e “publicização” (este último refere-se à transferência para o “setor público não estatal” de serviços sociais e científicos prestados pelo Estado).*
- *Redução do grau de interferência do Estado na atividade econômica em geral, através de programas de desregulação e desestatização, que ampliariam os mecanismos de controle via mercado.* Posteriormente, no segundo governo FHC e seguindo esta mesma lógica, seria fomentada a criação de agências reguladoras que teriam como objetivo fiscalizar serviços e bens públicos concedidos à exploração da iniciativa privada. Ex.: Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) etc. Ao Estado não caberia mais intervir diretamente na oferta e operacionalização destes serviços, mas apenas criar um marco regulatório mínimo para os mesmos.
- *Aumento da governança do Estado, isto é, da sua capacidade efetiva de fazer valer as suas decisões de governo, através de ajustes fiscais (leia-se redução de investimentos, gastos correntes e aumento de impostos) que devolveriam a autonomia*

financeira do Estado, bem como a realização de uma reforma administrativa que visaria a substituir a burocracia estatal por uma “administração pública gerencial”. No centro desse esforço de “reestruturação administrativa” do Estado, estava necessariamente o fim da estabilidade do funcionalismo público, prerrogativa que, para Bresser Pereira, orientava toda a proposta de reforma da administração pública estatal.

- *E, por último mas não menos importante, o aumento da governabilidade, entendida como a capacidade do governo de mediar conflitos entre os diversos segmentos da sociedade civil, ou simplesmente poder de governo.* O aumento da governabilidade ocorreria através da ampliação da *accountability* (responsabilização dos governantes, segundo Bresser), favorecida pelo “aperfeiçoamento dos mecanismos da democracia representativa” (BRESEER, 1997, p. 18-19).

Observados os componentes da reforma do Estado, proposta pelo MARE, a partir desta, quais seriam estritamente as funções do Estado? O Estado e suas funções elementares estariam dispostos da seguinte maneira: *núcleo estratégico* (compreendendo os poderes constitucionais – Legislativo, Executivo e Judiciário, além do Ministério Público); *atividades estatais exclusivas*, serviços que apenas o Estado poderia lançar mão (executar, fiscalizar e regulamentar) e *serviços não exclusivos*, produção de bens e serviços que poderiam sair da esfera pública estatal, sendo transferidos para o que Bresser chama de setor público não estatal e alguns até mesmo privatizados, já que podem ser percebidos como atividades competitivas, podendo ser controlados pelo mercado (SIMMIONATO, 2005, p. 5).

É justamente no campo dos *serviços não exclusivos* que se encontra o mote da reforma “social liberal, proposta por Bresser-Pereira, ao partir do pressuposto que serviços outrora oferecidos pelo setor público estatal podem ser “publicizados”, ou seja, transferidos para a esfera pública não estatal. Isto é, organizações sociais que seriam tipificadas, pelo governo, como entidades públicas de direito privado. Aquilo que os estudiosos da “publicização” do Estado

chamam de “Terceiro Setor”. Em diversos momentos, Bresser trata da importância de tais organizações na oferta de serviços e atividades que se encontrariam na esfera de *serviços não exclusivos* do Estado. Não exclusivos porque, decerto, podem ser “publicizados”, ou seja, transmigrados para ONGs e outras entidades do Terceiro Setor através de contratos de gestão (ou concessões) com o Estado, sendo financiadas parcial ou integralmente pelo orçamento público. A título de exemplo, cita-se como instituição que se adapta perfeitamente a esta lógica a Rede Sarah Kubitschek de Hospitais de Reabilitação, que “sozinha recebe mais recursos do Sistema Único de Saúde do que quinze unidades da federação” (SIMMIONATO, 2005, p. 6).

Outrossim, ainda no campo dos *serviços não exclusivos*, a produção de bens e serviços para o mercado pode ser “desestatizada”, já que estes constituem-se atividades competitivas e que podem ser exploradas plenamente pela iniciativa privada. Não obstante, sob esta lógica, a reforma proposta pelo MARE tem como alvo principal a “quebra” do monopólio estatal em atividades relacionadas à infraestrutura e bens de produção. Também a título de exemplo podemos citar a privatização das “Teles”, executada a partir de 1998, sob o signo da “reestruturação” do Estado, levada a cabo naquela conjuntura.



Atende ao Objetivo 2

2. Leia com atenção os trechos da entrevista concedida pelo já ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso ao programa *Roda viva* da TV Cultura, em 2006. A matéria a seguir foi reproduzida em trechos da revista *Carta Capital* de 12/2/2006.

A ÉTICA DA DESFAÇATEZ

No *Roda viva*, o ex-presidente abusa da ligeireza analítica e da memória seletiva

Por Sergio Lúrio, publicada na *Carta Capital* 12/2/2006 (adaptado pelos professores Leonardo Brito e Vera Borges)

À vontade no centro do *Roda viva*, da TV Cultura, na noite da segunda-feira 6, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso brindou os telespectadores com uma análise do atual momento. Como o formato e o tempo do programa dificultam um debate esclarecedor, *Carta Capital*, modestamente, contextualiza algumas ponderações do sociólogo, a bem da verdade dos fatos.

Sobre as privatizações. Sobre a proposta de uma CPI para investigar a desestatização no governo tucano, FHC perguntou: "Privatizações, tema a que se volta toda hora, o que é que há com as privatizações?" (em seguida, afirmou que elas renderam US\$ 78 bilhões ao Tesouro). O que é que há com as privatizações? *Carta Capital* relembra alguns fatos. O governo do PSDB agiu diretamente para favorecer o Opportunity e o banqueiro Daniel Dantas (DD) no leilão da Telebras. A voracidade de DD gerou o maior imbróglio comercial do País, afastou investidores estrangeiros do setor de telecomunicações e até hoje causa prejuízos ao patrimônio dos fundos de pensão.



Indignado: E o que dizer dos seus oito anos de mandato?

Infelizmente, para os que tentam reescrever a história, os grampos do BNDES não podem ser apagados dos arquivos da imprensa e da Justiça. Qualquer um pode consultá-los e lá encontrar, por exemplo, um ilustrativo diálogo entre o então presidente do BNDES, André Lara Resende, e FHC. Preocupado com a formação dos consórcios, Lara Resende sugere ao presidente que faça pressão sobre as fundações. Diz o presidente do banco público: "A ideia é que podemos usá-lo para isso." FHC responde: "Não tenha dúvidas." O ex-presidente não estendeu os braços a DD somente na época do leilão da Telebras. Em 2002, durante um dos momentos mais críticos da relação do Opportunity com os fundos de pensão e alguns dos sócios estrangeiros, FHC recebeu o banqueiro no Palácio do Planalto "na calada da noite", para usar uma expressão do atual presidente do PT, Ricardo Berzoini. Poucas semanas depois, o governo fez uma dura intervenção nas fundações, o que deu fôlego ao orelhudo.

A atuação do governo lembra o poema *Quadrilha*, de Carlos Drummond de Andrade. “Ricardo Sérgio, que controlava os fundos e se acertava com André Lara Resende, que tinha sido sócio de Persio Arida, que era sócio de Dantas. Arida, que vivia com Elena Landau, que formulou o programa de privatização e virou consultora do Opportunity. O Opportunity, que amealhou uma fortuna, contratou a Kroll, grampeou concorrentes e ameaça a República...”

Apagão elétrico em 2001. FHC expôs, na entrevista, um dos pontos em que o PSDB pretende se diferenciar do PT. Bateu na tecla do “aparelhamento” do Estado pelos petistas, em contraposição ao “profissionalismo” e à “boa gerência” dos tucanos. Mas como classificar a crise de energia de 2001? A privatização mambembe das distribuidoras e o delirante plano de desregulamentação do setor são obra do consórcio formado pelo PFL baiano, o grupo fernandista no tucanato e técnicos que pularam de estatais para multinacionais em troca de polpudos vencimentos.

a. A matéria exposta anteriormente possui um evidente tom crítico em relação à ampla política de privatizações adotada nos dois governos FHC (em especial no primeiro). O destaque a esta temática fora tão evidente naquele contexto que uma agência fora criada exclusivamente para dar cabo à reforma e às privatizações preconizadas: O MARE (Ministério da Administração de Reforma do Estado).

Identifique os pressupostos fundamentais da proposta de “reforma gerencial” do Estado brasileiro, tal qual proposta pelo primeiro governo FHC:

b. Identifique em tópicos os argumentos da crítica exposta anteriormente.

Resposta Comentada

a. Você deverá identificar a relevância do projeto de Reforma do Estado, para o primeiro governo FHC, a ponto de se criar uma agência específica para dar cabo a esta política, o MARE – Ministério Extraordinário da Reforma do Estado- comandando pelo economista e cientista social Luiz Carlos Bresser-Pereira. Nesta reforma “social liberal”, tal qual proposta por Bresser, situavam-se os seguintes pressupostos fundamentais: Delimitação das funções do Estado, reduzindo seu tamanho, principalmente em termos de pessoal, através de programas de privatização, terceirização e “publicização” (este último refere-se à transferência para o “setor público não estatal” de serviços sociais e científicos prestados pelo Estado); Redução do grau de interferência do Estado na atividade econômica em geral através de programas de desregulação e desestatização, que ampliariam os mecanismos de controle via Mercado; Aumento da governança do Estado, isto é, da sua capacidade efetiva de fazer valer as suas decisões de governo, através de ajustes fiscais (leia-se redução de investimentos, gastos correntes, e aumento de impostos) que devolveriam a autonomia financeira do Estado, bem como a realização de uma reforma administrativa que visaria substituir a burocracia estatal por uma “administração pública gerencial”. No centro desse esforço de “reestruturação administrativa” do Estado, estava necessariamente o fim da estabilidade do funcionalismo público; e, por último, o aumento da governabilidade. Esta entendida como a capacidade do governo de mediar conflitos entre os diversos segmentos da sociedade civil.

b. A matéria da revista *Carta Capital* de fevereiro de 2006 busca resgatar os escândalos de corrupção e tráfico de influência que marcaram os processos de privatizações das “Teles”, no segundo semestre de 1998. Contextualizando a matéria, ela fora publicada às vésperas do início do período eleitoral de 2006, no qual Lula conquistaria no segundo turno, sua reeleição. Em tópicos, os pontos mais relevantes da crítica.

- O favorecimento do PSDB a determinados grupos (Grupo Opportunity, do banqueiro baiano Daniel Dantas) na compra de segmentos de empresas estatais telefônicas que foram privatizadas em 1998. O governo foi acusado de utilizar o BNDES e pressionar os fundos de pensão de empresas estatais (PREVI-Banco do Brasil, por exemplo) para favorecer Dantas no controle acionário de empresas estatais de telefonia que haviam sido privatizadas.

- A matéria responde aos argumentos de que a gestão tucana foi caracterizada pela boa gerência da administração pública federal direta ou de empresas outrora estatais. A título de exemplo, a matéria relembra as consequências das privatizações do setor elétrico a partir de 1997. A ausência de investimentos estatais na produção de energia no país, os interesses econômicos dos consórcios privados que adquiriram as distribuidoras de energia conduziram o país, em 2001, à pior crise do setor já vivida pelo país. O país se viu obrigado ao racionamento de energia, que, por sua vez, teve reflexos na economia brasileira e os consumidores em geral foram obrigados a arcar com os prejuízos das empresas estaduais e regionais de distribuição de energia.

A ideia deste exercício é que o aluno o utilize como um hipertexto, ou seja, que a partir das provocações da matéria exposta o aluno faça um *link* em outras fontes (na internet, por exemplo) ou notícias sobre o processo de privatizações das “Teles” em 1998 e as causas que levaram ao apagão elétrico de 2001.

Sugestões de leitura sobre o tema:

CINTRA, Luiz Antonio. Luz e sombras: Tucanos evitam falar de suas privatizações, mote preferido dos petistas. Estes defendem a natural presença do Estado. Há quem os chame de soviéticos. *Carta Capital*, São Paulo, nº 585, p. 23-28, 03 mar. 2010.

FILHO, José Eduardo Pereira. A privatização das teles. In: D’INCAO, Maria Ângela (Org.). *O Brasil não é mais aquele... mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo: Cortez, 2001.

LESBAUPIN, Ivo; MINEIRO, Adhemar. *O desmonte da nação em dados*. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 2003.

A *débâcle* econômica no segundo governo “FHC” (1999-2002)

A reeleição de FHC, no pleito presidencial de 1998, foi conquistada num contexto no qual o modelo de política econômica, adotado na primeira gestão, mostrava claros sinais de falência. Num cenário onde as reservas cambiais brasileiras reduziam-se a níveis

preocupantes, as taxas de juros alcançavam níveis estratosféricos e o crescimento do PIB brasileiro não alcançava um ponto porcentual, o desequilíbrio no balanço de pagamentos e o aumento crescente do custo de vida foram fatores que, de fato, quase jogaram por terra o projeto tucano de continuidade no poder.



A reeleição de FHC

Cerca de um ano e meio antes do pleito presidencial que garantiu o segundo mandato ao então presidente Fernando Henrique Cardoso, foi aprovada no início de 1997 a emenda Constitucional que criou o estatuto da reeleição. Além do longo debate acerca da constitucionalidade desta emenda, tomara as páginas e pautas dos principais veículos de imprensa do país denúncias de que parlamentares haviam vendido seu voto para aprovar a emenda, proposta pela base aliada ao governo. O chamado “escândalo da reeleição” foi, nos primeiros meses de 1997, o principal assunto do noticiário político da mídia brasileira.

Neste cenário, a despeito da estabilidade econômica, alcançada desde 1994 com o Plano Real, a política de câmbio fixo, adotada pelo Banco Central brasileiro, até fins de 1998, provocou o arrasamento das contas públicas. Para se ter uma ideia, entre 1995 e 1998, o saldo nas transações correntes (resultado de todas as operações do Brasil com o exterior) acumulou um déficit de 105,7 bilhões de dólares, e nos quatro anos seguintes (1999-2002) este rombo se elevaria e mais 81 bilhões (dados da *Carta Capital*, nº 586, março 2010).

Para sustentar a política de câmbio fixo capitaneada pelo então presidente do Banco Central, Gustavo Franco (ago. 1997/mar. 1999), o governo brasileiro operou aquela que foi considerada

umas das mais altas taxas de juros, já registradas no pós-Segunda Guerra Mundial. “O pico chegou a 45, 67%, em meio à crise financeira que abalou os Tigres Asiáticos, em 1997. Na média, ficou em 21%. A moeda brasileira valorizada, por sua vez, estimulava as importações e reduzia a competitividade dos produtos brasileiros, frente à concorrência estrangeira (*Carta Capital*, nº 586, março-2010) Os efeitos disso sobre a produção industrial foi a retração dos investimentos e desemprego crescente no setor. No decorrer do primeiro governo, afim de cobrir o rombo nas contas públicas, que se desenhava em função desta política monetária, a equipe econômica valeu-se de três expedientes: privatizações, aumento da carga tributária e crescente endividamento. Dados do Banco Central expõem que a dívida líquida do setor público saltou de 30% do PIB para cerca de 44, 5% do Produto Interno Bruto. Na mesma tabela, dados dão conta que este salto foi de mais 20% no intervalo que compreende os oito anos de “era FHC” (Banco Central do Brasil, Tabela p. 28. *Carta Capital*, março 2010). Ao mesmo tempo, elevava-se a carga tributária como paliativo para o desequilíbrio fiscal. Entre 1995 e 2002, a carga tributária brasileira elevava-se cerca de 5 pontos percentuais, saindo de 27, 26% para 31, 86% do PIB, segundo dados da Receita Federal.

Com as reservas cambiais brasileiras em franco declínio e a dívida pública em acentuado crescimento, no segundo semestre de 1998, a autoridade monetária brasileira viu-se obrigada a pedir ajuda ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Neste contexto, a intervenção do governo norte-americano, à época, chefiado por Bill Clinton, foi fundamental para o êxito da negociação entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário. Atendendo a um pedido de Clinton, Michel Camdessus (então presidente do FMI) autorizara a aquela que fora até aquele momento a maior transação da história do Fundo Monetário (criado em 1945, no imediato pós-Segunda Guerra). O empréstimo de 41 bilhões de dólares ao Brasil garantiu a manutenção das reservas cambiais brasileiras e o equilíbrio fiscal que permitiu um ambiente político, favorável à reeleição de FHC, em outubro daquele ano. De fato, a intervenção do FMI viabilizou a

reeleição do “pai do Real”, que por sua vez havia se comprometido, durante a campanha eleitoral daquele ano, a não desvalorizar a moeda brasileira. Vitória eleitoral garantida já no primeiro turno (em boa parte também graças à incapacidade política dos setores progressistas de oposição em elaborar uma crítica sistemática e alternativas à política econômica então em voga), o país tomava conhecimento do receituário, imposto pelo Fundo Monetário, para concretização do aporte de 41 bilhões que salvou o Brasil da bancarrota: os regimes de metas de inflação e superávits fiscais (em 1999, da ordem de 3% do PIB) e o exemplo de legislação oferecida pelo Fundo aos países que haviam passado por crises de balanço de pagamentos – a Lei de Responsabilidade Fiscal. Em janeiro de 1999, o “sonho dourado” do consumo de importados, facilitado pela sobrevalorização do real, esvaía-se. A moeda brasileira sofrera uma maxidesvalorização, jogando a economia brasileira num quadro de desarrumação e inflação (pela primeira vez desde a implementação do Real). Foi adotado o regime de câmbio flutuante, no qual a taxa de câmbio é definida pela movimentação de mercado (entrada ou saída de dólares).

À frente do Banco Central, foi designado Armínio Fraga (então funcionário do mega investidor George Soros) para dar cabo aos compromissos assumidos com os investidores e com o Fundo Monetário. Garantia-se assim o equilíbrio fiscal, a despeito do elevado custo social, do engessamento da capacidade de investimento do Estado Brasileiro e da política de corte de gastos e recessão controlada da política econômica, conduzida pelo segundo governo FHC. Com Fraga à frente do BC, mantinha-se a política de juros elevados (voltaram ao patamar de 45% em 1998). (Dados: Banco Central do Brasil apud *Carta Capital*, p. 27, nº 586, março-2010.) Somava-se a esta situação inibidora de crédito o fato de que a desvalorização do real, operada em janeiro de 1999, provocou a falência ou quase falência de empresas e consumidores endividados em dólar.

A ortodoxa política monetária e fiscal operada pela autoridade econômica brasileira provocou efeitos visíveis no país. O não

investimento em setores estratégicos de infraestrutura levou, por exemplo, ao “apagão” elétrico de 2001 e colocou na conta dos consumidores os prejuízos das privatizações atabalhoadas do setor elétrico, ocorridos em fins da década anterior. A redução na capacidade de investimentos a médio e longo prazo do Estado Brasileiro refletia-se, no período entre 1999 e 2002, na desaceleração da economia brasileira e no tímido crescimento do PIB ao longo deste período (média de 2,13%). (Dados: IBGE, FMI e Ipeadata apud *Carta Capital*, p. 25, n° 586, março-2010.)

Esvaía-se a popularidade do “pai do real” e abria-se espaço para a crítica à política econômica monetarista ortodoxa e recessiva, adotada como cânone desde a implementação do “Real”. O desafio que se apontava no horizonte aos setores de oposição era como associar a estabilidade macroeconômica às políticas promotoras do desenvolvimento econômico e da redução das desigualdades sociais. Lula, o Partido dos Trabalhadores e os aliados na vitória eleitoral de 2002 lançaram-se a este desafio.

A “Carta ao Povo Brasileiro” e a vitória eleitoral de Lula nas eleições de 2002

Nas eleições presidenciais do segundo semestre de 2002, voltava à tona a polarização PT-PSDB. Num contexto econômico, marcado pela depreciação das contas públicas, celeridade no retorno dos índices de inflação e impopularidade após quase oito anos no poder, abria-se a possibilidade histórica de vitória do Partido dos Trabalhadores. Lula, em sua quarta tentativa de chegar ao poder, adotava um estilo menos agressivo do que nas campanhas anteriores. Amadurecimento político ou moderação? Seja o que for, a resposta aos ataques políticos da aliança PSDB-PFL (que naquele cenário eleitoral tinha à frente o ex-ministro da Saúde do segundo governo FHC, José Serra), foi o compromisso com os investidores internacionais em manter uma política de respeito aos contratos e de controle da inflação, nos moldes operados desde o acordo com o FMI, em 1998. A resposta à tese do caos, exposta pelos tucanos

e aliados foi a “Carta ao Povo Brasileiro”, assinada em junho de 2002. Neste documento, assentado sobre uma crescente e ampla coalizão de partidos e de setores sociais, o ainda candidato Luiz Inácio Lula da Silva adotava um discurso no qual se comprometia com “o controle da inflação e com o equilíbrio das contas públicas” (CARTA AOS BRASILEIROS, 22-jun-2002). Considerado uma síntese lúcida da plataforma política que viabilizou o PT e Lula, nas eleições daquele ano, era um documento que, a despeito das continuidades apontadas, requeria mudanças. Mudanças no sentido de reverter o quadro de agudas desigualdades sociais, produzidas pelo modelo econômico neoliberal, que começava a ser sistematicamente contestado. Mudanças na direção do reaparelhamento e fortalecimento do Estado brasileiro, alvo de uma política de privatizações que desmontou boa parte do setor público estatal, construído a partir da década de 1930. No entanto, a plataforma política que alçou o PT e Lula das eleições de 2002 (com mais de 56 milhões de votos) representava também o abandono definitivo de correntes hegemônicas do partido com bandeiras socialistas que marcaram a legenda desde a sua fundação.

Para alguns, a eleição de Lula foi decepcionante, pois não representou a mudança tão almejada pelos setores radicais que ensejavam a vitória do PT, como o caminho para o socialismo da América Latina. No entanto, para a maioria, a vitória de Lula nas eleições de 2002 e sua posterior reeleição, quatro anos depois, representaram o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, na medida em que se retomou, em boa medida, a capacidade regulatória e de investimentos do Estado brasileiro. Ademais à redução das desigualdades, a geração de milhões de postos de trabalhos formais, a elevação dos níveis de renda dos trabalhadores assalariados e a inserção de milhões de pessoas nas classes médias caracterizam o bem sucedido governo Lula, no campo econômico. Lula, para analistas como Luiz Werneck Vianna, foi responsável pela edição de uma espécie de “Estado de compromisso” que foi capaz de contemplar os lucros do grande capital nacional e transnacional, e aliou políticas sociais sólidas que promoveram

a redução das desigualdades e a elevação dos níveis de renda no Brasil. Uma “assincronia de movimentos no interior do mesmo governo” (VIANNA, março 2008) que se mostrou exitosa. Lula soube operar entre as divergências de interesses de classe e de teses no interior de seu governo. A disputa, por exemplo, entre monetaristas e desenvolvimentistas na área econômica era evidente. Ao mesmo tempo em que se acenava para o mercado financeiro, com a presença de Henrique Meirelles, à frente do Banco Central (2003-2010), e Antonio Pallocci, no Ministério da Fazenda (2003-2007) – mantendo-se a política de metas de inflação e superávits primários para pagamentos de juros da dívida-, apontava-se, por o outro lado, para um viés desenvolvimentista que fez, por exemplo, o BNDES voltar a ser peça de destaque na política de investimentos estatais no país. Ao longo dos seus oito anos, o governo Lula contou com a participação efetiva de dois economistas (referências no pensamento econômico brasileiro), claramente afinados com o pensamento heterodoxo e desenvolvimentista (Guido Mantega, entre 2003 e 2007, e Luciano Coutinho, 2007-2010). Com compromisso ou sem compromisso, Lula e o PT transformaram-se, neste ínterim, nos agentes protagonistas do bem-sucedido desenvolvimento capitalista brasileiro, nesta primeira década do século XXI.

CONCLUSÃO

A despeito da estabilidade macroeconômica e controle da inflação, alcançados a partir do *Plano Real*, em meados de 1994, o modelo econômico da chamada “era FHC” ficou caracterizado por uma política fiscal e monetária de cunho restritivo. Neste sentido, adotava-se, em nome da suposta necessidade em se manter o controle da inflação, a mesma fórmula: elevavam-se os juros, cortava-se o crédito, ampliava-se a carga de tributos de modo a restringir a demanda global da economia. Os indicadores da economia brasileira para os anos de 1995 a 2002 mostram

uma economia em larga medida estagnada, sujeita a turbulências, dadas as condições de fragilidade estrutural no que diz respeito às finanças públicas (LESBAUPIN; MINEIRO, 2001, p. 11). A artificial valorização do real frente ao dólar, a abrupta abertura comercial e a política de desregulamentação, levada a cabo entre 1995 e 1998 (e em boa medida também no segundo governo) produziram um grave quadro de estagnação, vulnerabilidade externa e fragilidade financeira da economia brasileira. A crise financeira de fins de 1998 conduziu o país a um novo acordo com o FMI e que se refletiu no aporte de bilhões de dólares para salvaguardar as reservas cambiais brasileiras, ameaçadas pela fuga em massa de capitais especulativos, naquele contexto. Seguiu-se ao acordo com o FMI, o fim do mecanismo de ancoragem cambial e a maxidesvalorização do real, em janeiro de 1999. Paralelamente, a adoção do regime de superávit fiscal forçava o Estado brasileiro a reduzir bruscamente seus custos operacionais, seus investimentos e o financiamento de serviços públicos sócias, essenciais à população.

Tal quadro produziu, entre 1999 e 2002, uma avaliação de crescimento tímido da atividade econômica do país. A variação decrescente e acanhada do Produto Interno Bruto brasileiro refletia a ortodoxia dos instrumentos de política econômica, adotados naquele contexto. A desaceleração da atividade industrial e a elevação dos níveis de desemprego mostravam ao país o elevado custo da estabilidade econômica, baseada na contenção do gasto público e na diminuição da capacidade de investimentos do Estado brasileiro. O equilíbrio fiscal, ao invés de ser um meio, era um fim em si. E para mantê-lo, justificava-se uma política macroeconômica que produziu um agravamento no quadro de distribuição de renda e acentuada desigualdade social.

Tal modelo revelou-se, em boa parte, esgotado em 2002, e isso se traduziu na derrota dos setores políticos que estiveram à frente da reforma monetária de 1994 e que graças ao êxito relativo da estabilização de preços mantiveram-se no poder até 2002. Naquele contexto, observou-se a histórica vitória de setores de centro-esquerda que, apesar de acenarem com o compromisso

em manter elementos da política monetária anterior, perceberam a necessidade de recuperação da capacidade regulatória, de atuação e de investimentos do Estado brasileiro. Somada a uma noção que defendia a ampliação e maior solidez das políticas sociais, as críticas e alternativas propostas por estes setores traduziram-se, no plano eleitoral, na vitória do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, na corrida presidencial de 2002. O êxito do primeiro governo Lula traduziu-se na reeleição deste, em 2006. Quatro anos mais tarde, no pleito presidencial de outubro de 2010, ao consolidar a vitória de sua ex-ministra Dilma Rousseff, Lula (e por conseguinte o PT) consagraram-se como os protagonistas políticos do desenvolvimento capitalista brasileiro, neste início de século XXI.



Figura 14.3: Lula, o ex-operário que se tornou o mais popular presidente da República.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/3c/Lula_-_foto_oficial05012007_edit.jpg



Atende ao Objetivo 3

3. Leia com atenção o documento a seguir:

Carta ao Povo Brasileiro

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político (...)

(...) À parte às manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade do país de administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores. Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições (...).

(...) Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. Poderemos recuperar a capacidade de investimento público tão importante para alavancar o crescimento econômico. Esse é o melhor caminho para que os contratos sejam honrados e o país recupere a liberdade de sua política econômica orientada para o desenvolvimento sustentado. Ninguém precisa me ensinar o controle da inflação. Iniciei minha vida sindical indignado com a corrosão do poder de compra do salário dos trabalhadores (...)

Vamos preservar o superávit primário (das contas públicas) o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade de governar e honrar seus compromissos. Mas é preciso insistir: só a volta do crescimento pode levar o

país a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. A estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros (...)

O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior do que todas as crises. O país não suporta mais viver com a ideia de uma terceira década perdida. O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis (LULA DA SILVA, 2002).

Esse documento, apresentado em trechos, é a “Carta ao povo brasileiro” apresentada pela candidatura de Lula às eleições presidenciais de 2002. O documento é considerado um marco na história política recente do país, sendo um dos elementos que tornaram a chegada do PT e aliados ao Palácio do Planalto, após três tentativas frustradas (1989, 1994 e 1998). Apesar de se apresentar como uma clara ruptura ao período FHC, o documento da candidatura de Lula apresenta evidentes compromissos de continuidade com elementos das opções de política econômica, adotadas pelo seu antecessor.

Identifique na “Carta ao Povo Brasileiro” trechos que trazem à tona esse compromisso de manutenção de alguns paradigmas da política econômica do período FHC:

Resposta Comentada

“Compromissos em honrar os contratos” com o mercado financeiro.

“Vamos preservar o superávit primário.”

“A estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros.”

Os trechos acima deverão ser destacados do texto pelo aluno. O mesmo deve situar, a partir da leitura da aula e do documento acima, que apesar das mudanças apresentadas pela

.....

vitória candidatura do Partido dos Trabalhadores em 2002, alguns dos pressupostos do modelo econômico “ortodoxo” e liberal da “era FHC” foram seguidos com a chegada de Lula à Presidência da República. Dentre eles, as elevadas taxas de juros (apesar de menores em relação ao período FHC – 1995/2002), A manutenção das políticas de metas de inflação e superávit primário para redução do gasto público e manutenção do equilíbrio fiscal são os elementos do modelo econômico anterior que persistiram após a vitória de Lula. Muitos creditam que a associação inédita entre estes elementos ortodoxos de política monetária e fiscal com um viés desenvolvimentista para recuperação da capacidade de investimento do Estado e estímulo à demanda agregada, o fator responsável para o êxito do período Lula na área econômica.

RESUMO

A aula teve como proposta a análise do modelo econômico do período Fernando Henrique Cardoso à frente da Presidência da República (1995-2002). Nesse sentido, coube o recorte acerca da política econômica que sobreveio à reforma monetária implementada com o *Plano Real*. Também consistiu objeto desta aula a discussão sobre a proposta de construção de um “Estado social liberal” (neoliberal e privatista), entre 1995 e 1998. Nesse sentido, coube grifar a atuação do MARE (Ministério da Administração e Reforma do Estado), capitaneado pelo economista e cientista social Luiz Carlos Bresser-Pereira. O esgotamento do modelo político econômico da “era FHC” traduziu-se na derrota do PSDB e na eleição de Lula, em outubro de 2002.

Informação sobre a próxima aula

A produção cultural contemporânea no Brasil será analisada a partir de dois setores que passaram por intensa transformação

nas últimas décadas do século XX: a televisão e o cinema. No caso da TV, a difusão das atividades artísticas será compreendida através da produção das telenovelas que se tornaram importantes na grade de programação. Na trama, os personagens, os diálogos, a escolha dos ambientes de filmagem apresentam mudanças culturais importantes pelas quais o país passou. Tudo isto é observado pelo atento e participativo telespectador. Por sua vez, em tempos de Nova República, o cinema passou por verdadeiro *renascimento*, e suas produções receberam reconhecimento tanto nacional quanto internacional, o que permitiu competir em disputas importantes que deram visibilidade ao setor.

Aula 15

A produção cultural contemporânea

*Leonardo Leonidas de Brito
Vera Lúcia Bogéa Borges*

Meta da aula

Apresentar a história do tempo presente no Brasil, a partir da perspectiva cultural, com destaque para a televisão e o cinema.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer a especificidade do campo da história do tempo presente, tendo como referência a televisão, na cena cultural do Brasil.
2. identificar a relação entre história e cinema, no panorama da cultura brasileira recente.

INTRODUÇÃO

O termo “cultura” é muito amplo e envolve vários elementos constituidores. Inicialmente, o conceito envolve o cabedal de conhecimento, a ilustração, o saber de uma pessoa ou grupo social. Nas Ciências Sociais, a cultura está relacionada com o conjunto de padrões de comportamento, de crenças, de conhecimentos que distinguem os grupos sociais existentes na sociedade. De acordo com Clyde Kluckhohn, as linhas de demarcação de qualquer unidade cultural escolhida para análise são, em grande parte, uma questão de abstração e de conveniência para o problema enfrentado, no caso, a cultura contemporânea brasileira.

Nossa última aula do curso tem um duplo desafio. Em primeiro lugar, trabalhamos com o período mais recente da História do Brasil, isto é, aquilo que atualmente identificamos como a *história do tempo presente*. Por sua vez, em segundo lugar, analisamos a cultura, a partir das diferentes manifestações no campo artístico, presentes na atualidade no país. Nesta discussão, frequentemente, nós encontramos as análises feitas por sociólogos, cientistas políticos, antropólogos e jornalistas. Raramente os historiadores produzem trabalhos que articulam uma análise mais contemporânea da cultura brasileira.

Por que isto acontece? Difícil responder. A polêmica é muito extensa. Mas, para arriscarmos algum tipo de resposta, vale a pena recuperar um fragmento da posição de Marc Bloch a esse respeito: “A incompreensão do passado nasce, afinal, da ignorância do presente.” Você percebe? Uma vez mais nos defrontamos com esta questão primordial para todo historiador: a relação entre o presente e o passado. Segundo Daniel Aarão Reis, ainda persiste em nossos dias certa ilusão “de que o historiador encontraria conforto e eficácia, abstraindo-se das questões e dos debates de seu tempo, ignorando-o, ignorado por ele, para melhor poder dedicar-se aos objetos dos passados que já passaram” (2004, p.11). Como vimos com Marc Bloch, esse caminho não é fértil. Por quê? Porque se ignorarmos o presente aí mesmo é que não compreenderemos o passado.

Como somos adeptos das posições de Marc Bloch, nós convidamos você a nos acompanhar neste ensaio de reflexão sobre a produção cultural contemporânea brasileira.



História do tempo presente

De acordo com J. P. Azema, nos últimos trinta anos, a história do tempo presente construiu uma reputação na França, o que garantiu a criação do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP) no quadro do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS). A delimitação do seu campo de pesquisa está centrada na história muito imediata. Como os outros, os historiadores do tempo presente trabalham com a ajuda dos fundos de arquivos públicos ou privados. Desta forma, este campo da história frequentemente convive com a sobrevivência de testemunhas. No caso francês, a lei de 17 de julho de 1978 flexibilizou as condições de comunicação dos arquivos, garantindo que os documentos consultados pudessem ser confrontados com os atores.

Essa história com testemunhas pode, é certo, resultar, estudando a memória coletiva, na história oral, mas dessa última se distingue, sendo, antes de mais nada, um vaivém frutífero entre a produção dos historiadores e os protagonistas que prestam testemunhos a serem utilizados no primeiro grau (AZEMA, 1993, p. 737).

Como precisamente afirmou Marc Bloch, ao estudarmos com vigor o presente, recorrendo a testemunhos e protagonistas, podemos formular importantes questões sobre o passado. No caso do Brasil, o Simpósio Nacional da Associação Nacional de História (ANPUH)

apresenta, há alguns anos, o Simpósio Temático de História do Tempo Presente como, por exemplo, em 2007, realizado em São Leopoldo (RS), sendo coordenado por Lucília de Almeida Neves Delgado (PUC-MG) e Marieta Moraes Ferreira (UFRJ- CPDOC/FGV).

A televisão e as novelas no cotidiano brasileiro

Como afirma Esther Hamburger, a televisão oferece a difusão de informações acessíveis a todos, sem distinção de classe social ou região geográfica. Na condição de importante veículo de comunicação, a televisão dissemina a propaganda, orientando o consumo que inspira a formação de identidades. Além disto, na programação televisiva, destaca-se a telenovela como programa de maior popularidade e lucratividade no Brasil. Inicialmente, seu público-alvo era a dona de casa, mas ao longo dos anos esses limites iniciais foram extrapolados e a novela que surgiu de forma desprezível passou a ocupar o horário nobre da televisão no país.

As novelas mantêm-se fiéis à estrutura básica do melodrama, com sua narrativa fortemente calcada nas aventuras e desventuras amorosas de personagens movidos por oposições binárias, como: bem e mal, lealdade e traição, honestidade e desonestidade. Situam suas tramas em um Brasil contemporâneo, construído de acordo com certas convenções de representação, geradas no eixo Rio de Janeiro–São Paulo, onde se concentra a indústria televisiva, e tendo o público das grandes cidades brasileiras como alvo. As novelas difundem, por todo o país, o que os emissores imaginam como o universo glamouroso das classes médias urbanas, com suas inquietações subjetivas, sua ânsia de modernização, sua identidade construída em torno de uma atualidade sempre renovada e exibida por meio do consumo

de últimos lançamentos eletrônicos, de decoração e vestuário. Nesse mundo da ficção, a desigualdade social resolve-se em geral pela ascensão social, muitas vezes, via casamento (HAMBURGER, 1998, p. 442-443).

As novelas são consideradas “obras abertas”, uma vez que vão ao ar enquanto ainda estão sendo escritas e movimentam enorme universo ao seu redor. As revistas e os jornais, com suas seções especializadas, por exemplo, desenvolvem intensa cobertura do dia a dia das novelas, da vida dos atores e autores da trama, estimulando a curiosidade e a fantasia dos telespectadores que acreditam acompanhar um *mundo perfeito*. Além disto, as gírias, a música e a moda que cada novela lança são sinônimos daquilo que é mais contemporâneo. Assim, comumente encontramos pessoas comuns nos diferentes espaços públicos – nas ruas, nos transportes coletivos, nos supermercados etc. – utilizando determinadas palavras e expressões, vestindo roupas *lançadas* por algum personagem das novelas e ouvindo repetidamente nas rádios sua trilha sonora. Somado a isso, determinados assuntos – violência, saúde pública, educação dentre outros – e certos comportamentos – homossexualismo, racismo, incesto, pedofilia – estão presentes nas tramas e acabam por regular importantes interseções entre a vida pública e a vida privada.

Entre as décadas de 1970 e 1990, a maior emissora do país – a Rede Globo – obteve altos índices de audiência, com as estatísticas apontando para índices com média de 40% a 60% dos domicílios com televisão assistindo às novelas globais. Este cenário mudou um pouco a partir da diversificação do mercado, com a introdução da TV a cabo e o aumento da concorrência entre as emissoras de sinal aberto. Ainda de acordo com Esther Hamburger, entre as oito nações que concentram três quartos da audiência de televisão mundial, o Brasil é o único que não pertence aos países desenvolvidos, como é o caso dos Estados Unidos, do Reino Unido, do Canadá, do Japão, da Austrália, da Alemanha e da França. É importante destacar que, desde a criação da televisão no Brasil, o Estado influenciou diretamente neste meio de comunicação ao deter

o poder de conceder e cancelar as concessões de TV. Todavia, nos anos 1990, os investimentos públicos retraíram-se, e a competição entre as redes de TV aberta levou as emissoras a uma postura crescentemente independente de governos e partidos políticos.



Vale tudo

Com certeza, uma das novelas da Rede Globo que facilmente é mencionada nas pesquisas e nos levantamentos feitos sobre a televisão é a produção *Vale tudo*, de 1988. Naquele ano, o Brasil vivenciava dificuldades econômicas (vide Aula 13) e na política se configurava o cenário da primeira eleição presidencial direta depois do golpe de 1964. É possível estabelecer algum tipo de aproximação entre os personagens principais daquela trama com o clima de questionamento acerca da Nova República que existia na população brasileira. O ator Reginaldo Farias interpretava um empresário sem escrúpulos, que, ao final da novela, foge em um avião particular repleto de dinheiro. Ele estava acompanhado por sua mulher, representada pela atriz Cássia Kiss, que na trama assassinara Odete Roitman, interpretada por Beatriz Segall. Acesse o [link](http://www.youtube.com/watch?v=h5tOUrvCK28) a seguir e acompanhe a cena completa:

<http://www.youtube.com/watch?v=h5tOUrvCK28>

Para Esther Hamburger, a novela *Vale tudo* problematizou publicamente de forma incisiva algo que viria a se tornar um tema recorrente na política brasileira – a figura do homem corrupto, da falta de ética – até culminar com o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, em 1992. Este é um exemplo expressivo de como o telespectador interpreta e reinterpreta a política nacional ou, ainda, como considera os padrões legítimos e ilegítimos de comportamento.

Outras duas produções globais posteriores trouxeram discussões nacionais importantes à trama das novelas, ou seja, a divulgação do trabalho das Organizações Não Governamentais (ONG) em *Explode coração* (1995) e as referências ao Movimento dos Sem-Terra (MST), em *O rei do gado* (1996).



Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)

Como afirma Leonilde Servolo de Medeiros, a origem do *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra* (MST) está relacionada aos conflitos fundiários que emergiram na região sul do Brasil, tendo por característica fundamental as ações de ocupação como forma de pressão para a conquista de terras. Esta posição era diametralmente oposta à prática dos sindicatos rurais, que encaminhavam este tipo de demanda, principalmente pelas vias administrativas, a partir da elaboração de relatórios de conflitos, que permitiam o envio de denúncias e a solicitação de desapropriação a diversas instâncias do Governo Federal. Desde a década de 1970, no sul do Brasil, o intenso processo de modernização da agricultura, cada vez mais, dificultou a existência de unidades familiares de produção.

Nascido com forte apoio da Igreja, em especial da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e ligado a algumas das chamadas oposições sindicais que começavam a se desenvolver em diversos pontos do país, a origem imediata do MST foram as ocupações das fazendas Macali e Brilhante, no Rio Grande do Sul, a luta dos agricultores que perderam suas terras com a construção da barragem de Itaipu, no Paraná,

e que constituíram o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste (Mastro) e a ocupação da Fazenda Burro Branco, em Santa Catarina. Desse conjunto de eventos, todos no início da década de 1980, um dos mais significativos foi o acampamento de Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, que mobilizou a opinião pública nacional e exigiu a intervenção do governo federal (MEDEIROS, 2001, p. 3.975).

Nos anos 1980, o movimento buscou a unificação de suas ações motivadas inicialmente por essas ocupações. Em julho de 1982, o primeiro encontro de trabalhadores rurais sem terras ocorreu no Paraná e contou com representantes de cinco estados brasileiros (RS, SC, PR, SP e MG). Posteriormente, em novo encontro, foi criada uma comissão provisória regional, composta por dois representantes de cada estado que passaram periodicamente a se reunir. Assim, em 1983, o MST institucionalizou-se, a partir do lema “Terra não se ganha, se conquista”. Desta forma, as ocupações e a existência dos acampamentos passaram a ser as formas de organização e de garantia de apoio às iniciativas do MST que permitiram que o tema da reforma agrária ocupasse novamente as discussões políticas do país.

Organizações Não Governamentais (ONG)

Segundo Leilah Landim, o termo Organização Não Governamental (ONG) surgiu na década de 1940, nos documentos da *Organização das Nações Unidas* (ONU), referindo-se a um universo amplo, variado e indefinido de instituições com as quais esse organismo internacional poderia estabelecer parcerias. Porém, o reconhecimento social dessa expressão, inclusive com a assimilação pela população da sigla, ocorreu na década de 1980. A partir daí, passou a

(...) designar um conjunto de organizações da sociedade civil com características peculiares, dedicadas às ações sociais, presentes nas mais diversas sociedades contemporâneas e compondo redes internacionalizadas de práticas e agentes (LANDIM, 2001, p. 4.193).

Assim, a não existência de um estatuto jurídico que regule o funcionamento das ONGs permite que estas organizações possam sofrer apropriação ideológica que possibilitem uso social diversificado. Em relação ao Brasil, as ONGs referem-se ao conjunto de entidades privadas e sem fins lucrativos que se distinguem por certas características organizacionais, atividades, ideários e posições na sociedade existentes no país desde os anos 1980. Neste universo de organizações civis voltadas para a ação social destacam-se a promoção do desenvolvimento local, do ambientalismo, da defesa de direitos de mulheres, negros, consumidores, povos indígenas, crianças e adolescentes, portadores de HIV, dentre outros. Por fim, sua atuação no campo das questões sociais "é fortemente marcada por um horizonte de ideários comuns, como a expansão de valores democráticos, de direitos civis, de cidadania" (LANDIM, 2001, p. 4.193).

Os padrões de comportamento dos personagens demonstraram as mudanças que atingiam o país com o avançar dos anos e, de maneira recorrente, tocavam no uso da camisinha como método anticoncepcional e na prevenção de doenças sexualmente transmitidas, em especial a Aids, temas presentes nas novelas *Deus nos acuda* (1992) e *Pátria minha* (1994). Estes assuntos que circulam nas tramas das novelas têm recepção variada entre os telespectadores e estão sujeitos às mais variadas pressões de instituições sociais, de índices de audiência e pelas reações, expressas através de contato direto com atores e autores ou mediadas pela imprensa e pela mídia especializada.

Em grande parcela de telespectadores, as novelas passam a ser assunto de conversas nos mais diferentes espaços públicos – festas, parques de diversões, salões de beleza... – através de comentários com vizinhos, amigos e colegas de trabalho. Assim, forma-se uma verdadeira *rede de torcida* pelo *sucesso* ou *desgraça* de determinado personagem na novela. Desta forma, a especulação sobre o caráter e sobre as ações dos personagens passa a ser crucial nestas discussões. Afirma Esther Hamburger:

Pesquisas de opinião, revistas especializadas em comentários e fofocas sobre novelas, cadernos especiais de jornais diários, programas de rádio e de televisão, cartas de fãs, trilhas sonoras, grifes de roupas, espetáculos teatrais e anúncios comerciais com atores pertencentes ao elenco de novelas que estão no ar são alguns mecanismos atuantes, sobretudo nas cidades grandes, e que alimentam todos os dias a conversa envolvente sobre novelas (HAMBURGER, 1998, p. 480).

Por fim, é importante destacar que a novela representa o cotidiano de uma sociedade mais rica e mais branca que a brasileira, sendo considerada como a “ideal” para significativa parcela da população brasileira. Na condição de telespectador, os setores menos abastados da sociedade brasileira acreditam estar invadindo o universo dos segmentos mais privilegiados. Por sua vez, aqueles que são favorecidos também são telespectadores, e sua justificativa para tal condição baseia-se na importância de acompanhar o programa predileto das classes baixas. Assim, muitas pessoas assistem às novelas, apesar de nem todos admitirem publicamente este hábito.



Atende ao Objetivo 1

1. O campo da *História do Tempo Presente* tornou-se um desafio para os historiadores que estudam momentos da história imediata. Afinal, comumente, a história é associada ao passado, e por mais que tenhamos noção de sua articulação com o presente, este diálogo muitas vezes é difícil de ser estabelecido. A partir desta breve consideração, responda a questão a seguir.

Em seu livro *Sobre a televisão*, Pierre Bourdieu discute o uso das imagens e dos discursos exibidos na televisão. O autor alerta para os perigos que mecanismos como a censura representam para todas as esferas culturais e que podem ameaçar a vida democrática e política de um país. Atualmente, no Brasil, a restrição sobre tornar públicos determinados assuntos – relacionamentos homossexuais, uso de métodos anticoncepcionais, racismo, discriminação – veiculados na televisão está relacionada às posições de determinadas instituições sociais, por exemplo, a Igreja, com base em critérios de crítica moral ou política que influencia a conveniência de serem liberadas ou não para exibição ao público em geral.

Apresente uma característica da relação entre história e televisão que auxilie na compreensão do processo histórico no Brasil atual.

Resposta Comentada

Nas últimas décadas, no Brasil, a televisão cada vez mais ocupa significativo espaço no lazer dos brasileiros. Na programação televisiva, destacam-se as novelas, que apesar de folhetins “melosos”, com o passar do tempo passaram a apresentar através de seus personagens discussões importantes, presentes na sociedade brasileira, como a homossexualidade, o uso

de drogas, a desesperança política, o descrédito e críticas em relação às instituições do país, para mencionarmos apenas alguns exemplos. Certamente, em 1988, a sociedade brasileira que assistiu e/ou conviveu com as notícias referentes ao possível sucesso do personagem da novela *Vale tudo* – um empresário inescrupuloso que fugiu rico e de forma impune – contribuiu para a discussão das responsabilidades éticas e morais que deveriam ser resgatadas no Brasil. Aproximadamente quatro anos depois, em 1992, diversos segmentos sociais engajaram-se na luta pelo processo de *impeachment* do presidente Collor que, através da explicitação do esquema *PC Farias*, comprovou as relações escusas entre o poder público e a iniciativa privada (vide Aula 13).



Projeto Memórias Reveladas

Em maio de 2009, o diretor do Arquivo Nacional, Jaime Antunes da Silva, assinou o edital que tornou pública a chamada para a apresentação de documentos e informações sobre o período de 1º de abril de 1964 – dia do golpe militar – e 15 março de 1985 – data da posse de José Sarney na Presidência da República e início da Nova República – que estivessem sob posse de pessoas físicas ou jurídicas, servidores públicos e militares. O objetivo do projeto seria buscar informações referentes a qualquer investigação, perseguição, prisão, interrogatório, cassação de direitos políticos, operação militar ou policial, infiltração e outras ações levadas a efeito, com o intuito de apurar ou punir supostos ilícitos ou envolvimento político-oposicionista de cidadãos brasileiros e estrangeiros.

O cinema brasileiro contemporâneo

No Brasil, a produção nacional contemporânea surgiu da iniciativa de cineastas com diferentes interesses e perspectivas em relação ao cinema. Para compreender este processo, é necessário recuarmos um pouco no tempo para percebermos a transformação da situação cultural, quando o mercado assumiu proporções surpreendentes.

Em 1974, no governo do general Ernesto Geisel, a estatal Empresa Brasileira de Filmes (*Embrafilme*) foi criada com o objetivo de organizar o mercado cinematográfico no país. A *Embrafilme* desempenhou importante papel para o cinema brasileiro, na condição de produtora e distribuidora de filmes cinematográficos. Nas décadas de 1970, 1980 e 1990, o cinema brasileiro apresentou enorme fecundidade de produções que demonstraram pluralidade, diversidade e criatividade no setor.

Desta forma, alguns filmes como, por exemplo, *Dona Flor e seus dois maridos* (1976), de Bruno Barreto, foram realizados, sendo sucessos de público e de crítica. Este filme é fiel ao livro de Jorge Amado, ambientado em Salvador, na década de 1940, que apresenta a história de uma bela mulher, dona Flor (Sonia Braga). A personagem principal pertence à classe média baixa, sendo professora de culinária. No primeiro matrimônio, do qual ficou viúva, foi casada com Vadinho (José Wilker), que era mulherengo e jogador inveterado. Apesar disto, ela o amava muito e sofreu com sua morte, ocorrida em pleno domingo de carnaval, como consequência dos longos anos de farras cotidianas. Após intenso sofrimento, dona Flor resolveu casar com Teodoro Madureira (Mauro Mendonça), que era um farmacêutico metódico, trabalhador, apreciador de música clássica, esposo dedicado e respeitoso. Todavia, depois de algum tempo já no segundo matrimônio, dona Flor sentia saudade da intensa relação que tinha com Vadinho na cama. Diante da saudade intensa, o defunto materializa-se nu para a ex-mulher e só para ela, que inicialmente resiste, mas depois se entrega aos seus

encantos. A partir daí, dona Flor tinha dois maridos, um vivo que lhe garantia segurança e outro, já morto, com quem vivia intensa relação amorosa. Segundo João José Reis:

Apesar de inevitavelmente caricatural em muitos aspectos, *Dona Flor e seus dois maridos* é prato cheio para pensar história e cultura brasileiras, sob diversos ângulos. Mas, o Brasil urbano de Flor e Vadinho é um mundo que, para melhor ou pior, estamos rapidamente deixando para trás, diante da emergência de outros valores e comportamentos, manifestos, por exemplo, na expansão de novas formas, ideologicamente mais militantes, de religiosidade; no avanço de formas mais competitivas e individualistas de trabalho e lazer, de viver e de morrer; na formação de identidades coletivas que defendem a alteridade e não a mistura social, racial e sexual. Mudanças sobretudo no que diz respeito ao papel da mulher na sociedade brasileira. Embora os Vadinhos continuem a brotar, mesmo se de roupa nova, quase não existem mais Flores como antigamente (REIS, 2001, p. 280).

O fim da ditadura militar, em 1985, e o início da Nova República garantiram liberdade de expressão, permitindo que novos caminhos fossem trilhados pelo cinema brasileiro. Gradualmente, o setor cinematográfico ganhou força, sendo impulsionado tanto pela criação de novos mecanismos de financiamento, através das leis de incentivo, quanto pelo surgimento de novas instâncias governamentais de apoio ao cinema. Em 1990, a *Embrafilme* foi extinta e, posteriormente, suas funções foram transferidas para a **Agência Nacional de Cinema (Ancine)**, criada por medida provisória, em 2001, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Agência Nacional de Cinema (Ancine)

Órgão oficial do Governo Federal do Brasil que, inicialmente, esteve subordinado à Presidência da República e, posteriormente, ao Ministério da Cultura. O objetivo principal desta agência é fomentar, regular e fiscalizar a indústria cinematográfica e videofonográfica nacional.



Figura 15.1: Cartaz do filme *Dona Flor e seus dois maridos*.

Fonte: http://1.bp.blogspot.com/_Q3AvXhhfpg/S9yOnvvsZaI/AAAAAAAAAIA/SievbS9FOqg/s1600/dona+flor.jpg

Nesta retomada do cinema brasileiro, o filme *O quatrilho* (1994), uma produção de Fabio Barreto, representou um marco para o setor, ao ser indicado para o Oscar de Melhor Filme Estrangeiro. De acordo com Sandra Jatahy Pesavento, o contexto deste filme – uma transposição para o cinema de uma obra literária de José Clemente Pozenato – refere-se à imigração italiana ao contar a vida

de dois casais de colonos italianos muito amigos que moram na mesma casa, no extremo sul do Brasil. Com o passar do tempo, uma das esposas apaixonou-se pelo marido de sua amiga. Ela e seu novo amor resolvem fugir e deixar para trás seus respectivos parceiros.

Estamos, no caso de *O Quatrilho*, diante da literatura e do cinema, dois grandes marcos de ancoragem ou cristalização do imaginário social contemporâneo. Se palavras e imagens são, por natureza, distintas, elas permitem analogias. Ambas dão a perceber o mundo de outra forma e fazem parte desse sistema de representação social que dá sentido à realidade e que damos nome de imaginário (...) O olhar do historiador que assiste ao filme que encerra a obra literária não deve buscar no cinema a veracidade do acontecido, mesmo que tal trama e “personagens” pudessem ter existido na zona colonial italiana do Rio Grande do Sul. Nem cabe, no filme em questão, ficar tecendo considerações sobre se um “gringo” da colônia falaria com aquele sotaque que os atores apresentam... O olhar do historiador busca no filme ou, no caso, na literatura que se apresenta em imagens, insights e sintonias finas que introduzem ao clima de uma época e que possam, por sua vez, desvelar outras possibilidades de enxergá-la (POZENATO, 2001, p. 221-222).

Outros dois filmes seguiram este percurso de sucesso e também foram indicados na mesma categoria para o Oscar: *O que é isso, companheiro?* (1997) e *Central do Brasil* (1998). A primeira produção foi de Bruno Barreto e baseou-se no livro homônimo escrito, em 1979, pelo jornalista Fernando Gabeira. Na trama, destaca-se a história verídica do sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, ocorrido em setembro de 1969, sendo comandado por integrantes de grupos de esquerda – MR-8 e Ação Libertadora Nacional (vide Aula 12) – que desenvolveram ações deste tipo como estratégia de resistência à ditadura militar no Brasil.



Figura 15.2: Cartaz do filme *O que é isso, companheiro?* (1997), de Bruno Barreto
 Fonte: http://1.bp.blogspot.com/_Q3AvXhfpfg/S9yOnvvsZaI/AAAAAAAAAIA/SievbS9FOqg/s1600/dona+flor.jpg

Já em relação a *Central do Brasil*, dirigido por Walter Salles Jr., Elias Thomé Saliba afirma que a mobilidade é uma das marcas do filme: desde o início, a personagem Dora (Fernanda Montenegro) – uma professora aposentada que monta uma banca para escrever cartas para os analfabetos que circulam pela estação de trem Central do Brasil – circula pelo labirinto de biroscas que se assemelha a um

circo, apresentando o trânsito cotidiano e constante de milhares de criaturas que utilizam o trem para se deslocarem pela cidade do Rio de Janeiro. Neste universo heterogêneo, Dora acaba por encontrar Josué – um garoto pobre de nove anos – e, juntos, começam uma viagem pelo Nordeste brasileiro.

Esta característica errante das populações brasileiras, assinalada desde sempre pela historiografia brasileira de todos os tempos, de Capistrano de Abreu a Sérgio Buarque de Holanda, constituía, na maioria dos casos, uma estratégia, recurso de sobrevivência ou expediente de fuga dos brasileiros pobres de todas as épocas e regiões, diante dos obstáculos impostos pelo latifúndio, pela seca ou por outras intempéries, pela escravidão ou pela precariedade do mercado interno (SALIBA, 2001, p. 252).

A projeção termina com o samba “Preciso me encontrar”, de Candeia, interpretado por Cartola, e que expressa bem a ideia do filme: “Deixe-me ir / preciso andar/ vou por aí a procurar / rir para não chorar. / Se alguém por mim perguntar / diga que eu só vou voltar / quando eu me encontrar.”



Central do Brasil

O filme (112 minutos) é uma produção de 2000 que teve a direção de Walter Salles. No elenco, destacam-se as atuações de Fernanda Montenegro, Vinícius de Oliveira, Othon Bastos e Marília Pera. A personagem Dora é uma professora aposentada que ganha a vida escrevendo cartas para analfabetos que circulam pela Central do Brasil, a maior estação de trem do Rio de Janeiro. Já Josué é um menino pobre de nove anos que perdeu a mãe e sonha em conhecer seu pai no Nordeste brasileiro. Deste encontro entre os dois, começa uma viagem pelo sertão da Bahia e

de Pernambuco. O filme ganhou o prêmio Urso de Ouro no Festival de Cinema de Berlim.

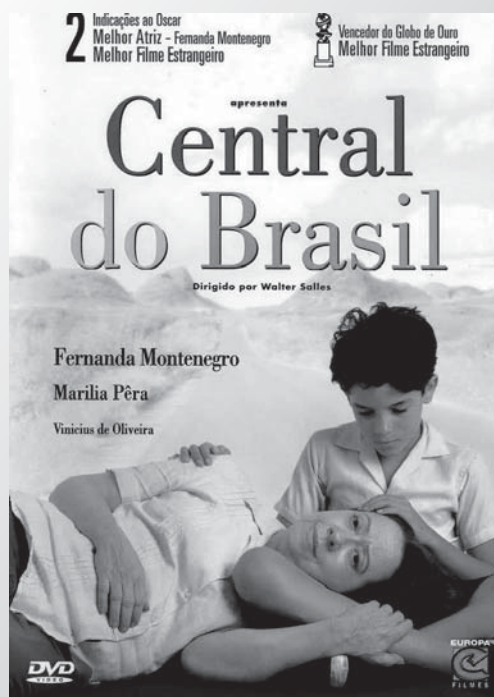


Figura 15.3: Cartaz do filme *Central do Brasil* (2000), de Walter Salles.

Fonte: <http://fabinhostube.com.br/wp-content/uploads/2010/12/central-do-brasil-poster021.jpg>



Atende ao Objetivo 2

2. De acordo com Marisa de Carvalho Soares e Jorge Ferreira (2001, p. 7), desde meados dos anos 1970 a coletânea *História: novos objetos*, organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora, evidenciou novos horizontes para a História. Nesta publicação, Marc Ferro apresentou

importante artigo, “O filme: uma contra-análise da sociedade?”, no qual abordou a questão do cinema como fonte histórica. Estabeleça a relação entre cinema e História.

Resposta Comentada

A aproximação entre História e cinema permite uma importante interseção no campo cultural, uma vez que a análise das películas cinematográficas é relevante porque oferece uma perspectiva (linguagem cinematográfica) diferenciada da realidade em questão. Além disto, o filme é uma fonte histórica distinta, isto é, não escrita, e que merece tratamento específico por parte do historiador que decida utilizá-la.



História: novos objetos

Esta obra pretende ser mais do que um balanço ou um simples panorama. É um diagnóstico da situação da história, tal como é praticada, ao menos na França, por historiadores egressos de múltiplos horizontes e pertencentes a gerações diferentes, mas que partilham – sem caráter de escola – um mesmo espírito de pesquisa. É também um ponto de partida para novas trilhas de exploração histórica. A história, de fato, como outras ciências, vem sofrendo uma profunda mutação nos últimos anos. Assim como se fala de uma linguística ou de uma matemática “moderna”, existe também uma história “nova”.

É esta que se pretende apresentar e encorajar aqui. Novos problemas colocam em questão a própria história. Novas abordagens enriquecem e modificam os setores tradicionais da história. Novos objetos, enfim, estabelecem-se no campo epistemológico da história. A cada um desses aspectos é consagrado um volume, integrando uma série de três indispensável a quantos se interessem pelas Ciências Sociais (PIERRE, 1988).

Marc Ferro (1924-) – Historiador francês, é um dos principais nomes da Terceira Geração da *Escola dos Annales*. No campo historiográfico, Ferro é considerado pioneiro no estudo das relações entre cinema e História. Publicou inúmeros livros, alguns traduzidos para o português, dos quais destacamos: *Cinema e história* e *Nicolau II: o último czar*.

CONCLUSÃO

O título de nossa aula, “A produção cultural contemporânea”, permitiu-nos discutir duas questões cruciais para o historiador que está em processo de formação, isto é, que realiza seus estudos num curso de graduação. Em primeiro lugar, nosso foco de análise está no tempo presente, atual; vários filme e novelas foram citados, e com certeza alguns você acompanhou como expectador ou, pelo menos, leu notícias na época das respectivas produções, sendo que através das ações de seus personagens questões importantes da cultura brasileira foram debatidas. A cultura brasileira pulsa de forma intensa nos filmes e nas telenovelas produzidos. Esta é uma forma diferenciada de percepção para o historiador que comumente centra suas fontes de pesquisa nos documentos escritos e em períodos históricos passados. Portanto, trabalhamos uma delimitação temporal mais recente – muito visitada por outros pesquisadores das Ciências Humanas – e ainda focamos nossa reflexão na cultura, compreendida

aqui através das novelas e dos filmes. Normalmente, espera-se que uma aula de História priorize os acontecimentos políticos – com destaque para pessoas e datas – e as análises sociais e econômicas. Assim, nosso segundo desafio era ter como ponto de partida a cultura e, a partir dela, compreender os outros aspectos da realidade histórica em questão.

Por fim, vale uma consideração. Em termos culturais, o cinema é importante, pois, através das cenas projetadas, as relações sociais e o mundo representado na tela permitem uma compreensão da realidade em questão. Portanto, para enriquecer nossa percepção cultural contemporânea do país, o trinômio *cinema-Brasil-História* pode contribuir muitíssimo na discussão das relações entre História e cinema. Afinal, como afirmam Mariza de Carvalho Soares e Jorge Ferreira: “para o historiador (...) sua preocupação não é apenas com o filme, mas com a sociedade que o produziu e utilizou-se para discutir determinados temas que lhe interessavam” (2001, p.13).

RESUMO

A produção cultural contemporânea no Brasil foi apresentada a partir de dois setores que passaram por intensa transformação nas últimas décadas: a televisão e o cinema. No caso da TV, a difusão das atividades artísticas foi compreendida através da produção das telenovelas, que se tornaram importantes na grade de programação. Na trama, os personagens, os diálogos, a escolha dos ambientes de filmagem apresentam mudanças culturais importantes pelas quais o país passou. Tudo isto é observado pelo atento e participativo telespectador. Por sua vez, em tempos de Nova República, o cinema passou por verdadeiro *renascimento*, e suas produções receberam reconhecimento tanto nacional quanto internacional, o que permitiu competir em disputas importantes que deram visibilidade ao setor.

História
do Brasil III

Referências

Aula 9

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Rio de Janeiro: Itatiaia, 1977.

CASTRO, Ruy. *O anjo pornográfico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CAVALCANTI, Lauro (Org.). *Quando o Brasil era moderno: guia de arquitetura 1928-1960*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

_____. *Quando o Brasil era moderno: guia de artes plásticas 1905-1960*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

CÉSAR, Guilhermino. Poesia e prosa de ficção. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1984. p. 417-462. v. 4.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Assis Chateaubriand. In: ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. p. 1337-1340. v. 2.

GALVÃO, Maria Rita; SOUZA, Carlos Roberto de. Cinema Brasileiro 1930-1964. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1984. p. 463-500. v. 4.

GOMBRICH, E. H. *A História da arte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando A.; SCHAWARCZ, Lilia. (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrates da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 489-558. v. 4.

GUIA da arquitetura moderna no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.

HAMBURGER, Esther. Diluindo fronteiras; a televisão e as novelas no cotidiano. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de; GONÇALVES, Marcos A. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando A.; SCHAWARCZ, Lilia. (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrates da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 559-658, v. 4.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

NAVES, Santuza Cambraia. Os novos experimentos culturais nos anos 1940/1950: propostas de democratização da arte no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 273-299. (O Brasil republicano, n.3)

NOSSO SÉCULO. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 7.

NOVAIS, Fernando A; SCHAWARCZ, Lília. (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrates da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 439-487. v. 4.

PRADO, Décio de Almeida. Teatro: 1930-1980. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira: O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1984. p. 525-589. v. 4.

RAMOS, Fernão. (Org.). *Enciclopédia do cinema brasileiro*. São Paulo: Senac, 2000.

_____. *História do cinema brasileiro*. São Paulo: Círculo do Livro, 1987.

ROCHA, Glauber. *Revisão crítica do cinema brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

VASCONCELOS, Gilberto; SUZUKI JUNIOR, Matinas. A malandragem e a formação da música popular brasileira. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1984. v. 4. p. 501-523.

Aula 10

ARNT, Ricardo. *Jânio Quadros: o prometeu de Vila Maria*. Ediouro: São Paulo. 2004.

BENEVIDES, Maria Victória. *O governo Jânio Quadros*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRITO, Leonardo. *A imprensa nacionalista no Brasil: o periódico O Semanário (1956-1964)*. São Paulo: Paco Editorial, 2010.

_____. *Jornalistas em defesa das Reformas de Base*. [S.l.: s.n.], [2010?]. p. 1-7. No prelo.

CASTRO, Celso. O golpe do ponto de vista dos militares. *Cadernos IHU em Formação*. (Unisinos) São Leopoldo, v. 1, n. 4, p. 21-22, 2005.

DEL PRIORI, Mary; NEVES, Maria de Fátima; ALAMBERT, Francisco. *Documentos de História do Brasil: de Cabral aos anos 90*. São Paulo: Scipione, 1997.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 357-376.

_____. O Governo João Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano, v.3)

_____. 1954 prenúncios de 1964. *Plenarium*. Ano 2, n. 2, nov. 2005. Brasília: Coordenação de Publicações do Centro de Documentação e Informação, Câmara dos Deputados, 2005.

DICIONÁRIO de Economia. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

FERREIRA, Jorge. Entre a história e a memória: João Goulart. In: ____; REIS, Daniel Aarão (Org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 509-541.

_____. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: ____; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano, v.3)

FERREIRA, Marieta de Moraes. João Goulart. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. v. 3.

GUIDO, Cristina. Celso Furtado. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. v.2.

JANGO. Direção: Silvio Tendler. Intérpretes: José Wilker; Leonel Brizola; Frei Betto, Magalhães Pinto. Antônio Carlos Muricy; Aldo Arantes; Afonso Arinos; Magalhães Pinto Celso Furtado. Roteiro: Maurício Dias, Silvio Tendler. Rio de Janeiro: Caliban, 1984. (117min.)

KELLER, Vilma. Francisco Julião. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. v. 3.

LAMARÃO, Sergio. Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. v. 3.

MALAN, Pedro. Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. v. 5.

MELO FILHO, Murilo. *Testemunho político*. São Paulo: Elevação, 1999.

TOLEDO, Caio N. de. 1964: golpismo e democracia: as falácias do revisionismo. *Revista crítica marxista*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 27-48, 2004.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à política externa independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano, v. 3)

Aula 11

ACORDO MEC-USAID. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. p. 36-37. v. 1.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara. In: NOVAIS, Fernando A.; SCHAWARCZ, Lília. (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 319-409. v. 4.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BRASIL. Constituições do Brasil: de 1824, 1891, 1934, 1937. 1946 e 1967 e suas alterações. Brasília: Senado Federal, 1986.

CANO, Wilson. Milagre brasileiro: antecedentes e principais consequências econômicas. In: SEMINÁRIO 40 ANOS DO GOLPE DE 1964: ditadura militar e resistência no Brasil. 2004. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. p. 226-239.

COMANDO de Caça aos Comunistas In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. p. 1455. v. 2.

CONSOLIDAÇÃO das Leis do Trabalho. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. p. 1558-1565. v. 2.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio A. D.; CASTRO, Celso (Org.) *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ESCOLA Superior de Guerra (ESG). In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. v.II. p. 2.018-2.020.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1995.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FUNDO de Garantia por Tempo de Serviço. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001. p. 2.432-2.433. v. 2.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRINBERG, Lúcia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

INSTITUTO de Pesquisas e Estudos Sociais. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001. p. 2.789-2.791. v.3.

JUSTIÇA militar e processo político no Brasil (1964-1968). In: SEMINÁRIO 40 ANOS DO GOLPE DE 1964: ditadura militar e resistência no Brasil, 2004. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. p.282-289.

LEI de Imprensa. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001. p. 3.055-3.057. v. 3.

LOWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (Org.). *As esquerdas no Brasil: revolução e democracia (1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 303-320. v. 3.

MAGALDI, Sábato. *Panorama do teatro brasileiro*. São Paulo: Global, 1997.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virgínia M. *História do Brasil recente (1964-1980)*. São Paulo: Ática, 1994.

MOREL, Edmar. *O golpe começou em Washington*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

NETTO, João Paulo. Em busca da contemporaneidade perdida: a esquerda brasileira pós-64. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: Senac, 2000. p. 219-245.

NOSSO SÉCULO. São Paulo: Abril Cultural, 1986. v. 9-10.

OLIVEIRA, Francisco de. Ditadura militar e crescimento econômico: a redundância autoritária. In: SEMINÁRIO 40 ANOS DO GOLPE DE 1964: ditadura militar e resistência no Brasil. 2004. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. p. 219-225.

PRADO, Décio de Almeida. *Exercício Findo*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

RIDENTI, Marcelo. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (Org.). *As esquerdas no Brasil: revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 21-51. v. 3.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de Economia*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas)

SERVIÇO Nacional de Informação. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001. p. 5366-5368. v. 5.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castello a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: a democracia golpeada. In: SEMINÁRIO 40 ANOS DO GOLPE DE 1964: ditadura militar e resistência no Brasil. 2004. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. p. 36-40.

Aula 12

ABREU, Alzira Alves de. Partido Comunista Brasileiro (PCB). In: ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001. v. IV. p. 4.260-4.279.

_____. Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). In:_____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001. v. 5. p. 5.894-5.895.

_____. MASCARENHAS, Lúcia. Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8). In:_____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001. v. 4. p. 3.987-3.988.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara. In: NOVAIS, Fernando A. (Dir.); SCHAWARCZ, Lília. (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrates da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4. p. 319-409.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BARROS, Alexandre; CHAVES, Luis Guilherme Bacelar. Escola Superior de Guerra (ESG). In: ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001. v. 2. p. 2.018-2.020.

CANO, Wilson. Milagre brasileiro: antecedentes e principais consequências econômicas. In: *Seminário 40 anos do golpe de 1964: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. p. 226-239.

CACHERO, Luis Afonso Martinez. Direito. In: SILVA, Benedicto (Coord.). *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1986. p. 353.

CASTRO, Monica. O Pasquim. In: ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001. v. 4. p. 4.438-4.439.

COSTELLA, Antonio. Lei de Imprensa. In: ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001. v. 3. p. 3.055-3.057.

DICIONÁRIO de economia. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas)

D'ARAUJO, Maria Celina. Geisel e Figueiredo e o fim do regime militar. In: *Seminário 40 anos do golpe de 1964: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. p. 93-104.

_____; SOARES, Gláucio A. D.; CASTRO, Celso (Org.) *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1995.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura. In: *Seminário 40 anos do golpe de 1964: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. p.71-79.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GREEN, James. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GRINBERG, Lúcia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

KORNIS, Monica. Verbete Serviço Nacional de Informação (SNI). In: ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001. v. 5. p. 5.366-5.368.

LEMOS, Renato. Justiça militar e processo político no Brasil (1964-1968). In: *Seminário 40 anos do Golpe de 1964: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. p. 282-289.

LAMARÃO, Sergio. Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). In: ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001. v. 3. p. 2.789-2.791.

LOWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (Org.). *As esquerdas no Brasil: revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3. p. 303-320.

MAYER, Jorge Miguel; LEMOS, Renato; Antonio Delfim Neto. In: ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001. v. 2, p. 1.806-1.814.

- MARIGHELLA, Carlos. *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Livramento, 1979.
- MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virgínia M. *História do Brasil recente (1964-1980)*. São Paulo: Ática, 1994.
- MORAIS FILHO, Evaristo de. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). In: ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. v. 2. p. 2.432-2.433.
- MORAIS FILHO, Evaristo de; SIQUEIRA NETO, José Francisco. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). In: ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. v. 2. p. 1.558-1.565.
- NETTO, João Paulo. Em busca da contemporaneidade perdida: a esquerda brasileira pós-64. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: SENAC, 2000. p. 219-245.
- NOSSO Século. São Paulo: Abril Cultural, 1986. v. 9 e 10.
- OLIVEIRA, Francisco de. Ditadura Militar e crescimento econômico: a redundância autoritária. In: *Seminário 40 anos do Golpe de 1964: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. 219-225.
- RIDENTI, Marcelo. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (Org.). *As esquerdas no Brasil: Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v.3. p. 21-51.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castello a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- TOLEDO, Caio Navarro. 1964: a democracia golpeada. In: *Seminário 40 anos do Golpe de 1964: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. p.36-40.
- VELOSO, Teresa. Verbete Comando de Caça aos Comunistas (CCC). In: ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. v.II. p.1.455.

Aula 13

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara. In: NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, Lília. (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 319-409. v. 4.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

PLANO Cruzado. In: DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001. p. 4.707-4.709. v.4.

CONSTITUIÇÃO de 1988. In: DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001. p. 1.580-1.582. v. 2.

PAULO Maluf. In: DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001. p. 3.506-3.512. v.3.

PLANO Real. In: DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001. p. 4.712-4.715. v.4.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2001.

BRASIL. *Constituições do Brasil: de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações*. Brasília: Senado Federal, 1986.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Diretas-Já: as vozes da cidade. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (Org.). *As esquerdas no Brasil: revolução e democracia* (1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 409-427. v. 3.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas).

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1995.

FREIRE, Américo; MOTTA, Marly Silva da; ROCHA, Dora. *História em curso*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2004. p. 333.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GREEN, James. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FERNANDO Collor. In: DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001. p. 1.441-1.450. v. 2.

ITAMAR Franco. In: DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001. p. 2.329-2.336. v. 2.

MONTEIRO, Maria Carmina; COUTO, André. Marco Maciel. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001. p. 3.413-3.416. v. 3.

DIRETAS Já. In: DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001. p. 1.879-1.882. v. 2.

MOTTA, Marly Silva da. *Teotônio Vilella*. Brasília: Senado Federal: Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1996.

NETTO, João Paulo. Em busca da contemporaneidade perdida: a esquerda brasileira pós-64. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: SENAC, 2000. p. 219-245.

ASSEMBLEIA Nacional Constituinte de 1987-1988. In: DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001. p. 382-389. v.1.

NOSSO SÉCULO. São Paulo: Abril Cultural, 1986.

ULISSES Guimarães. In: DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001. p. 2.707-2.715. v.3.

CENTRAL Única dos Trabalhadores (CUT). In: DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001. p. 1.301-1.304. v. 2.

CENTRAL Geral dos Trabalhadores (CGT). In: DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001. p. 1.299-1.300. v. 2.

ANISTIA. In: DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001. p. 255-257. v.1.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castello a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

AURELIANO Chaves. In: DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001. p. 1.341-1.347. v. 2.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 1988.

Aula 14

A ÉTICA da desfaçatez : no Roda Viva, o ex-presidente abusa da ligeireza analítica e da memória seletiva. *Carta Capital*, São Paulo, 12-fev-2006.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Construindo o estado republicano: democracia e reforma da gestão pública*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reforma do estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Brasília: MARE, abr. 1997. (Cadernos do MARE, 1)

BRITO. Leonardo. Da ética da convicção à ética da desfaçatez: a atuação do economista Luiz Carlos Bresser Pereira à frente do MARE (1995- 1998). *Revista Encontros*, n. 13, dez. 2010.

BRITO, Leonardo. O intelectual e sua atuação na esfera política: o papel do economista Luiz Carlos Bresser Pereira à frente do MARE (Ministério da Administração e Reforma do Estado 1995-1998). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS EM HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES SOCIEDADE: CULTURAS E PODERES, 01., 2008, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UNIRIO, nov. 2008.

CARDOSO, Fernando Henrique. Relações norte e sul no contexto atual: uma nova dependência? In: BAUMANN, Renato (Org.). *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

DEPUTADO diz que vendeu seu voto a favor da reeleição por R\$ 200 mil. 13 maio 1997. Disponível em: <www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 24 jan. 2011.

FHC X Lula: é o Plebiscito. *Carta Capital*, São Paulo, n. 586, 10-mar. 2010.

FILHO, José Eduardo Pereira. A privatização das teles In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.) *O Brasil não é mais aquele... mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo: Cortez. 2001.

FIORI, José Luis. *60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FIORI, José Luis. *O vôo da coruja: uma crítica não liberal à crise do estado desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1995.

INFORME sobre el desarrollo mundial. [S.l.]: Banco Mundial, 1997.

LESBAUPIN, Ivo; MINEIRO, Adhemar. *O desmonte da nação em dados*. 2. ed. Petrópolis: Vozes. 2002.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. *Carta ao povo brasileiro*. 22 jun. 2002. Disponível em: <http://www.marlos.com.br/artigos/Lula_CartaPovoBrasilJun02.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2011.

LUZ e Sombras: tucanos evitam falar de suas privatizações, mote preferido dos petistas. Estes defendem a natural presença do Estado. Há quem os chame de soviéticos. *Carta Capital*, São Paulo, n. 585, 3-mar. 2010.

PLANO acabou em 1996, afirma Edmar Bacha. 27 jun. 2004. Disponível em: <www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 19 jan. 2011.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Lula e sua herança: no poder o ex-operário realizou a maior ruptura nos últimos 80 anos da República. *Carta Capital*, São Paulo, n. 629. 19 jan. 2011.

SIMMIONATTO, Ivete. Crise, reforma do estado e políticas públicas: implicações para a Sociedade Civil e Profissão. *Revista de Ciência Política*, 2005.

SINGER, Paul. A raiz do desastre social: a política econômica de FHC. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). *O desmonte da nação: um balanço do governo FHC*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

UMA NOVA gestão pública para América Latina. Documento do CLAD. Disponível em: <http://www.preac.unicamp.br/arquivo/materiais/txt_apoio_documento_clad.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2011.

VIANNA, Luis Werneck. A sucessão de Lula e o retorno do nacional popular. *Gramsci e o Brasil*, mar. 2008.

Aula 15

BERNARDET, Jean-Claude. *Cinema brasileiro: proposta para uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *O que é cinema*. São Paulo: Companhia das Letras, 1980.

_____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 1988.

CANNITO, Newton. *A televisão na era digital: interatividade, convergência e novos modelos de negócio*. São Paulo: Summus, 2010.

CONSTITUIÇÕES do Brasil: de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações. Brasília: Senado Federal, 1986.

CULTURA. In: DICIONÁRIO de ciências sociais. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1986. p. 290-292.

DA MATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 1989. In: *Dicionário de economia*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1995.

FERRO, Marc. *Cinema e história*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

_____. O Filme: uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.) *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 199-215.

HAMBURGER, Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, Lilia. (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4. p. 439-487.

JOST, François. *Compreender a televisão*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

KORNIS, Monica Almeida. *Cinema, televisão e história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

MAGALDI, Sábato. Dramaturgia brasileira moderna. In: NUNEZ, Carlinda Fragale Patê et al. *O teatro através da história*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil: Entourage Produções Artísticas, 1994. p. 251-265. v.2.

MOVIMENTO dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001. p. 3.975-3.976. v. 4.

NETTO, João Paulo. *Em busca da contemporaneidade perdida: a esquerda brasileira pós-64*. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: SENAC, 2000. p. 219-245.

Nosso Século. São Paulo: Abril Cultural, 1986.

ORGANIZAÇÕES não governamentais. In: DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001. p. 4.192-4.195. v. 3.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. *Cultura e modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. De razões e sentimentos: o quatrilho na tela. In: SOARES, Mariza de Carvalho; FERREIRA, Jorge (Org.). *A história vai ao cinema*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 217-226.

RAMOS, José Mário Ortiz. O cinema brasileiro contemporâneo (1970-1987). In: RAMOS, Fernão (Org.). *História do cinema brasileiro*. São Paulo: Circulo do Livro, 1987. p. 399-454.

REIS, João José. Dona Flor e seus dois maridos: viagem a um mundo que muda. In: SOARES, Mariza de Carvalho; FERREIRA, Jorge (Org.). *A história vai ao cinema*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 17-28.

REVISTA TEMPO: Identidades Coletivas: Cultura e Política. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/tempo/site/?cat=40>>. Acesso em: 28 fev. 2010.

RIBEIRO, Ana Paulo Goulart; SACRAMENTO, Igor. *História da televisão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.

SALIBA, Elias Thomé. História e mobilidade em Central do Brasil. In: SOARES, Mariza de Carvalho; FERREIRA, Jorge (Org.). *A história vai ao cinema*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 247-258.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castello a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Mariza de Carvalho; FERREIRA, Jorge (Org.). *A história vai ao cinema*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TEMPO Presente. In: DICIONÁRIO das ciências históricas. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 735-739.

ISBN 978-85-7648-907-8



9 788576 489078



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



Universidade Federal Fluminense



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

